

BOLETIM INFORMATIVO

SESI

Sindicato das Empresas
de Seguros Privados e de Capitalização
no Estado de São Paulo

ANO XVI

São Paulo, 30 de setembro de 1983

- * Realizou-se dia 15 último, no auditório do IRB, no Rio de Janeiro, um painel em torno do Seguro de Garantia de Obrigações Contratuais, com a participação de experientados conferencistas internacionais. Dado o alto interesse técnico e operacional dessa modalidade de Seguro, reproduzimos nesta edição do Boletim Informativo o texto das conferências proferidas pelos srs. Jorge Orozco Laine, 2º Vice-Presidente da Associação Panamericana de Fianças e Hernando Galindo Cubides, da Skandia Seguros da Colombia S.A. O evento, patrocinado pela Fenaseg e pela Sociedade Brasileira de Estudos de Resseguro Internacional, faz parte dos atos preparatórios para realização da VIII Assembléia Geral da Associação Panamericana de Fianças, que terá como sede o Rio de Janeiro em maio de 1984.
- * O Banco Central do Brasil divulgou Circular solucionando o problema criado pela Resolução nº. 851/83, nas operações de seguro realizadas no País em moedas estrangeiras. Na seção Poder Executivo, publicamos a íntegra da Circular nº. 816/83, que transmite instruções sobre a compra e venda de câmbio nos casos de seguros em moeda estrangeira.
- * Já em fase inicial de execução, o Serviço de Prevenção à Fraude Contra o Seguro, recentemente implantado neste Sindicato, está organizando o cadastro geral constituído de informações sobre fraudes e outras ocorrências, prestadas pelas empresas associadas através de formulário próprio. A fim de, num futuro próximo, completarmos o Cadastro Geral do Sistema, é de real importância a colaboração das seguradoras nesse sentido, bem como o credenciamento de seus representantes junto ao SPS.
- * A Fenaseg vai promover um encontro, dia 18.10.83, às 14 horas, da sua Assessoria Econômica com os representantes dos Departamentos Econômicos das Companhias de Seguros que já deram início à elaboração orçamentária para o exercício de 1984. A iniciativa objetiva propiciar a produção de informações e previsões capazes de subsidiar a formulação de expectativas.
- * Estão sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte os pagamentos feitos por pessoas jurídicas às sociedades civis prestadoras de serviços pessoais de profissão legalmente regulamentada: médico, dentista, advogado, contador, engenheiro, economista etc. Essa é a conclusão do Parecer Normativo da Coordenação do Sistema de Tributação da Secretaria da Receita Federal ao examinar a conceituação das mencionadas sociedades civis. O Parecer Normativo CST nº. 15, de 21 de setembro de 1983 está reproduzido na seção Poder Executivo desta edição.

NOTICIÁRIO - (1)

Informações Gerais

SETOR SINDICAL DE SEGUROS - (2)

FENASEG - Resoluções da Diretoria

S E S P C - Sociedades Cíveis sujeitas ao desconto
do Imposto de Renda na Fonte

PODER EXECUTIVO - (5)

Decreto Federal nº. 88.705/83

Circular nº. 816/83 do Banco Central

Parecer Normativo CST Nº. 15, da
Coordenação do Sistema de Tributação

ENTIDADES CULTURAIS E TÉCNICAS - (4)

Sociedade Brasileira de Ciências
do Seguro - Notícias da Sociedade

Associação Brasileira de Engenheiros
de Seguros - Boletim Informativo

CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS - (24)

Painel sobre Seguro de Garantia
de Obrigações Contratuais

PUBLICAÇÕES LEGAIS - (4)

Diário Oficial da União - Sociedades
Seguradoras e de Capitalização

IMPrensa - (8)

Reprodução de matéria sobre seguros

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE SEGUROS - (14)

Resoluções de órgãos técnicos



- * A Delegacia da Susep em São Paulo comunicou ao Sindicato as seguintes ocorrências sobre corretores de seguros:
 - a) - inicialmente cancelamento temporário, a pedido, do registro do Corretor de Seguros SAMIR COURI, portador da Carteira de Registro nº. C.05-282/81 e posteriormente o seu retorno às mesmas atividades - (OF. DL/SP/Nº. 1099/83 e Nº. 1144/83 - Proc. Susep nº. 005-2783/83);
 - b) - retorno do sr. MILTON MARÇAL VIEIRA, portador da Carteira de Registro nº. 7.577, às atividades de corretor de seguros - (OF. DL/SP/Nº. 1095/83 - Proc. Susep nº. 005-2758/83);
 - c) - cancelamento definitivo do registro do Corretor de Seguros ANTONIO ALVES FIGUEIREDO, Carteira de Registro nº. 8281, por motivo de seu falecimento - (OF. DL/SP/Nº. 1155/83 - Proc. Susep nº. 005-02919/83);
 - d) - por ter deixado de operar como Corretora de Seguros, foi cancelado, a pedido, o registro da COPLAN - CORRETAGEM E PLANEJAMENTO DE SEGUROS LTDA. - CR nº. 1048 - (OF. DL/SP/Nº. 1159/83 - Proc. Susep nº. 005-2885/83).

- * Até o final deste ano, foi estabelecido o índice de produtividade zero para o reajuste salarial de todos os trabalhadores. Decreto nesse sentido foi assinado pelo Presidente da República, cujo texto reproduzimos na seção Poder Executivo deste Boletim Informativo.

- * A partir de 1º de outubro de 1983, as empresas utilizarão, obrigatoriamente o novo formulário de Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, aprovado pela Portaria nº. 3081, de 29 de junho de 1983 do Ministro do Trabalho. Em complementação, acaba de ser assinada Portaria Ministerial nº. 3134, de 16 de setembro de 1983 (Diário Oficial da União de 19.09.83), que faculta às empresas utilizarem fitas magnéticas ou formulários contínuos (listagem) em substituição ao formulário aprovado pela Portaria Ministerial nº. 3081.

- * Argos - Companhia de Seguros comunica que a sua sede em São Paulo está instalada na Rua Pedro Américo nº. 68 - 9º e 10º andares.

- * Conforme noticiado pela Circular SSP-PRESI-031/83, o sistema telefônico deste Sindicato está dotado de um único número chave: 223-7666, desde o dia 22 do mês findante. Através da discagem do número chave 223-7666, a chamada é automaticamente dirigida a qualquer dos demais números componentes do sistema.

*



Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG

F E N A S E G
(ATA Nº 06/83)

Resoluções de 13.09.83:

- 01) Tomar conhecimento do projeto-de-lei nº 3033/76, aprovado pelo Senado Federal, com emenda que suprime a alínea "a" do art. 4º da Lei 4.594/64. (A alínea suprimida configura como habilitação técnico-profissional, para efeito de registro de corretor, o exercício da função de preposto por mais de dois anos). (761.000)
- 02) Tomar conhecimento do projeto-de-lei nº 1699/83, que regula a emissão de cédulas hipotecárias por companhias de seguros e permite que até 40% das reservas técnicas dessas empresas possam ser aplicadas no financiamento da construção civil. (830.404)
- 03) Tomar conhecimento do ofício através do qual o Presidente do IRB, em resposta ao pedido da FENASEG no sentido de que seja suspenso todo resseguro em moeda estrangeira, comunica que haverá reunião da Diretoria do Banco Central, dia 14.9.83, para decisão definitiva sobre a restauração da cobertura cambial para o seguro. (830.401)
- 04) Encaminhar aos organizadores do Simpósio sobre Roubos de Veículos, promovido pelo SERJ, o processo relativo ao uso de selos plásticos como dispositivo de prevenção de furto e roubo de veículos. (820.648)
- 05) Aprovar a sugestão feita pelo relator do processo, no sentido da fixação de prazo (72 horas) dentro do qual o mercado (IPR, retrocessionárias e cosseguradoras) assumam oscilação cambial ocorrida entre a data da emissão de cheque em moeda estrangeira e a do efetivo pagamento da indenização ao respectivo beneficiário. (820.070)
- 06) Solicitar aos Sindicatos, em relação ao Fórum Permanente de Debates, que encaminhem:
 - a) programação já elaborada para realização de Simpósios, Painéis, Mesas-Redondas e Encontros de Alto Nível, destinados ao exame e debate dos problemas da atualidade seguradora;
 - b) que, na realização dessa programação, se articulem com a Superintendência Geral da FENASEG, a esta remetendo atas e resoluções finais dos Encontros que forem realizados, ou dela obtendo informações de que possam necessitar. (830.176)

CIRCULAR-SSP
PRESI - 032/83

27 de setembro de 1983


DECRETO-LEI Nº. 2030/83

Estão sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte os pagamentos feitos por pessoas jurídicas às sociedades civís prestadoras de serviços pessoais de profissão legalmente regulamentada: mêdico, dentista, advogado, contador, engenheiro, economista etc.

Essa é a conclusão do Parecer Normativo da Coordenação do Sistema de Tributação da Secretaria da Receita Federal ao examinar a conceituação das mencionadas sociedades civís.

Para conhecimento e demais provi dências das empresas associadas anexamos, reproduzido do Diário Oficial da União de 23.09.83, o Parecer Normativo nº. 15, de 21 de setembro de 1983.

Atenciosamente,


OCTÁVIO CÉZAR DO NASCIMENTO
Presidente
RLV mmt
P. I. 20.030.011
Anexo: - citado.

NOTA:- O anexo citado está
reproduzido na seção
Poder Executivo.

NÚMERO TELEFONE

NÚMERO CHAVE: 223-7668

AV. SÃO JOÃO, 313 - 7.º ANDAR - FONES: 223-7036 - 222-6878 - 223-7041 - 223-4649 - END. TELEG. "SEGECAP" - SÃO PAULO



DECRETO Nº 88.705, DE 15 DE SETEMBRO DE 1983

Fixa o limite a que se refere o artigo 11 da Lei 6.708, de 30 de outubro de 1979.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e tendo em vista o disposto no Art. 11 da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, com a redação dada pelo Art. 1º do Decreto-lei nº 2.045, de 13 de julho de 1983, e

Considerando ter sido negativa a taxa de crescimento da renda por habitante, determinada segundo os resultados preliminares da variação do produto real, em 1982,

D E C R E T A :

Art. 1º É fixado em 0 (zero), até 31 de dezembro de 1983, o limite a que se refere o artigo 11 da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, com a redação que lhe deu o artigo 1º do Decreto-lei nº 2.045, de 13 de julho de 1983.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de setembro de 1983;
1629 da Independência e 959 da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Murilo Macêdo
Delfim Netto

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 16.09.83

CIRCULAR Nº 816

Comunicamos que a Diretoria do Banco Central, tendo em vista o que dispõe a Resolução nº 851, de 29.07.83, e com o fim de propiciar normalidade ao fluxo das operações de seguro realizadas no País em moedas estrangeiras, decidiu que o valor das vendas de câmbio celebradas pelos bancos autorizados com base nas disposições do Comunicado FICAM nº 55, de 19.12.66, e do Comunicado GECAM nº 141, de 16.03.70, deve ser objeto de depósito neste Banco na data de sua liquidação, observados para tal fim os critérios gerais estabelecidos pela Circular nº 804, de 29.07.83, com as adaptações indicadas na presente Circular.

2. A liquidação das vendas de câmbio da espécie será processada pelos bancos a débito da conta do cliente e a crédito de "CONTAS GRÁFICAS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS", subtítulo "Circular nº 816 - IRB - Prêmios de Seguros".

3. As compras de câmbio, pelos bancos ao Banco Central, para constituição dos depósitos da espécie serão realizadas em tudo o mais com observância do disposto no item 5 da Circular nº 804, salvo quanto à conta a débito da qual deverão ser liquidadas tais operações, para o que, em contrapartida com "RESERVAS BANCÁRIAS", serão os respectivos valores debitados à citada conta "CONTAS GRÁFICAS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS", subtítulo "Circular nº 816 - IRB - Prêmios de Seguros".

4. Pela liquidação das vendas de câmbio de que se trata emitirão os bancos, para entrega a seus clientes e pelo valor em moeda estrangeira das operações, cheques nominativos a favor do Instituto de Resseguros do Brasil e sacados contra as contas de depósitos constituídos pelo estabelecimento junto ao Banco Central, na forma do item anterior.

5. Com utilização de tais cheques, encaminhados pelas companhias seguradoras, o Instituto de Resseguros do Brasil promoverá depósitos junto ao Banco Central, para os fins e efeitos da Resolução nº 851.

Brasília (DF), 14 de setembro de 1983
José Carlos Madeira Serrano
Diretor

Of. nº1303/83

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 16.09.83

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Coordenação do Sistema de Tributação

PARECER NORMATIVO CST Nº 15, de 21 de setembro de 1983

3.01.25.00 - Rendimentos de Quotas ou Quinhões de Capital

3.05.10.25 - Remuneração das Sociedades Cíveis de Prestação de Serviços Profissionais

Estão sujeitos ao desconto do imposto de renda na fonte, à alíquota de 3%, os rendimentos pagos ou creditados a sociedades cíveis de prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada.

Em exame a conceituação de sociedade civil de prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada, para fins do disposto nos Decretos-Leis nºs 1.790, de 09.06.80 (art. 1º, item I) e 2.030, de 09.06.83 (art. 2º), os quais estabelecem incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de participações societárias e sobre importâncias pagas ou creditadas a essas pessoas jurídicas, às alíquotas de 15% e de 3%, respectivamente.

2. A expressão sociedade civil comporta significação genérica, compreendendo todas as sociedades que tenham por objetivo negócios ou atividades que não se mostrem de natureza comercial, quer tenham fins econômicos ou não. A índole civil dos negócios ou atividades que servem de fins à sociedade é que lhe atribui o caráter civil, subordinando-a, em consequência, ao regime do Direito Civil.

2.1 - De se observar, que nem mesmo a forma jurídica da sociedade é indicativa de sua natureza, visto que, embora possa ter forma própria (Código Civil arts. 16 e 1.365), permite a lei que ela adote forma estabelecida nas leis comerciais (sociedade por quotas de responsabilidade limitada; sociedade de capital e indústria; sociedade de em nome coletivo; sociedade em comandita simples - Código Civil art. 1.364 e Lei nº 6.015, de 31.12.73, art. 114, inciso II). Permanece, porém, subordinada ao Direito Civil, adquirindo personalidade pela sua inscrição no registro das pessoas jurídicas cíveis, exceto quando tome a forma anônima, caso em que, embora seus negócios se entendam de natureza civil, a sociedade assume o caráter de mercantil, sendo por isso sujeita ao registro nas Juntas Comerciais (Lei nº 6.404, de 15.12.76, art. 2º, § 1º).

2.2 - Assim, entende-se por sociedade civil de fins econômicos a que se estabelece entre duas ou mais pessoas, que se obrigam a contribuir para a formação de um capital, com o objetivo de praticarem negócios ou atividades de caráter civil, de cujos resultados ou lucros participem todos os sócios.

2.3 - Por outro lado, de forma prática, pode-se afirmar que sociedade civil é aquela que está inscrita no registro civil das pessoas jurídicas. No entanto, pode ocorrer que uma sociedade de natureza civil seja indevidamente inscrita no registro de comércio, ou uma sociedade comercial seja indevidamente inscrita no registro civil. Apesar disso, deverá prevalecer, para fins do disposto na legislação tributária, a efetiva natureza civil ou comercial das atividades praticadas pela sociedade, visto que o atributo de civil ou comercial não decorre da inscrição da sociedade no registro civil ou comercial, mas sim da própria essência dessas atividades, não tendo o ato administrativo de registro efetuado junto a autoridade incompetente o efeito de transformar sua natureza.

3. Contudo, para enquadrar-se nos dispositivos legais, citados no item 1, não basta que a sociedade exerça atividade de natureza civil; é também essencial que essa atividade seja privativa de profissão legalmente regulamentada.

4. A pessoa física, com o fito de prover a sua subsistência e de satisfazer a seus diversos encargos, exerce atividade ou ocupação, habitual, remunerada, de natureza civil ou comercial, que poderá ou não exigir conhecimentos especiais para o seu desempenho. Quando essa atividade ou ocupação é específica, visando a um determinado objetivo, para cujo desempenho sejam exigidos conhecimentos especiais, de caráter artístico, técnico ou científico, ou apenas certas habilidades físicas ou mentais, ela é considerada uma profissão. Portanto, profissão regulamentada é aquela atividade ou ocupação específica, de natureza civil ou comercial que, além de ser privativa de pessoa devidamente habilitada para o seu exercício, reúna uma ou mais das condições referidas e que tenha sido reconhecida por ato legal de autoridade competente.

..!.

4.1 - Como a Constituição determina ser de competência exclusiva da União legislar sobre Direito do Trabalho (art. 8º, XVII, b c/c r), é profissão legalmente regulamentada aquela cujo exercício tenha sido reconhecido e regulamentado por lei ou decreto federal (Por pertinente, esclareça-se que as profissões já regulamentadas são relacionadas em publicação editada pelo Departamento Nacional de Mão-de-Obra - DNMO do Ministério do Trabalho - MTb). Por essa razão, não pode ser conceituada como profissão legalmente regulamentada o exercício das atividades ou ocupações disciplinadas, listadas ou discriminadas em ato legal de Estado ou Município, para seu desempenho em âmbito estadual ou municipal, por lhe faltar embasamento legal.

5. A pessoa física que tenha profissão legalmente regulamentada, seja esta de natureza civil ou comercial, pode exercer sua atividade como trabalhador autônomo ou como assalariado, ou associado a outro(s) profissional(is), constituindo pessoa jurídica, conforme seja de sua conveniência. Em qualquer caso, não pode ser alterada sua área de competência ou atuação, o que desvirtuaria, "ipso facto", as características legais da profissão.

5.1 - O tratamento tributário referido nos Decretos-leis citados dirige-se aos titulares de profissão de natureza civil, reconhecida e regulamentada por lei ou decreto federal, que se organizam para explorar suas atividades profissionais sob a forma de sociedade civil.

5.2 - O comando legal pressupõe, inquestionavelmente, que os objetivos da pessoa jurídica constituída devem ser inerentes à formação profissional de seus sócios, e que ela não venha a praticar atos de comércio, pois que, isso ocorrendo, estaria descaracterizada a "sociedade civil de prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada".

5.3 - Por oportuno, convém ressaltar que não se deve confundir "prestação de serviços" com "venda de serviços".

5.3.1 - Na primeira hipótese, há uma efetiva prestação de serviços pessoais, pelos componentes da sociedade ou profissionais por ela empregados, sendo exemplo os consultórios e escritórios de profissionais liberais.

5.3.2 - A segunda hipótese - venda de serviços - pressupõe uma unidade econômica e jurídica sob estrutura empresarial, na qual são agrupados e coordenados os fatores materiais e humanos, inclusive de qualificação diferente dos titulares da sociedade, necessários à consecução dos objetivos sociais e ao desenvolvimento de atividade profissional e lucrativa, com receita oriunda de rubricas diversas, não só da prestação de serviços, configurando uma empresa comercial, cujos negócios ou atividades passam a ter natureza de atos de comércio. Nesta hipótese há um conjunto de operações características de empresa, pela atividade conjugada e indiscriminada dos seus elementos na realização dos objetivos sociais, as quais se configuram como operações de vendas de produtos, bens, idéias ou serviços, que podem ser de informações, de propaganda ou publicidade, de educação, de saúde, de transportes, de serviços de terceiros etc.

6. Com fundamento no acima exposto, pode-se delinear a sociedade de civil ora em estudo, do modo seguinte:

a) a sociedade organizada pelas pessoas físicas titulares de profissão legalmente regulamentada pode constituir-se sob forma civil ou comercial - exceto a anônima - mas a natureza de suas atividades e dos serviços prestados deve ser exclusivamente civil, ainda que, indevidamente, tenha sido inscrita no registro de comércio;

b) os sócios da pessoa jurídica devem estar em condições legais de exercer a profissão regulamentada;

c) as receitas da sociedade devem provir da retribuição ao trabalho profissional, sendo irrelevante a existência de receitas oriundas de venda eventual de bens do ativo permanente;

d) não descaracteriza esse entendimento o fato de a sociedade:

1 - contratar empregados para a execução de serviços auxiliares;

2 - ser constituída por sócios de profissões diferentes, como economista e contador, desde que apenas desempenhem as atividades ou prestem os serviços privativos de suas profissões, e esses objetivos estejam expressos no contrato social.

.. / .

7. Do exposto, não deve ser conceituada como sociedade civil de prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada, para os efeitos dos Decretos-leis citados, aquela que:

a) tenha por sócios pessoas físicas não titulares de profissão legalmente regulamentada; ou

b) for constituída por titulares de profissão de natureza comercial - ainda que tenha sido reconhecida e regulamentada por ato legal de autoridade competente - tais como: administradores de armazéns de depósitos de mercadorias, avaliadores comerciais, corretores oficiais de mercadorias, de navios, de seguros, de títulos ou valores mobiliários, leiloeiros, representantes comerciais, etc; ou

c) pratique atos mercantis, tais como: o fornecimento de mão-de-obra de empregados, de profissão regulamentada ou não, para executar, inclusive no domicílio de outrem, serviços de conservação, vigilância, manutenção, limpeza, pintura, reforma; a administração de bens móveis ou imóveis; o recrutamento de mão-de-obra; a prestação de serviços de florestamento e de reflorestamento, de propaganda ou publicidade; a intermediação para fornecimento de refeições a trabalhadores através da emissão de bilhetes etc; ou

d) seja cooperativa de prestação de serviços, ou sociedade exploradora de estabelecimento de ensino, de hospital etc.

8. Conclui-se, em síntese:

I - estão sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte os pagamentos feitos por pessoas jurídicas às sociedades civis prestadoras de serviços pessoais de profissão legalmente regulamentada: médico, dentista, advogado, contador, engenheiro, economista etc;

II - o desconto do imposto na fonte, por si só, não enseja direito à alíquota reduzida prevista no art. 1º, inciso I do Decreto-lei nº 1.790, de 9 de junho de 1980;

III - o imposto, ainda que indevidamente descontado, poderá ser compensado na declaração de rendimentos do exercício financeiro correspondente, corrigido monetariamente na forma do disposto no art. 14 do Decreto-lei nº 1.967, de 23 de novembro de 1982.

À consideração superior.

CST, 21 de setembro de 1983.

JOSE MAGNO POMBO VEIGA
F.T.F.

De acordo.

Publique-se e, a seguir, encaminhem-se cópias às SSRR.R.F. para conhecimento e ciência aos demais órgãos subordinados.

(Of. nº 203/83)

JIMIR S. DONIAK
Coordenador do Sistema de Tributação

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 23.09.83



SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO SEGURO

Sede: SAO PAULO

Praça da Bandeira, 40 - 17 andar - Contorno 17-H - Telefone: 259 3782

BOLETIM Nº 08/83

São Paulo, 25 de setembro de 1983.-

NOTÍCIAS DA SOCIEDADE

I - Comemorações Culturais do 30º Aniversário da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro - Das reuniões realizadas pelas comissões encarregadas de promover as comemorações culturais do 30º Aniversário da Sociedade resultou uma programação a ser desenvolvida nos próximos meses, a qual terá o seguinte desdobramento:

1. Palestras dirigidas ao público consumidor

- a. Associação Comercial
- b. Federação do Comércio
- c. Federação das Indústrias

TEMA: SEGURO E INFLAÇÃO

2. Palestras dirigidas ao Mercado de Seguros (seguradores, securitários, corretores)

TEMAS: a. Corroção Monetária das indenizações

- b. Seguro em Moeda Estrangeira
- c. Comercialização na Previdência Privada - Perspectivas Atuais
- d. Avaliações para fins de Seguro
- e. Responsabilidade dos Diretores, Gerentes e Administradores de Empresas e seu Seguro
- f. A Instituição do Seguro no Brasil - Imagem Pública e Preparo Profissional
- g. Segurança e Proteção Patrimonial
- h. Alternativas para Carteira de Seguro Automóveis - no Brasil
- i. Seguro de Lucros Cessantes: A regulação de sinistros e a nova sistemática de apuração do lucro - bruto segurável
- j. Focúlio na Previdência Privada e Seguro de Vida - em Grupo - Confrontos e integração.

3. Paenóis de Debates sob a denominação genérica de "Panorama do Seguro Brasileiro na Década de '80", sobre cada um dos principais Ramos de Seguros, abordando os seguintes aspectos:

- a. Aspectos Históricos
- b. Aspectos Estatísticos

.../.

- c. Aspectos Técnicos: Regulamentação e Tarifação
- d. Aspectos Jurídicos
- e. Aspectos da Comercialização
- f. Aspectos da Regulação de Sinistros
- g. Perspectivas, Alternativas e Conclusões

Decidiu-se, ainda que, os trabalhos deverão ser apresentados por escrito com antecedência para distribuição durante o Iainól o posteriormente, ao final dos Painéis, todos os trabalhos serão reunidos em um volume que - constituirá os anais do 30º Aniversário da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro.

- II - Curso do Seguro de Riscos de Engenharia - Foi dado início no último dia 20 ao Curso de Seguro de Riscos de Engenharia. As aulas estão sendo ministradas em dois períodos: manhã e noite, conforme solicitação da FUNENSEG Fundação Escola Nacional de Seguros.
- III - Curso Básico de Seguros - Teme início no dia 16 do corrente mais um Curso Básico de Seguros, patrocinado pela FUNENSEG, sob a coordenação da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro. Em virtude da grande procura, foi organizada mais uma turma que terá início no próximo dia 20 de outubro.
- IV - Curso Preparatório de Comissário de Avarias - Conforme informamos anteriormente, foi dada preferência de inscrição aos Comissários de Avarias - com registro provisório expedido pela FENASEG. As vagas restantes serão disputadas por pessoas que tenham terminado o Curso de Seguro Transportes, mediante Teste Psicotônico.
- V - Reunião Conjunta do Centro de Estudos e Pesquisa do Seguro da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro e AIDA - Associação Internacional de Direito do Seguro - Assim como vêm fazendo às terças-feiras pela manhã, o Centro de Estudos e Pesquisa da Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro e a AIDA - Associação Internacional de Direito do Seguro se reuniram no último dia 20 de setembro, na sede da Sociedade. A pauta foi a análise do Anto-Projeto da "Consolidação das Leis do Direito do Seguro", elaborada pelo Dr. Pedro Alvim, de Belo Horizonte. A próxima reunião já está marcada para o próximo dia 27 de setembro.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS DE SEGUROS
CEP 01014 - R. BOA VISTA, 314 - 10º Andar - SÃO PAULO - SP - FONE: 258-5433
C.G.C. 45.426.293/0001-01

BOLETIM INFORMATIVO

A N O III

São Paulo, 23 de Setembro de 1.983

Nº. 006

DIRETORIA

PRESIDENTE
RÁVIO EUGÊNIO RAIA ROSSI

VICE-PRESIDENTE
IVO MARCOS FALCONE

VICE-PRESIDENTE
LUIZ MAGDO SALAZAR

VICE-PRESIDENTE
MARCOS L. DE MOURA E SOUZA

VICE-PRESIDENTE
LUIZ FERNANDO A. GONÇALVES

1º SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO ALVES

2º SECRETÁRIO
JOSÉ CARLOS M. FALCONE

1º TESOUREIRO
HORÁCIO YAMANEHI

2º TESOUREIRO
RICARDO FERNANDES PIAZZA

DIRETOR
LUIZ FERNANDO SALAZAR

DIRETOR
DAVID CAMARGO

DIRETOR
ROGÉRIO A. E. ANHADEN

DIRETOR
JULIO CESAR BENZONI

DIRETOR
PEDRO MÜLLER C. DE SOUZA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ AUGUSTO MONESSO
PAULO SERGIO FRIJORI
EDUARDO PERES FERNANDES
SILVIO BORASCHI SANTOS
MARCELO XAVIER OLIVEIRA
LUIZ C. SAUPIQUET PEREZ
ALCEU ESSENFELDER FILHO
ANTONIO GARCIA MEDEIROS
ELIZIER MOYSES
EGÍDIO LOPES BRANCHINI
CARLOS GONÇALVES NETTO

CONSELHO FISCAL

Efetivos
SERGIO GIUSEPE
CEZÁRIO FELLIOTO

Suplentes
EDUARDO L. DE OLIVEIRA
FRANCISCO A.V. CARVALHO

DIRETOR DE BOLETIM
PEDRO M. COELHO DE SOUZA

I - EDITORIAL

A FÁBULA DO "NUNCA VAI ACONTECER"

Certo dia a Prevenção estava dormindo, quando o Risco cruzou os céus tranquilos e plácidos da Bonança do "Nunca Vai Acontecer". E a Prevenção continuava no seu repouso, porque é chata, custa dinheiro e nunca é utilizada. E o Risco não parava de rondar es se mar de paz e sossego, ousando cada vez mais, pois a Prevenção nem sequer o avistava, dormindo profundamente, e esquecida de suas responsabilidades.

E assim o tempo foi passando, com a Prevenção cada vez mais inerte no seu torpor dorminhoco; até que o inusitado, o impossível, o inédito, o "Nunca vai Acontecer", aconteceu: O céu caiu em cima do mar sereno, pois vinha caindo aos poucos, e não era sequer observado; e desta maneira morreu a Prevenção dorminhoca e a Empresa que a embalava.

Assim acabou a fábula do "Nunca Vai Acontecer", e iniciou a realidade de muitas Empresas, que deixam dormindo o seu Departamento de Segurança e Prevenção, coisa comum nesses dias difíceis.

É preciso manter a Prevenção acordada, atenta e treinada, pois um dia o improvável pode surpreendê-la, e então a Prevenção estará apta para derrotá-la, mantendo a atividade empresarial intacta.

Eng.º PEDRO MÜLLER COELHO DE SOUZA

II - NOTÍCIAS

1. A "ABES" vem realizando periodicamente um "chopinho" para confraternizar com colegas e associados, e manter aceso o "fogo da amizade". Foi criado um sistema, em que cada Diretor é responsável para avisar os associados indicados a sua supervisão, para as datas e locais do encontro. Vamos participar!
2. A anuidade da Associação está agora facilitada aos colegas que militam na área e desejam participar. A jóia de Cr\$ 10.000,00 de pessoa física, foi dividida em 04 parcelas mensais e consecutivas, e cada trimestre R\$ 3.000,00. Qualquer informação adicional pode ser solicitada ao Presidente da "ABES" e Diretoria, sito a Rua Boa Vista nº. 314 - 10º Andar - São Paulo/SP. (CEP 01014), fone: 258-5433.
3. Como já foi comunicado em Boletins anteriores, semanalmente existe uma coluna da "ABES", no Jornal do Comércio de São Paulo, como muitos colegas não sabem do assunto divulgado, a partir do próximo Boletim serão anexadas as matérias.
4. Está em estudos na Diretoria, a criação de uma carteirinha para os Associados.

III - ASSUNTOS TÉCNICOS

Dentro dos diversos assuntos de interesse dos Engenheiros de Seguros, trataremos inicialmente de certos artigos publicados em revistas especializadas:

O primeiro artigo a ser abordado trata-se da Explosão Seca ou BLEVE, tratado na Revista Incêndio, e baseado na reportagem publicada no "Fire Journal" de autoria de W.L. Walls, o mesmo será publicado em duas partes:

1a. Parte: Você Sabe o que é BLEVE?

BLEVE é a junção de cinco iniciais de palavras americanas que designam uma explosão provocada pela vaporização rápida de um líquido. São elas: BOILING LIQUID EXPANDING VAPOR EXPLOSION, cujo significado está na própria definição. Como se sabe quando um líquido está contido em um reservatório, a uma temperatura bem acima de seu ponto de ebulição e a pressão atmosférica

/...

normal, ocorrendo uma falha no reservatório, acarretará, instantaneamente, a sua ruptura em dois ou mais pedaços. Isto descreve uma característica de um certo fenômeno como concebido há 20 anos atrás. Entretanto, devido à atenção dada a um tipo de BLEVE nos últimos seis anos, alguma confusão na aplicação desta expressão tem surgido. No sentido de dar o real significado na expressão BLEVE, este artigo descreverá sua origem e uma breve história de sua aplicação.

Em 24 de Abril de 1.957, um vaso de ferro fundido usado na produção de resina fenólica pela reação química entre formalin (uma solução de formaldeído gasoso em água) e fenol, de repente fragmentou-se em inúmeros pedaços. Não houve fogo resultante devido ao conteúdo do vaso ser essencialmente não inflamável. Entretanto, os danos resultantes de fragmentos aerodispersos e em menor extensão, da onda e choque, foram substanciais.

A fonte de energia nesse caso foi uma vaporização instantânea de parte do líquido no vaso (essencialmente água a uma temperatura bem acima do ponto de ebulição normal 100°C) quando a pressão interna foi de repente reduzida como resultado de uma falha do vaso. A vaporização resultou na produção de um volume de vapor (vapor de água, nesse caso) muitas vezes maior que o volume do líquido que o originou e o vapor expandido à medida que a pressão interna foi reduzida.

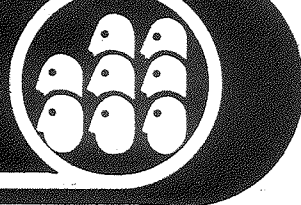
Nas análises técnicas que se seguiram ao incidente tornou-se aparente que uma descrição detalhada desse fenômeno, começando pela falha do vaso e terminando com a absorção e dissipação de energia, seria, praticamente, impossível. Foi notado também que o fenômeno estava presente em muitas outras situações, incluindo outras muito mais comuns que o reator químico, que era o objeto da investigação. Essas incluíam aquecedores de água quente e a parte de vapor de ebulidores.

Nessas situações o fluido envolvido foi água. Entretanto, logo ficou evidenciado, que o modelo físico era também aplicável a qualquer líquido que estivesse a uma temperatura bem acima daquela do seu ponto de ebulição normal (conhecida como superaquecida) no momento da falha do vaso. Gases liquefeitos eram candidatos óbvios devido suas temperaturas estarem sempre acima do ponto de ebulição normal à pressão atmosférica, excessão feita a certos criogênicos de baixa pressão ou de baixa temperatura de aplicação.

Indo mais além, qualquer líquido podia tornar-se superaquecido devido à exposição ao fogo, ocasionando um aumento de pressão do vaso acima daquela permitindo pelo projeto. Latas e tambores de líquidos inflamáveis eram exemplos notáveis.

Portanto, em reconhecimento ao grande número de ocorrências desse fenômeno e o excesso de palavras necessárias para explicá-lo, um grupo de técnicos decidiu verificar se o termo poderia ser agrupado e que permitisse a sua descrição de forma concisa e, talvez, facilitar mais o estudo fundamental e sistêmico de medidas preventivas.

A expressão BOILING LIQUID EXPANDING VAPOR EXPLOSION (BLEVE) foi criada por James B. Smith, William S. Marsh e W.L. Walls. Na primavera de 1.957, os três eram funcionários daquilo que na época era denominado Factory Mutual Engineering Division, agora conhecido como Factory Mutual Research Corporation (FM). Jim Smith aposentou-se e hoje é consultor. Bill Marsh pertence ainda ao FM e W.L. Walls é engenheiro de Gases Field Service, da-NFPA. Desde então, o termo BLEVE tem sido usado rotineiramente pelo Factory Mutual em seus termos técnicos e matérias publicadas.



PAINEL SOBRE SEGURO DE GARANTIA DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS,
REALIZADO NO RIO DE JANEIRO EM 15.09.83

CONFERÊNCIA DO SR. JORGE CROZCO LAINE, 2º VICE-PRESIDENTE
DA ASSOCIAÇÃO PANAMERICANA DE FIANÇAS

LA FIANZA, SU EVOLUCION HISTORICA
Y ALGUNOS ASPECTOS PRACTICOS DE SU OPERACION.

PROLOGO

DESEO AGRADECER A LOS SEÑORES ORGANIZADORES DE LA OCTAVA CONFERENCIA DE LA ASAMBLEA PANAMERICANA DE FIANZAS, QUE ESTA PROGRAMADA PARA CELEBRARSE EL PRÓXIMO MES DE ~~ABRIL~~ *Maio* DE 1984 EN ESTA CIUDAD, LA INVITACIÓN QUE ME HAN REALIZADO, PARA TENER OPORTUNIDAD DE COMENTAR ALGUNOS BREVES PUNTOS SOBRE ESTE SINGULAR CONTRATO, SU EVOLUCIÓN HISTÓRICA, SU DIFERENCIA CON EL SEGURO, Y LA OPERACIÓN DE LAS INSTITUCIONES AFIANZADORAS, PRINCIPALMENTE EN MI PAÍS, MÉXICO.

NUEVAMENTE ES PARA MI UN GUSTO ESTAR EN EL BELLO BRASIL-EL CUAL CONOCÍ HACE ALGUNOS AÑOS, Y EN EL QUE PASÉ UNOS DÍAS MUY FELICES, TAN AGRADABLE COMO EL LUGAR SON SUS HABITANTES, LOS CUALES TIENEN TANTAS POSIBILIDADES DE CRECIMIENTO, COMO ENORMES SU TERRITORIO.

LOS MEXICANOS LOS QUEREMOS, LOS APRECIAMOS, LOS RESPETAMOS Y COMO TENEMOS PROBLEMAS SEMEJANTES NUESTRAS RESPUESTAS PUEDEN SER AFINES, CREO QUE PODREMOS TOMAR EJEMPLO, EL UNO DEL OTRO, PARA SOLUCIONAR LOS MÚLTIPLES CAMBIOS QUE TENDREMOS QUE ENFRENTAR EN NUESTRA GENERACIÓN.

HACE POCOS MESES TUVIMOS EL GUSTO Y OPORTUNIDAD DE RECIBIR EN NUESTRO PAÍS A SU PRESIDENTE, IMPORTANTES FUNCIONARIOS Y UN GRUPO DE SELECTOS INDUSTRIALES Y COMERCIANTES, EN EL INTERCAMBIO DE CONOCIMIENTOS Y EXPERIENCIAS, SE PRECISARON ALGUNAS POSIBILIDADES DE TRABAJOS CONJUNTOS Y CREO QUE UNO DE ELIOS ES LA AYUDA RECÍPROCA EN MATERIAS, QUE, COMO EL PRESENTE SEMINARIO, PODEMOS ABORDAR CON EL OBJETO DE EXPONER NUESTRAS ACTIVIDADES PARA MEJORARLAS.

BRASIL, EN MI IMAGINACIÓN ERA SIEMPRE UNA SINFONÍA DE COLORES, RECUERDO DE MUY PEQUEÑO OIR LA ZAMBA "BRASIL", Y VER COMO SE PROYECTABA UNA PELÍCULA DE WALT DISNEY AL RITMO DE LA MÚSICA DE ÁRI BARRROSO, ENTRABA DESPUÉS UN PERSONAJE MUY SIMPÁTICO QUE LO BAUTIZÓ EL FAMOSO DIBUJANTE COMO PEPE CARIOCA. EN ESA MISMA PRODUCCIÓN APARECÍA TAMBIÉN UN GALLITO QUE NOS REPRESENTABA A LOS MEXICANOS CON EL NOMBRE DE PANCHO PISTOLAS Y AMBOS FUERON MUY AMIGOS.

..!.

DESDE SAS FECHAS HE VENIDO APRENDIENDO Y DESPUÉS CORRABORANDO AQUELLO QUE EN MI INFANCIA ME IMAGINE DE BRASIL, LUGAR HERMOSO, DE GRANDES DIMENSIONES Y DE MULTIPLES FACETAS.

SU PRIVILEGIADO TERRITORIO TIENE DE TODO, LLANOS, MONTAÑAS, SELVAS Y DESIERTOS. DIOS LOS HA DOTADO DE RIQUEZAS INCALCULABLES Y QUE AÚN CUANDO ESTAMOS PASANDO ÉPOCAS DE CRISIS LOS BIENES MATERIALES SON TAN BASTOS QUE ESTOY SEGURO PRONTO SALDRÁN DE ELLOS; AHORA QUE VENÍA PROCEDENTE DE MI TIERRA, Y AL CRUZAR POR LAS ALTURAS TODO ESTE BASTO TERRITORIO RECORDABA MIS PRIMEROS CONOCIMIENTOS DE LA REGIÓN Y REFLEXIONABA QUE SOLAMENTE HAY DOS PAISES EN AMÉRICA DEL SUR CON LOS CUALES USTEDES NO LIMITAN, ECUADOR Y CHILE, LO CONFIRMA LO EXTENSO Y VARIANTE TERRITORIO DE MAS DE 8'500,000 KM2.

SUS RECURSOS FLUVIALES Y MARITIMOS NO SON MENORES. EL CONJUNTO HIDROLÓGICO BRASILEÑO ES UNO DE LOS MÁS EXTENSOS DEL MUNDO TIENE LA CARACTERISTICA ÚNICA EL DE SER ORIGEN PLUVIAL, LAS CUENCAS DEL AMAZONAS, PARANÁ Y SAN FRANCISCO, JUNTO CON SUS LAGUNAS, ALCANZAN EL 56% DE SU TERRITORIO, TIENEN ADEMÁS LA ISLA FLUVIAL MAYOR DEL MUNDO, "BANANAL", A ESTO SE UNE SUS ENORMES COSTAS DE MÁS DE 7,500 KM., CON SUS IMPORTANTES PUERTOS, Y LA RIQUEZA DE SU PLATAFORMA MARINA.

ME HE REFERIDO A SUS RECURSOS PUESTO QUE PARA SU EXPLOTACIÓN TENDRÁN QUE LLEVARSE A CABO CUANTIOSAS EROGACIONES, APENAS HAN INICIADO A HACERLAS PERO PARA TODAS ELLAS SERÁ NECESARIA LA FIANZA. POR ALGUNA CAUSA FUE EL ORIGEN DE LA FIANZA EN BRASIL, SU USO COMENZÓ HACER CORTO TIEMPO PARA LA CONSTRUCCIÓN DE UNA PLANTA HIDROELÉCTRICA.

A LA FECHA SE HA DESARROLLADO NOTABLEMENTE, EL NÚMERO DE LAS PÓLIZAS Y EL IMPORTE DE LAS PRIMAS AUMENTA DÍA CON DÍA, PERO AÚN ESTÁN EN SU PERÍODO DE INICIACIÓN DE LA FIANZA DE EMPRESA, ASÍ COMO SU PRÁCTICA Y USO.

PARA EL TRABAJO DEL AFIANZADOR, SON NECESARIOS AL IGUAL QUE EN OTROS, LA HABILIDAD Y LA SUERTE, RECUERDO QUE CUANDO VISITE POR PRIMERA VEZ SU PATRIA, ME LLAMÓ LA ATENCIÓN LAS LEYENDAS Y SU FOLKLOR. AL CONSTITUIR UN PAÍS FORMADO DE GRUPOS ÉTNICOS TAN DIVERSOS HAY RELATOS QUE ESTAN COMPUESTOS, POR PIRATAS, ESCLAVOS AFRICANOS, INDIOS SALVAJES RELIGIONES PRIMITIVAS, BUSCADORES DE ORO Y PLANTADORES DEL CAUCHO, HAY VERSIONES DE FANTASMAS, BRUJOS, CURACIONES Y PALABRAS MÁGICAS, PARA MI LA LEYENDA QUE MÁS ME LLAMÓ LA ATENCIÓN FUE LA DEL SUJETO PEQUEÑO, LLAMADO "SACI-PERERE", ESTE PEQUEÑO NEGRITO, QUE ANDA POR TODAS PARTES SALTANDO SOBRE UNA PIERNA Y QUE ES TÍPICAMENTE BRASILEÑO POR SU SENTIDO DEL HUMOR, TIENE LA HABILIDAD DE METERSE EN PROBLEMAS Y TAMBIÉN FACILIDAD PARA SALIRSE DE ELLOS, ESTO ME RECUERDA A LOS QUE TRABAJAMOS EN FIANZAS, QUE COMO VEREMOS UN POCO MÁS ADELANTE, DEBEMOS SER COMO ÉL, TENER SENTIDO DEL HUMOR PARA NUESTRO TRABAJO Y HABILIDAD PARA CONOCER NUESTRO NEGOCIO.

TAMBIÉN HAY OTRA FIGURA FOLKLORICA (QUE TODOS LOS VISITANTES HEMOS OBSERVADO, LA "FIGA", ESA MANO, SIEMPRE LA IZQUIERDA, QUE TIENE UNA SERIE DE SÍMBOLOS, UNO DE ELLOS - ES LA BUENA SUERTE, PARA NUESTRO TRABAJO SE REQUIERE TAMBIÉN ELLA; PERO LA MISMA VIENE SIEMPRE UNIDA A UN CONOCIMIENTO INTEGRAL DEL NEGOCIO, NO HAY SUERTE SIN CONOCIMIENTOS, NO HAY TRIUNFO SIN PREPARACIÓN.

PASEMOS AHORA HA COMENTAR BREVEMENTE LOS ANTECEDENTES, DE LA FIANZA, DESPUÉS A SU FORMA DE CONTRATACIÓN, SU DIFERENCIA -- CON EL SEGURO, DE CUYAS EMPRESAS ES UNA HIJA ADOPTIVA, DESPUÉS VEREMOS SU OPERACIÓN EN MÉXICO ASÍ COMO ALGUNOS ASPECTOS DE LA OPERACIÓN INTERNACIONAL COMO LA LLEVAMOS EN NUESTRO PAÍS.

ANTECEDENTES

EL CONTRATO DE FIANZA APARECE EN EL UNIVERSO JURÍDICO HASTA LAS CODIFICACIONES GRIEGAS Y EGIPCIAS SIN EMBARGO ENCONTRAMOS ALGUNAS REFERENCIAS EN LOS CÓDIGOS DE URUKAGINA Y GUDEA PERTENECIENTES AL DERECHO SUMERIO MÁS O MENOS 2,400 AÑOS ANTES DE NUESTRA ERA. LOS LADRILLOS DE CAPODIA DEL DERECHO ASIRIO, - EL CHUKING DE CHINA, EL CÓDIGO DE HMMURABI DE BABILONIA, LAS LEYES ITITAS Y LOS VEDAS DE LA INDIA APORTAN IDEA SOBRE SU SINGULAR CONTRATO PERO DE MANERA - ALGUNA APARECE CODIFICADO.

FUÉ HASTA EL REINADO DE AMASIS II, EMPERADOR DEL BAJO EGIPTO Y DEL TIEMPO DE DARÍO REY DE LOS PERSAS EN DONDE ENCONTRAMOS ANTECEDENTES DE LEGISLACIÓN DE LA FIANZA.

LA IDEA DE LA FIANZA, SE REMONTA A TIEMPOS -- BIBLICOS Y EL REY SALOMÓN DECÍA "CUALQUIERA QUE SE -- CONVIERTA EN FIADOR DE UN EXTRAÑO TENDRÁ QUE ARREPENTIRSE", ESTOY SEGURO QUE USTEDES ESTARÁN DE ACUERDO CONMIGO EN QUE EL SABIO REY SALOMÓN NO ESTUVO MUY -- EQUIVOCADO.

EN EL DERECHO GRIEGO, SOLÓN Y DACRÓN SON LOS TRATADISTAS DE ESTE CONTRATO, QUE SURGE DE UNA MANERA PECULIAR, SU CAMPO SE REDUCE, AL DERECHO CIVIL, - SIENDO ACCESORIO DEL CONTRATO DE COMPRA-VENTA, PUÉS ESTE CONVENIO SE PERFECCIONABA MEDIANTE FIADORES DEL FIADO QUE GARANTIZABAN LA PACÍFICA POSESIÓN DE LA COSA. SU USO FUÉ LIMITADO POR LO QUE SU DESARROLLO QUEDA RELEGADO AL DERECHO ROMANO DONDE ALCANZÓ RELEVANCIA EXTRAORDINARIA.

ES SIN DUDA EN ROMA, FUENTE DEL DERECHO OCCIDENTAL, DONDE LAS PRINCIPALES INSTITUCIONES JURÍDICAS ALCANZAN SUS PRIMERAS METAS Y QUE HOY TODAVÍA TIENEN SUMA IMPORTANCIA. FUÉ EN EL PLEBISCITO DENOMINADO LEY CORNELIA EN EL AÑO 67 - ANTES DE JESUCRISTO Y BAJO LA DICTADURA DE SILA CUANDO SE DEFINE ESTA INSTITUCIÓN, "LA FIANZA ES LA ACEPTACIÓN DE -- UNA DEUDA AJENA EN CONCURRENCIA CON EL DEUDOR PRINCIPAL". SU ESTRUCTURACIÓN REGLAMENTARIA FUE MOTIVO, COMO EN TODOS LOS CONTRATOS, DE UNA SERIE DE ÓRDENES LEGALES QUE FIJARON A ESTE CONVENIO DE VOLUNTADES COMO UNA INSTITUCIÓN EN EL DERECHO UNIVERSAL FIJÁNDOLO COMO UN CONTRATO "SUIGENERIS".

.. / .

CIÓN LA TRATA ALFONSO EL SABIO EN SU LEY DE LAS SIETE PARTIDAS Y EN EL TÍTULO 12 PARTE V CONSIDERA QUE LA FIANZA -- ES: "LA OBLIGACIÓN QUE UNA PERSONA CONTRAE DE PAGAR Ó CUMPLIR POR OTRO SI ÉSTE NO LO HACE".

HAY QUE HACER NOTAR QUE LA INSTITUCIÓN DE LA FIANZA NACIÓ EN EL DERECHO CIVIL, DEL CUÁL HA PASADO AL MERCANTIL DONDE HA ENCONTRADO SUS MÁS GRANDES METAS, FORMÁNDOSE LA FIANZA DE EMPRESA.

EN EL DERECHO MEXICANO ENCONTRAMOS EL CONTRATO DE FIANZA TRATADA EN LA ÉPOCA PRECORTESIANA PUÉS LOS AZTECAS CONOCÍAN Y OPERABAN ENTRE OTROS CONTRATOS LA INSTITUCIÓN DE LA FIANZA. DURANTE LA DOMINACIÓN HISPÁNICA TUVIMOS LEGISLACIÓN ESPECIAL PARA LAS COLONIAS PERO EL CONTRATO DE FIANZA ESTUVO REGLAMENTADO DE UNA MANERA SIMILAR QUE EN ESPAÑA.

A PARTIR DE NUESTRA INDEPENDENCIA LA FIANZA SE HA DESARROLLADO AYUDANDO AL DESARROLVIMIENTO DE NUESTRO PAÍS EN EL CÓDIGO CIVIL DE 1870 QUE SE ORIENTÓ EN EL CÓDIGO ESPAÑOL DE GARCÍA GOYENA.

EL ORIGEN DE LAS COMPAÑÍAS DE FIANZAS LO ENCONTRAMOS A PRINCIPIOS DEL SIGLO XVIII EN LA CIUDAD DE LONDRES DONDE SE FUNDÓ LA PRIMERA COMPAÑÍA DEDICADA ESPECIALMENTE A FIDELIDAD, PUÉS PROTEGÍA A LOS PATRONES CONTRA LOS ROBOS DE SUS EMPLEADOS INNECESARIO COMENTAR, QUE SU EXISTENCIA FUÉ EFÍMERA.

FUÉ EN LA MISMA INGLATERRA DONDE LA FIANZA QUEDÓ ADAPTADA A SU CONCEPCIÓN ACTUAL, PERO RESTRINGIDA AL RAMO DE FIDELIDAD, Y QUEDANDO REDUCIDA PARA LOS EMPLEADOS DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, ÉSTE OCURRIÓ EN EL AÑO DE 1867.

EN AMÉRICA LA PRIMERA COMPAÑÍA FUÉ "THE GUARANTEE COMPANY OF NORTH AMERICA", SE ORGANIZÓ EN CANADÁ Y FUÉ LA PRECURSORA DE LA PRIMERA COMPAÑÍA DE NUEVA YORK SIENDO ÉSTA LA FIDELITY INSURANCE QUE SÓLO OPERÓ UN AÑO.

EN MÉXICO SE ORGANIZÓ LA PRIMERA AFIANZADORA QUE FUÉ FILIAL DE LA AMERICAN SURETY CO. DE NUEVA YORK, QUEDÓ ESTABLECIDA EL 3 DE JUNIO DE 1895, SIENDO SU OBJETO GARANTIZAR A LOS EMPLEADOS PÚBLICOS DE LA FEDERACIÓN DE LOS ESTADOS Y MUNICIPIOS. EL 16 DE ABRIL DE 1913, SE CONSTITUYÓ LA COMPAÑÍA MEXICANA DE GARANTÍAS QUE FUÉ FILIAL A LA COMPAÑÍA AMERICANA ANTES MENCIONADA.

POR LEY QUE SE PROMULGÓ EL 24 DE MAYO DE 1910 SE FACULTÓ A LAS EMPRESAS PARA EXPEDIR FIANZAS A FAVOR DE LA HACIENDA PÚBLICA FEDERAL PARA RESPONDER DEL PAGO DE DERECHOS, CONTRIBUCIONES, RENTAS, IMPUESTOS Y MULTAS; ÉSTAS FIANZAS GARANTIZABAN LAS DEUDAS DE LOS PARTICULARES Y EMPRESAS ANTE EL GOBIERNO FEDERAL. ASÍMISMO SE EXIGIÓ QUE LAS COMPAÑÍAS EXPEDIDORAS DE FIANZAS TENDRÁN UNA SOLVENCIA POR LO QUE SUS PÓLIZAS TENDRÍAN QUE SER ADMITIDAS POR LAS OFICINAS PÚBLICAS SIN MÁS TRÁMITE.

ESTA LEY ESTUVO EN VIGENCIA HASTA 1925 EN QUE QUEDÓ ABROGADA POR DECRETO DE 11 DE MARZO Y PUBLICADO EN DIARIO OFICIAL DE 9 DE ABRIL DE ESE MISMO AÑO; LA NUEVA LEY SEÑALÓ UN CAMBIO IMPORTANTE PUÉS LA LEY LES CONCEDIÓ A LAS AFIANZADORAS EL CARÁCTER DE INSTITUCIONES DE CRÉDITO Y POR LO TANTO QUEDARON SUJETAS A LA LEY GENERAL DE INSTITUCIONES DE CRÉDITO Y ESTABLECIMIENTOS BANCARIOS. ESTA MODALIDAD FUÉ SÓLO TRANSITORIA PUÉS EN 1926 SE CONCEPTUARON COMO HOY OCURRE, COMO INSTITUCIONES ESPECIALIZADAS SUJETAS AL RÉGIMEN DEL DERECHO MERCANTIL.

.../.

EN DICIEMBRE DE 1942 SE PROMULGÓ OTRA NUEVA LEY - DE INSTITUCIONES DE FIANZAS, EN QUE SE CONSIDERABA, POR OPINIÓN DEL BANCO DE MÉXICO, COMO INVASORES DE LAS INSTITUCIONES DE CRÉDITO Y POR LO TANTO SE PROHIBIÓ EXPEDIR - PÓLIZAS EN FORMA DE AVAL; ASÍMISMO SE FIJÓ UNA PROPOR- - CIÓN ENTRE EL VOLÚMEN GENERAL DE SUS INGRESOS Y SU CAPI- TAL Y RESERVAS POR LO QUE SE LIMITABAN LAS COMPAÑÍAS A - UN MÁRGEN LEGAL DE EXPEDICIÓN.

HUBO MODIFICACIONES IMPORTANTES DE NUESTRA LEY -- EN 1950 Y 1953, EN QUE SE ESTABLECIÓ EL FUNCIONAMIENTO - DE LAS COMPAÑÍAS DE FIANZAS Y SOBRE TODO QUE NO OTORGA-- RON PÓLIZAS SI NO ESTABA PLENAMENTE GARANTIZADA LA RECUPERACIÓN; SON DE FUNDAMENTAL IMPORTANCIA PARA LA OPERA-- CIÓN LAS GARANTÍAS, YA QUE SEÑALA QUE DAN SOLUCIÓN A LAS EMPRESAS PARA SU OPERACIÓN. POR OTRA PARTE HAY QUE SEÑALAR QUE EN LAS FIANZAS DE FIDELIDAD NO ESTÁN CONSIDERADOS EN ESTAS REGLAS PUÉS ELAS SON TRABAJADAS A VOLÚMEN.

RECIENTEMENTE EN (1982), SE PÚBLICO UN DECRETO -- EN EL CUÁL SE REFORMAN Y ADICIONAN A NUESTRA LEY DISPOSICIONES IMPORTANTES EN LAS QUE DESTACA, LA RELECTIVA A -- QUE NOS CAMBIAN LA AUTORIZACIÓN PARA OPERAR A CONCESIÓN, ASÍ COMO OTROS DE IMPORTANCIA OPERATIVA.

HAY QUE HACER NOTAR QUE MÉXICO ES UNO DE LOS PO-- COS PAÍSES QUE TIENE UNA LEY ESPECIALIZADA SOBRE LA MA-- TERIA PUÉS EN OTRAS NACIONES A LAS COMPAÑÍAS DE FIANZAS SE LES CONSIDERA COMO UNA PARTE DE OPERACIONES DE LAS COMPAÑÍAS DE SE GUROS.

LA BREVE RELACIÓN HISTÓRICA PROCEDENTE, SÓLO ESTÁ EN REFERENCIA A LA LEGISLACIÓN MEXICANA DE ESTA INSTITUCIÓN, PUÉS HUBO EN OTRAS LEGISLACIONES DISPOSICIONES ESPECIALES DE ESTE - CONTRATO, QUE SU INFLUENCIA EN NUESTRO PAÍS HA SIDO DE ESCASA- RELEVANCIA.

EL CONTRATO DE FIANZAS

PODEMOS DEFINIR A LA FIANZA COMO "LA GARANTÍA QUE DA UNA PERSONA (FIADORA) A OTRA (FIADO) PARA RESPONDER DEL CUMPLI MIENTO DE UNA OBLIGACIÓN ANTE UNA TERCERA PERSONA (BENEFICIA-- RIO)".

DE ACUERDO CON LA DEFINICIÓN ANTERIOR ENCONTRAMOS -- TRES PERSONAS EN EL CONTRATO DE FIANZAS LA FIADORA, LA FIADA Y LA BENEFICIARIA. LA FIANZA ES UN CONTRATO ACCESORIO PORQUE SU EXISTENCIA ES DEPENDIENTE DE OTRO ACTO O HECHO JURÍDICO PRINCIPAL Y ESTÁ SUJETA A LA EXISTENCIA Y VALIDEZ DE LA OBLIGACIÓN - PRINCIPAL POR ELLA GARANTIZADA.

LA FIANZA PUEDE OTORGARSE EN DOCUMENTO PÚBLICO O PRIVADO, POR CARTA O AÚN VERBALMENTE (ASÍ LO ADMITE EL DERECHO CIVIL DONDE TUVO SU ORIGEN) SIN EMBARGO, EN DERECHO MERCANTIL SE EXIJE CONSTANCIA POR ESCRITO. POR SU NATURALEZA EL CONTRATO - DE FIANZA ES UN "BUEN OFICIO", O UN SERVICIO GRATUITO DEL FIA DOR PARA EL FIADO PERO EN CASOS SE ESTIPULA UNA OBLIGACIÓN DE- RETRIBUIR AL FIA DOR; POR LO QUE SE FORMA LO QUE SE CONOCE CON- EL NOMBRE DE "FIANZA DE EMPRESA", ESTE ES EL ORIGEN DE LAS COM PAÑÍAS AFIANZADORAS.

SE EXIJE EN LA LEGISLACIÓN COMERCIAL EL REQUISITO -- DE IDONEIDAD Y NUESTRA LEY CONSAGRA QUE LAS COMPAÑÍAS AFIANZA- DORAS DEBEN DE CONTAR CON CAPACIDAD LEGAL Y ECONÓMICA PARA O-- BLIGARSE. EN DERECHO CIVIL EN CASO DE MUERTE DEL FIA DOR SE TRÁMITE ESE CARÁCTER A SUS HEREDEROS CON TODAS SUS EXCEPCIO NES Y DERECHOS.

DIFERENCIA ENTRE EL CONTRATO DE SEGURO
Y EL CONTRATO DE FIANZA

1.- LA NATURALEZA DEL CONTRATO DE FIANZA ES TRIPARTITA EN EL CONTRATO DE SEGURO INTERVIENEN SÓLO DOS PARTES LA ASEGURADORA Y EL ASEGURADO.

2.- LA PERSONA FIADO EN EL CONTRATO DE FIANZA, ES LA QUE HA CONVENIDO EN CUMPLIR UNA OBLIGACIÓN O COMPORTARSE EN UNA FORMA DETERMINADA Y SI CUMPLE SU COMPROMISO, NUNCA -- HABRÁ RECLAMACIÓN A CARGO DE LA PÓLIZA; EN CASO CONTRARIO SE PODRÁ RECLAMAR EN PROPORCIÓN A LA PÉRDIDA SUFRIDA Y SU LÍMITE SERÁ HASTA LA CANTIDAD FIJADA EN LA PÓLIZA.

3.- LA COMPAÑÍA ASEGURADORA QUE REALIZA UN CONTRATO ASUME UN RIESGO Y LAS PRIMAS SE CALCULAN CONSIDERANDO TANTO LA EXPERIENCIA COMO LA POSIBILIDAD DE PÉRDIDA. CUANDO LA COMPAÑÍA DE FIANZAS EXPIDE UNA PÓLIZA SE PAGA UNA PRIMA POR UN SERVICIO Y SE ASUME "UNA RESPONSABILIDAD" POR LO QUE SI LA COMPAÑÍA DE FIANZAS TIENE QUE CUBRIR CUALQUIER CANTIDAD ANTE EL BENEFICIARIO, EL FIADO ESTÁ OBLIGADO A CUBRIR CUALQUIER EROGACIÓN.

EN TEORÍA LA AFIANZADORA NUNCA DEBE REPORTAR PÉRDIDAS Y LAS PRIMAS SON CUBIERTAS COMO PRESTACIÓN DE SERVICIOS.

4.- HAY UNA IMPORTANTE DIFERENCIA ENTRE EL SEGURO Y LA FIANZA EN LA PARTE DE CANCELACIÓN DEL CONTRATO; EN EL SEGURO SON SUSCEPTIBLES DE CANCELACIÓN YA SEA POR CARTA DEL ASEGURADO O BIEN POR PARTE DE LA EMPRESA SI NO CUMPLE EL ASEGURADO CON SUS OBLIGACIONES; EN CAMBIO EN LAS FIANZAS SE EXTINGUEN TOTALMENTE LAS OBLIGACIONES CONTRAÍDAS POR EL FIADO HASTA QUE EL CONTRATO PRINCIPAL POR EL CUAL SE OTORGÓ LA PÓLIZA HA SURTIDO SUS EFECTOS Y QUE LA COMPAÑÍA AFIANZADORA TENGA EL DOCUMENTO Ó AUTORIZACIÓN EXPRESA DEL BENEFICIARIO PARA HACER LA CANCELACIÓN. ESTO NO OPERA EN LAS FIANZAS DE FIDELIDAD YA QUE ESTAS SON RENOVABLES Y PUEDEN SER CANCELADAS A JUICIO DE LA EMPRESA AFIANZADORA, A SOLICITUD DEL FIADO O DEL BENEFICIARIO.

5.- SE SEÑALABA EN EL CAPÍTULO PRECEDENTE QUE EL CONTRATO DE FIANZA TIENE UN CARÁCTER ACCESORIO. LA PÓLIZA DE FIANZA GARANTIZA POR LO TANTO EL CUMPLIMIENTO DE LA OBLIGACIÓN DE UN CONTRATO PRINCIPAL Y SÓLO EN ALGUNA OCASIÓN EL CONTRATO DE SEGURO ÉSTA RELACIONADO CON ALGÚN CONTRATO PRINCIPAL.

6.- EL SEGURO CONSTITUYE PROTECCIÓN CONTRA ACTOS, UNO DE ELLOS, FATAL EN SU REALIZACIÓN PERO DE FECHA DESCONOCIDA --- (MUERTE) LOS DEMÁS INCIERTOS (DAÑOS Y ACCIDENTES) TODOS ESTOS HECHOS ESTÁN DESLIGADOS (EN TEORÍA) DE LA VOLUNTAD HUMANA; LA FIANZA DEPENDE DE LA INTENCIÓN VOLITIVA DE LAS PERSONAS A NOMBRE DE LAS CUALES SE EXPIDE.

7.- OTRA DIFERENCIA DE TÉRMINOLOGÍA LEGAL SERÍA QUE UNA COMPAÑÍA DE FIANZAS NO ASUME RIESGOS SINO RESPONSABILIDADES EN TANTO QUE LA COMPAÑÍA DE SEGUROS ASUME SIEMPRE RIESGOS.

-- LA OPERACION DE LA FIANZA DE EMPRESA EN MEXICO --

EN MÉXICO LA DIFERENCIA FUNDAMENTAL QUE ENCONTRAMOS ENTRE LAS COMPAÑÍAS DE FIANZAS Y DE SEGUROS ES POR EL RÉGIMEN LEGAL AL CUAL ESTÁN SUJETAS, MIENTRAS QUE UNAS SE RIGEN POR LA LEY FEDERAL DE INSTITUCIONES DE FIANZAS LAS OTRAS ESTÁN SOMETIDAS A LA LEY GENERAL DE INSTITUCIONES DE SEGUROS.

DIFERENTES TIPOS DE FIANZAS

EN MÉXICO LAS COMPAÑÍAS DE FIANZAS CLASIFICAN LAS PÓLIZAS EN TRES GRANDES RAMOS: 1.- FIANZAS DE FIDELIDAD, - RAMO I
2.- RAMO II, FIANZAS JUDICIALES, PENALES Y DEL TRABAJO.

LA FIANZA DE FIDELIDAD

SE CONCEPTÚA FIANZA DE FIDELIDAD COMO LA QUE GARANTIZA AL BENEFICIARIO DE TODA PÉRDIDA QUE SUFRE A CONSECUENCIA DE LOS MALOS MANEJOS DE UN EMPLEADO ENCONTRA DE LA PROPIEDAD QUE LE HAYA CONFIADO EL BENEFICIARIO, LA CANTIDAD FIJADA COMO GARANTÍA SE LIMITA DE ANTEMANO Y ESA PÉRDIDA QUE SUFRE LA REPORTA A LA COMPAÑÍA AFIANZADORA SI PROVIENE COMO CONSECUENCIA DE ABUSO DE CONFIANZA O MALOS MANEJOS Ó ALGÚN OTRO ATENTADO QUE EL EMPLEADO COMETA CONTRA LA PROPIEDAD DEL BENEFICIARIO, PREVIA COMPROBACIÓN; ES MUY IMPORTANTE, SEÑALAR QUE EN CASO DE PAGAR AL BENEFICIARIO LA COMPAÑÍA AFIANZADORA PUEDE EJERCITAR ACCIONES CIVILES O PENALES EN CONTRA DEL FIADO, PARA LA RECUPERACIÓN DEL PAGO.

EN LA FIANZA DE FIDELIDAD EXISTE UNA SUPOSICIÓN DE PÉRDIDA Y POR ELLO SE ASEMEJA AL CONTRATO DE SEGURO, PUES MIENTRAS MAYOR SEA EL VOLÚMEN DE OPERACIÓN Y LA HOMOGENIEDAD DEL REISGO LA TEORÍA DE PERDER VIENE SIENDO IMPOSIBLE. EN ESTE RAMO LAS COMPAÑÍAS AFIANZADORAS ESTUDIAN A BASE DE ESTADÍSTICAS LOS DIVERSOS GRUPOS DE PERSONAS EN LAS CUÁLES EXISTE UN REISGO Y DE ACUERDO CON EL VOLÚMEN Y PROBABILIDAD DE PÉRDIDAS SE FIJA UNA PRIMA.

EXISTEN CLÁUSULAS EN ESTÁ PÓLIZA QUE PERMITEN QUE POR FALTA DE PAGO O CUANDO ASÍ CONVenga A LA FIADORA PUEDE CANCELARSE; Y QUEDA FACULTADA LA EMPRESA LA ACEPTACIÓN DE CUALQUIER FIADO PROPUESTO. EN LA TEORÍA DE ORGANIZACIÓN DE LAS EMPRESAS, SE SEÑALA COMO PUNTO IMPORTANTE LA CONTRATACIÓN DE UN SEGURO DE VIDA PARA LOS OBREROS Y TAMBIÉN DE UNA FIANZA DE FIDELIDAD PARA LAS PÉRDIDAS EN QUE PUEDAN INCURRIR LOS MISMOS. LA CUIDADOSA INVESTIGACIÓN QUE LLEVAN A CABO LAS COMPAÑÍAS AFIANZADORAS PERMITEN QUE LA EMPRESA QUE CONTRATA EL SERVICIO DE FIANZAS DE FIDELIDAD TENGA UNA SEGURIDAD DE LOS ANTECEDENTES DE LOS EMPLEADOS.

LA FIANZA DE FIDELIDAD SE HA DIVIDIDO EN TRES GRANDES RAMAS CON OBJETO DE FACILITAR EL DESENVOLVIMIENTO ECONÓMICO DE LAS EMPRESAS QUE SOLICITAN ESTE TIPO DE PÓLIZAS Y QUE A DIFERENCIA DE LOS RAMOS II Y III, ÉSTAS PUEDEN SER CANCELADAS AUTOMÁTICAMENTE A LOS 60 DÍAS POSTERIORES A SU VENCIMIENTO, SI NO ES CUBIERTA LA PRIMA POR EL SIGUIENTE PERÍODO:

LAS TRES GRANDES RAMAS SON:

- 1.- INDIVIDUALES
- 2.- CÉDULA; Y
- 3.- CAUCIÓN ÚNICA.

FIANZAS INDIVIDUALES

LAS FIANZAS INDIVIDUALES SON AQUELLAS QUE CUBREN LOS MANEJOS DE UNA PERSONA DETERMINADA, PARA UN PUESTO ESPECÍFICO Y CUYA RESPONSABILIDAD NO PUEDE SER MAYOR A 36 MENSUALIDADES DE SU SUELDO Ó EN PROMEDIO SI SE TRATA DE AGENTES DE VENTA A COMISIÓN.

EN CASO QUE LA FIANZA SEA CANCELADA, CON ANTICIPACIÓN A SU VENCIMIENTO SE DEVOLVERÁN LAS PRIMAS NO DEVENGADAS SIENDO REQUISITO INDISPENSABLE DEVOLVER EL ORIGINAL DE LA PÓLIZA, O BIEN AUTORIZACIÓN EXPRESA DEL BENEFICIARIO DE LA FIANZA SOLICITANDO SU CANCELACIÓN.

.. / .

FIANZA CEDULA

LA FIANZA CÉDULA EQUIVALE A LA REUNIÓN DE VARIAS-FIANZAS INDIVIDUALES, EN UN SOLO DOCUMENTO, TIENEN QUE SER COMO MÍNIMO MÁS DE DIEZ PERO SIN LÍMITE A CUANTO SU MÁXIMO Y CUBRE A LOS EMPLEADOS INCLUIDOS EN LA CÉDULA QUE SE AD--JUNTA A LA PÓLIZA, QUEDANDO ESPECIFICADOS EN ELLA LOS NOM-BRES, PUESTOS Y RESPONSABILIDADES. LA SOLICITUDES DE ESTE TIPO DE FIANZAS SON EXACTAMENTE IGUAL QUE LAS FIANZAS INDI-VIDUALES Y LAS CANTIDADES QUE CUBREN A CADA PERSONA SON SO-LICITADAS CON RELACIÓN A LOS RIESGOS QUE TIENE CADA EMPLEA-DO AL PUESTO QUE DESEMPEÑA O AL MANEJO DE ÚTILES A SU CUI-DADO, PERO CON LA MISMA LIMITACIÓN DE 36 MENSUALIDADES AN-TES INDICADA. PARA QUE FUNCIONE ESTE TIPO DE FIANZAS SOLA-MENTE PUEDE EXPEDIRSE CUANDO SE TRATA DE UN MISMO BENEFI--CIARIO.

FIANZA CAUCION UNICA

SE CUBRE HASTA UNA CANTIDAD TOTAL QUE PUEDE VA--RIAR. EN ESTA FIANZA ESTÁN INCLUIDOS TODOS LOS EMPLEADOS - DE UNA MISMA NEGOCIACIÓN Y POR LA MISMA CANTIDAD; POR EJEM-PLA, UN GERENTE, UNA SECRETARÍA, UN COBRADOR, UN VENDEDOR, UN CAJERO, UN OFFICE-BOY, ETC., ESTARÁN TODOS AFIANZADOS - POR LA MISMA CANTIDAD; EN CASO DE RECLAMACIÓN DE ESTA PÓLI-ZA, SE RESTA EL MONTO DE LA RECLAMACIÓN PAGADA, QUEDANDO - REDUCIDA EN LA CANTIDAD CUBIERTA LA SUMA FIJADA INICIALMEN-TE. SI LA EMPRESA LO DESEA CUBRIRÁ UNA PARTE PROPORCIONAL DE PRIMA Y SE VOLVERÁ A ELEVAR AL TOTAL DE LA PÓLIZA.

PARA EL COBRO O DEVOLUCIÓN DE PRIMAS EN ESTE TI-PO DE PÓLIZA SE APLICA UNA TABLA DE PORCIENTOS, QUE LLAMA-MOS PRIMAS DE CORTO PLAZO.

ESTAS PÓLIZAS AL IGUAL QUE LA CÉDULA, NO SON PRO-RROGABLES SI NO RENOVABLES A SU VENCIMIENTO A DIFERENCIA - DE LAS INDIVIDUALES LAS QUE SON POR PRORROGABLES.

DENTRO DEL RAMO I QUEDAN TAMBIÉN INCLUIDAS CIERTAS FIANZAS QUE AUNQUE NO SON CONTRA ROBOS U OTROS DELITOS POR - MALOS MANEJOS DE LOS EMPLEADOS SI SE ESTIPULA QUE CAUCIONA - LOS MANEJOS DE SÍNDICOS, INTERVENTORES, ALBACEAS, DEPOSITA--RIOS, TUTORES, GESTORES, GUÍAS DE TURISTAS, AGENTES ADUANA--LES, ETC., GARANTIZANDO LA AFIANZADORA UN COMPORTAMIENTO DEBI-DO DE SU PUESTO.

LAS FIANZAS DE RAMO II Ó JUDICIALES SE DIVIDEN EN-DOS GRUPOS:

LAS JUDICIALES PROPIAMENTE Y LAS PENALES. LAS PRI-MERAS SON AQUELLAS QUE SE EXPIDEN ANTE UNA AUTORIDAD JUDICIAL; EN EL ÓRDEN CIVIL O MERCANTIL, ADMINISTRATIVO Y LABORAL PARA GARANTIZAR LOS DAÑOS Y PERJUICIOS, AMPARO, LEVANTAMIENTO DE-EMBARGOS, PAGOS DE SALARIOS, ETC., QUE SE PUEDAN CAUSAR EN - LOS DIVERSOS TIPOS DE PROCEDIMIENTOS.

LAS DENOMINADAS PENALES SON LAS QUE SE OTORGAN AN-TE UN JUZGADO DEL ORDEN CRIMINAL Y QUE GARANTIZAN GENERALMEN-TE LA LIBERTAD DE LOS FIADOS POR MOTIVO DE HABER COMETIDO AL-GÚN DELITO CONFIGURADO EN EL CÓDIGO PENAL Y QUE TENGA DERE--CHO A GOZAR, DE LIBERTAD POR MEDIO DE CAUCIONAMIENTO.

DEBIDO A LA INSEGURIDAD QUE PRESENTAN LAS FIANZAS-EXPEDIDAS EN ESTE RAMO EN CASO DE OTORGARSE CUALQUIER TIPO - DE ÉSTAS PÓLIZAS LAS CONTRAGARANTÍAS SOLICITADAS POR LAS COM-PAÑÍAS AFIANZADORAS SON SIEMPRE MAYORES QUE EN OTRO TIPO DE-FIANZAS. ESTAS PÓLIZAS TIENEN TAMBIÉN FIJADA UNA PRIMA MÁS-ELEVADA QUE LAS DE OTROS RAMOS.

.. / .

LAS FIANZAS DEL RAMO III SON AQUELLAS QUE NO ESTÁN CONFIGURADAS EN NINGUNO OTRO DE LOS DOS RAMOS Y SE EXPIDEN GENERALMENTE ANTE EL GOBIERNO FEDERAL, GOBIERNO ESTATAL, MUNICIPAL Y POR SUPUESTO A FAVOR DE PARTICULARES. SON LAS MÁS COMUNES LAS DE CUMPLIMIENTO DE CONTRATO, GARANTÍA DE INTERÉS FISCAL, EXPLOTACIÓN DE PETRÓLEO, PESCA, IMPORTACIÓN, PARA PROVEEDORES, DE ANTICIPO, DE BUENA EJECUCIÓN, DE CONCURSO, PORTEOS DE ALCOHOL, AZÚCAR, ETC., EN MÉXICO SE TIENE PROHIBIDO POR LEY LA FIANZA DE CRÉDITO SIN EMBARGO LA SECRETARÍA DE HACIENDA Y CRÉDITO PÚBLICO ORGANO ESTATAL - QUE NOS SUPERVISA, OTORQUE DISCRETAMENTE PERMISO PARA ESTAS OPERACIONES.

EN MI PAÍS LAS PRIMAS DE LAS PÓLIZAS SON PAGADAS - POR ANUALIDADES Y SI EL PAGO POR ESTE SERVICIO NO SE CUMPLE, LA AFIANZADORA TIENE LA OBLIGACIÓN DE SEGUIR RESPONDIENDO POR LA PÓLIZA EXPEDIDA, YA QUE LA CANCELACIÓN SOLO SE VERIFICA, CUANDO SE RECIBE LA PÓLIZA ORIGINAL O LA AUTORIZACIÓN EXPRESA DEL BENEFICIARIO, EN LA CUÁL COMUNICA A LA AFIANZADORA QUE EL FIADO HA CUMPLIDO SU OBLIGACIÓN - Y LA RESPONSABILIDAD PUEDE CANCELARSE.

LOS MARGENES DE OPERACION DE LAS COMPAÑIAS DE FIANZAS

LA CUANTÍA POR LA QUE SE SOLICITA LA FIANZA ES VARIABLE, Y ÉSTA PUEDE ASCENDER A VARIOS CIENTOS DE MILES - DE PESOS; LA LEY HA PREVISTO ESTOS CASOS Y FACULTA A LAS COMPAÑIAS PARA QUE TENGAN UN MÁRGEN LEGAL, DENTRO DEL - - CUÁL PUEDAN RETENER LA TOTALIDAD DE LA RESPONSABILIDAD; - CASO DE QUE ESE MÁRGEN LEGAL SEA SUPERADO POR LA CUANTÍA - DE LA PÓLIZA, ÉSTA SE REAFIANZA CON COMPAÑIAS NACIONALES - Y SI EL MONTO DE LA PÓLIZA SOBREPASA ESE CUPO SE CEDERÁ - A LAS COMPAÑIAS EXTRANJERAS. EL PROBLEMA DEL REAFIANZAMIENTO, OPERA A MENOR ESCALA QUE EL REASEGURO, PUÉS HAY - QUE RECORDAR QUE EN LAS COMPAÑIAS AFIANZADORAS EN TEORÍA - NUNCA SE DEBE REPORTAR PÉRDIDA. SIN EMBARGO, EL REAFIANZAMIENTO OPERA CON MAYOR REGULARIDAD EN EL RAMO I O SEA - EN FIDELIDAD, EN DONDE EL SISTEMA DE FIANZAS TIENE SU MAYOR PARECIDO CON EL SEGURO.

HEMOS VISTO ESQUEMATICAMENTE EL CONTRATO DE FIANZA, SU HISTORIA, SU DIFERENCIA CON EL SEGURO Y UN BREVE REPASO CON EL SISTEMA MEXICANO.

ANTES DE CONCLUIR Y BREVEMENTE QUISIERA SEÑALAR LA FORMA DE QUE OPERAMOS LA FIANZA INTERNACIONAL EN NUESTRO PAÍS.

NUESTRA LEY REQUIERE QUE LA RESPONSABILIDAD LA RETENGAN ANTES DE REAFIANZARSE EN EL EXTRANJERO, EL SISTEMA MEXICANO - DE FIANZAS. POR TANTO NUESTRAS OPERACIONES SON ESCENCIAL-- MENTE FACULTATIVAS, ESTO PERMITE QUE ANALICEMOS CONJUNTAMENTE CUANDO EL MONTO DE LA PÓLIZA ES ELEVADO LA TOTALIDAD DE LAS EMPRESAS PARTICIPANTES, TAMBIÉN OPINAMOS SOBRE LAS GARANTÍAS, E INTERCAMBIAMOS LA EXPERIENCIA. LOS RESULTADOS - HAN SIDO ALTAMENTE SATISFACTORIOS.

LAS PÓLIZAS QUE EXPEDIMOS NUNCA SON DE "FRONTING", ESTE CONTRATO NO ES APLICADO EN MI PAÍS, POR LO CUÁL SOLICITAMOS - CUANDO HAY UN CONTRATISTA O PROVEEDOR EXTRANJERO, QUE NOS OTORQUE UNA GARANTÍA, CONSISTENTE EN UNA FIANZA DE SU PAÍS, POR UNA EMPRESA QUE SEA POR NOSOTROS CONOCIDA Y EN ESTE CASO, CON ESA GARANTÍA EXPEDIMOS NUESTRA PÓLIZA.

.. / .

POR OTRA PARTE NO PODEMOS ASUMIR RESPONSABILIDADES EN MONE-
DAS EXTRANJERAS SÓLO CON AUTORIZACIÓN DE LA SECRETARÍA QUE-
NOS SUPERVISA.

NUESTRAS LEYES PREVEEN, QUE EN LOS CONTRATOS QUE SE CELE-
BREN CON LOS GOBIERNOS FEDERAL, ESTATALES Ó MUNICIPALES LLE-
VEN FIANZAS DE COMPAÑÍAS MEXICANAS.

TENEMOS PROHIBIDO LA EXPEDICIÓN DE LAS FIANZAS DE CRÉDITO.
PERO CONTAMOS CON LA FACULTAD DE SER LAS UNICAS INSTITUCIO-
NES AUTORIZADAS PARA EXPEDIR FIANZAS A TÍTULO HONEROSO, --
POR LO CUÁL A LOS BANCOS, SOLAMENTE LOS FACULTAN CUANDO NO
SOTROS NO TENEMOS CAPACIDAD.

C O N C L U S I O N

CREO QUE PARA QUE LA FIANZA DE EMPRESA PUEDA DESARROLLARSE
TIENE QUE TENER UNA FIRME BASE JURÍDICA A TRAVÉS DE UNA --
LEY ESPECIAL, DE APLICACIÓN FEDERAL, QUE CONSIDERE A LAS -
INSTITUCIONES QUE OPERAN LA FIANZA DENTRO DE UNA FUNCIÓN -
SOCIAL DE PRIMORDIAL IMPORTANCIA.

LA FLEXIBILIDAD DE NUESTRA OPLRACIÓN A TRAVÉS DEL JUEGO DE
GARANTÍAS DEBE PROTEGERSE, SEÑALANDO PROCEDIMIENTOS ESPE--
CIALES Y RÁPIDOS PARA LA RECUPERACIÓN DEL PAGO DE RECLAMA-
CIONES. EL ÉXITO SERÁ DAR LIQUIDEZ, LA EMPRESA AL BENEFI--
CIARIO EN CASO DE RECLAMACIÓN DE ESTE.

PERO DEBE TENERSE PLENAMENTE GARANTIZADA LA RECUPERACIÓN -
MEDIANTE UN PROCESO LEGAL ÚNICO Y ADECUADO.

NO PODEMOS OLVIDAR QUE ESTAMOS VIVIENDO UNA GENERACIÓN - -
DE CAMBIOS, LOS ASPECTOS ECONÓMICOS, POLÍTICOS Y SOCIALES-
QUE ENFRENTAMOS EN NUESTROS DÍAS SON ENORMES, LA TERRIBLE-
Y PAVOROSA INFLACIÓN DEBE SER CONSIDERADA COMO UN OBJETIVO
PRIORITARIO, A COMBATIR ESTÁ COYUNTURA ES UNA OPORTUNIDAD-
PARA MANIFESTAR NUESTRO OBJETIVO SOCIAL COMO EMPRESAS - --
AFIANZADORAS Y DEMOSTRAR LO ÚTIL Y NECESARIO DE NUESTRA --
PARTICIPACIÓN EN EL DESARROLLO ECONÓMICO, LA FIANZA NO DE-
BE VERSE COMO ALGUNOS LO SEÑALAN, COMO UN SIMPLE TRÁMITE -
LEGAL; ES LA MANIFESTACIÓN DE LA SOLVENCIA Y CAPACIDAD DEL
FIADO, PARA DESEMPEÑAR EL TRABAJO QUE SE HA COMPROMETIDO -
CON UN RESPALDO QUE LE PROPORCIONAMOS.

COMO RECORDARÁN AL INICIAR MIS COMENTARIOS ME REFERÍA A DOS
SÍMBOLOS DE USTEDES, AHORA LOS RELACIONARÁN CON LA OPERA
CIÓN DE LA FIANZA, SE REQUIERE LA HABILIDAD REPRESENTADA
POR "SACI-PERERE", Y LA SUERTE EN LA FIGURA DE "LA FIGA".

GRACIAS SEÑORES POR SU ATENCIÓN A ESTÁ PLÁTICA, QUE PRE--
TENDIO SER INFORMATIVA, DE UNA ACTIVIDAD A QUE ME HE DEDI
CADO GRAN PARTE DE MI VIDA PROFESIONAL Y DE LA CUÁL HE TE
NIDO GRANDES SATISFACCIONES, HOY QUE ADEMÁS FESTEJAMOS EN
MI PAÍS UN ANIVERSARIO MÁS DE NUESTRA INDEPENDENCIA, UNO-
OTRO RECUERDO EN MI VIDA DE AFIANZADOR, QUE HA SIDO HABER
ME DIOS PERMITIDO, ESTAR CON USTEDES EN ESTE HERMOSO Y --
QUERIDO PAÍS, CONVERSANDO DE LO QUE MÁS ME GUSTA, "LA --
FIANZA ".

MUCHAS GRACIAS

JORGE OROZCO LAINE

RIO DE JANEIRO 15 DE SEPT. DE 1983.

CONFERÊNCIA DO SR. HERNANDO GABINDO CUBIDES,
DA SKANDIA SEGUROS DA COLOMBIA S/A

C O F E R Ê N C I A S O B R E F I A N Z A S

LUGAR Y FECHA: RIO DE JANEIRO-BRASIL
SEPTIEMBRE 15 DE 1.983.

Para mí, es motivo de enorme complacencia el encontrarme en esta bella ciudad y más grato aún, el tener la ocasión de disertar ante tan distinguido Auditorio, todo en razón a la muy honrosa y comprometedora invitación que me han formulado los Ilustres colegas y amigos, Doctores JOAO GILBERTO POSSIEDE, DELIO BEN-SUSSAN DIAS y OCTÁVIO CEZAR DO NASCIMENTO.

El tema de los Seguros de Fianzas, que día a día va tomando mayor auge y que hoy en la economía es instrumento de vital importancia, no se encuentra claramente reglamentado en las diferentes Legislaciones y por lo tanto hay que acudir a la analogía o a las normas supletorias, procedimiento que se presta a confusiones, arrojando en la mayoría de los casos, interpretaciones disímiles.

La Fianza propiamente dicha, si aparece definida y regulada en los respectivos Códigos, señalándose en ellos la constitución, requisitos, efectos y extinción de esta figura jurídica.

La ausencia de una reglamentación ordenada y concreta, a nuestro juicio, obedece a la controversia que existe entre los entendidos en la materia, acerca de si las pólizas de Cumplimiento y de Manejo son verdaderos Seguros o simplemente fianzas, y por otro lado, a la falta de uniformidad en su terminología, pues se habla de Caución, Garantía, Aval, Contrato Accesorio, Seguro de Cumplimiento, Póliza de Fianza, Crédito.

Es preciso, entonces, ocuparnos de estas expresiones, para entender mejor por qué utilizamos el calificativo " SEGURO DE FIANZA " y no otro.

Consideramos que el SEGUROS DE FIANZA tiene su propia autonomía, como cualquier otra figura legal. Por usar esta expresión, no puede presumirse ni menos entenderse que se están confundiendo dos instituciones totalmente distintas e independientes, cuales son la FIANZA y EL SEGURO.

La misma definición de Seguro nos está indicando claramente el tipo de contrato, como cuando se dice, por ejemplo, Seguro de Robo, Seguro de Incendio.

No ocurriría lo mismo, si le llamáramos Seguro de Caución o Seguro de Garantía, términos que aunque se tienen como sinónimos, en el fondo no lo son y por tanto dan lugar a análisis distintos.

Al hablar de SEGURO DE FIANZA se precisa la protección al incumplimiento de una obligación, sin que se llegue a confundir con otras especies de cauciones como la Prenda o la Hipoteca. Tampoco se nos hace apropiado el vocablo "GARANTIA", por considerarlo demasiado amplio o ambiguo, si se quiere.

C A U C I O N .- Según el lenguaje corriente es precaución, garantía, cautela, seriedad, fianza. Es una obligación esencialmente accesoria, o más propiamente, es una "responsabilidad, limitada o no, personal o real, adicional a la propia del deudor."

.. / .

"CAUCION, según el Código Civil Colombiano, significa generalmente cualquier obligación que se contrae para la seguridad de otra obligación propia o ajena. Son especies de Caucción la Fianza, la Hipoteca y la Prenda". De acuerdo con la definición transcrita, CAUCION es el género y comprende todas aquellas seguridades reales o personales que se dan para el cumplimiento de una obligación. Además de las especies de Caucción anotadas, nosotros agregamos: La cláusula penal; las arras que se entregan con miras a la celebración de un contrato principal, y la obligación contraída por un tercero de pagar una cosa que no sea dinero en lugar de otra cosa.

Los conceptos de CAUCION y CONTRATO ACCESORIO se asimilan, ya que éste aparece definido como aquel que "tiene por objeto asegurar el cumplimiento de una obligación principal, de manera que no pueda subsistir sin ella."

G A R A N T I A .- Significa afianzamiento, prenda, seguridad, protección, promesa; es la obligación de responder por la legitimidad, calidad y buen funcionamiento de ciertos productos. Existen también las garantías constitucionales, sociales e individuales que son las declaraciones que aseguran a todos los individuos el disfrute de los derechos públicos y privados.

Como fácilmente se observa la expresión "GARANTIA" tiene varias acepciones. Por su parte, el Código de Comercio Colombiano al ocuparse del contrato de Seguro, Libro 4o. Título V- Capítulo 1, define la GARANTIA en su artículo 1061 así: "Se entenderá por garantía la promesa en virtud de la cual el asegurado se obliga a hacer o no determinada cosa, o a cumplir determinada exigencia, o mediante la cual afirma o niega la existencia de determinada situación de hecho."

A V A L .- Es un escrito en el que un tercero garantiza el pago de un título valor (Artículo 633 del C.de Co.). Es, pues, una garantía de pago, propia de tales créditos o bienes mercantiles, en donde el avalista queda obligado a cubrir la deuda en el momento de hacerse exigible, si es que el deudor principal no la ha cubierto. Se responde por el no pago.

S E G U R O D E C R E D I T O .- Es el documento que se otorga para proteger a una persona natural o jurídica contra la insolventia de sus deudores. No se garantiza el no pago, sino la incapacidad de pagar la deuda.

La insolvencia es el riesgo que se ampara, o sea que cuando el deudor se encuentra en cesación de pagos, en estado de quiebra, o se le sigue proceso de Concurso de acreedores, se produce el siniestro.

En los Seguros de Crédito se acostumbra pactar un coaseguro a cargo del asegurado, además de una franquicia. Esto no es usual en los Seguros de Fianza, los que, recordamos, tienen por finalidad garantizar el cumplimiento de obligaciones que emanan de leyes o de contratos.

D I F E R E N C I A S .- Como lo anotamos ya, Seguro y Fianza son dos figuras independientes, con sus características y elementos propios, que precisamente hacen que se distinga un contrato de otro. Pero el Seguro de Fianza es otro concepto, también autónomo, que no puede denominarse simplemente Seguro, como tampoco fianza en general.

Para una mayor claridad y comprensión, entramos en seguida a señalar las cosas que son de la esencia de cada uno de estos actos jurídicos.

C O N T R A T O D E S E G U R O .- Actualmente en la Legislación Colombiana no aparece ninguna definición al respecto, sino que sencillamente se dice que "el Seguro es un contrato solemne, bilateral, oneroso, aleatorio y de ejecución sucesiva (art. 1036 del C.de Co.).

.. / .

El Seguro es un contrato por el cual una persona jurídica, debidamente autorizada para ello se obliga mediante una prima, a pagar al asegurado o al beneficiario hasta el monto de la suma asegurada, en el caso de verificarse la eventualidad prevista.

Las Compañías aseguradoras pueden asumir todos o algunos de los riesgos a que estén expuestos el interés o la cosa asegurados, el patrimonio o la persona del asegurado (art. 1056 del C. de Co.).

Existen prohibiciones de tipo legal , como el Seguro de Crédito solidario ;el Seguro de Responsabilidad Profesional; actos y asuntos que no son asegurables como el dolo, la culpa grave y los actos potestativos del tomador, asegurado o beneficiario y las sanciones de carácter penal o policivo.

CARACTERISTICAS DEL CONTRATO DE SEGURO.-En nue
tra oni
nión, dicho contrato tiene estos caracteres:

1. BILATERAL.- Porque las partes se obligan recíprocamente (art.1496 del C.C.); es decir, el contrato genera obligaciones para los contratantes. Entre las obligaciones del asegurado está el pago de la prima; y dentro de las de la aseguradora, asumir el riesgo y pagar el siniestro.
2. ALEATORIO.- Quiere decir azar, suerte, riesgo. El contrato puede significar para los contratantes, una pérdida o bien una ganancia, ya que no hay equivalencia constitucional y originaria en sus prestaciones (art. 1498 del C.C.).
3. ONEROSO.- Toda vez que cada parte se grava en beneficio de la otra. No existe ni puede existir gratuidad (art. 1497 del C.C.) por lo que se trata de un contrato comercial.
4. PRINCIPAL.- En general, el seguro subsiste por si solo, sin depender de otro contrato. Tiene su propia individualidad, a excepción de los Seguros de Fianza, como tendremos oportunidad de observarlo (art. 1499 del C.C.).
5. SOLEMNE.- Porque solo existe cuando se ha emitido la póliza debidamente firmada por el asegurador; o sea, que está sujeto al cumplimiento de determinadas formalidades. (art. 1500 del C.C. y 1036 del C.de Co.).
6. DE ADHESION.- Por cuanto el asegurado adhiere a las condiciones o estipulaciones consignadas previamente en las Pólizas. No está a su alcance discutir las mismas son redactadas por la Empresa aseguradora, de ahí que las cláusulas ambiguas se interpreten en su contra (art. 1624 del C.C.), dentro de las pautas de los organismos competentes del Estado, que intervienen en general o en tutela específica y complementaria de la Administración Pública.
7. DE TRACTO SUCESIVO.- O lo que es lo mismo de ejecución continuada, pues no se realiza de una vez, sino que se va desarrollando a través del tiempo. En otras palabras, su ejecución no es instantánea, por corta que sea su duración.

ELEMENTOS DEL CONTRATO DE SEGURO.-Como elementos esenciales se señalan en el artículo 1045 del Código de Comercio los siguientes:

1. El interés asegurable;
2. El riesgo asegurable;
3. La prima o precio del Seguro; y
4. La obligación condicional del asegurador.

Los conocimientos que presumimos sobre estos elementos, nos exoneran de entrar en explicaciones.

.. / .

CONTRATO DE FIANZA.- La Ley dice que : "La fianza es una obligación accesoria, en virtud de la cual una o más personas responden de una obligación ajena, comprometiéndose para con el acreedor a cumplirla en todo o parte, si el deudor principal no la cumple.

La fianza puede constituirse no solo a favor del deudor principal, sino de otro fiador". (art. 2361 del C.C.).

Se nos hace que la presente definición es exacta y concisa, pues expone los caracteres genéricos y diferenciales de este contrato accesorio que como tal; no puede tener existencia aislada y de él emana una acción personal en favor del acreedor.

CARACTERISTICAS DEL CONTRATO DE FIANZA.- Los caracteres de la fianza son :

1. Es un contrato **CONSENSUAL** ya que se perfecciona por el sólo consentimiento (art. 1500 del C.C.).
2. **UNILATERAL**.- Porque al tiempo de su celebración el único obligado es el fiador (art. 1496 del C.C.), pudiendo ser oneroso y por ende bilateral cuando es remunerado.
3. **ACCESORIO**, porque su finalidad es asegurar el cumplimiento de una obligación principal (art. 1499 del C.C.).
4. Por naturaleza **GRATUITO** pues tiene por objeto la utilidad de una de las partes. Los contratos gratuitos se celebran intuitu personae (art. 1499 del C.C.). (Pero puede ser remunerada sin que pierda el carácter personal o intuitu personae).

ELEMENTOS DEL CONTRATO DE FIANZA.-Tomando como base la definición del Código Civil Colombiano, en nuestro entender tres son sus elementos esenciales :

1. Es una obligación accesoria.
2. Es una garantía personal; y
3. El fiador ha de ser persona diferente del deudor principal.

SEGURO DE FIANZA

A riesgo de equivocarnos y únicamente con el propósito de poder determinar las características y elementos de esta figura jurídica, insinuamos la siguiente definición : **SEGURO DE FIANZA** es un contrato por el cual una Aseguradora, mediante el cobro de una prima , protege al asegurado contra el incumplimiento de una obligación específica a cargo del deudor principal o del fiado.

De lo dicho se colige, como lo expresamos al principio, que el Seguro de fianza tiene sus caracteres propios y su autonomía como ente jurídico, y que en el contrato intervienen tres personas , a saber :

1. La Compañía de Seguros, en su calidad de fiadora.
2. El asegurado, persona natural o jurídica a quien se protege contra el incumplimiento ; en otras palabras, es el acreedor; y ,
3. El deudor o fiado, que es la persona natural o jurídica afianzada; esto es el deudor.

.. / .

Anotamos que en la definición se habla de aseguradora, por cuanto en nuestro medio no se concede un Seguro de Fianza emitido por una sociedad distinta a la de Seguros. En la práctica y de acuerdo con la Ley o el contrato, los Bancos o Empresas Comerciales (anónimas, de responsabilidad limitada, encomanditas, Colectivas) otorgan fianzas, pero estos documentos no son más que eso y sólo eso, no Seguros.

Mal se podría llamar Seguro de Fianza cuando ni sus cláusulas ni su régimen están sujetos a las Normas sobre Compañías y contratos de Seguros.

La Fianza como tal se rige por las Disposiciones del Código de Civil, al paso que el Seguro de Fianza, por las reglas del contrato de Seguro (Código de Comercio) y por las condiciones y tarifas previamente aprobadas por la autoridad competente. Es obvio que en lo no previsto y en los vacíos que se encuentren, se acudirá a los preceptos generales de la Fianza del Código Civil.

CARACTERISTICAS : - Agrupando los asertos anteriores, concluimos que en el contrato analizado concurren más características del contrato de Seguro que del de Fianza y sus rasgos propios son :

1. Es un contrato bilateral.
2. Oneroso.
3. Solemne.
4. Accesorio.
5. Aleatorio ; y
6. De tracto sucesivo.

A contrario de lo que ordinariamente se predica de la fianza, el Seguro de Fianza no puede ser unilateral, ni consensual ni gratuito, por cuanto las partes contratantes se obligan recíprocamente, o sea que es bilateral; el contrato se perfecciona desde el momento en que el asegurador suscribe la póliza, lo que quiere decir, que es solemne ; y por último, los contratos comerciales jamás son gratuitos; las aseguradoras como empresas mercantiles siempre persiguen lucro y además un Seguro de Fianza en donde no se estipule prima o precio, no produce efecto alguno por ausencia de uno de sus elementos esenciales.

Es accesorio ya que su existencia está subordinada a una obligación principal; aleatorio por consistir en una contingencia incierta de ganancia o pérdida. Cabe anotar, que el incumplimiento del deudor, o sea la eventualidad prevista, lo que se protege, no depende del asegurado. Y finalmente, es un contrato cuyas obligaciones se van desarrollando durante su vigencia y por ello se denomina de tracto sucesivo o de ejecución continuada.

E L E M E N T O S .- Según la Ley " se distinguen en cada contrato las cosas que son de su esencia, las que son de su naturaleza, y las puramente accidentales. Son de la esencia de un contrato aquellas cosas sin las cuales, o no produce efecto alguno, o degenera en otro contrato diferente: son de la naturaleza de un contrato las que no siendo esenciales en él, se entienden pertenecerle, sin necesidad de una cláusula especial; y son accidentales a un contrato aquellas que ni esencial ni naturalmente le pertenecen, y que se le agregan por medio de cláusulas especiales.

Para que no se le tenga por un contrato diferente, a nuestro modo de ver, el Seguro de Fianza debe reunir estos elementos esenciales, además de los propios del contrato de Seguro:

1. Intervenir en él siempre tres personas.
2. El fiador ha de ser una entidad aseguradora.
3. El fiador responde personalmente por el cumplimiento de una obligación ajena.

.../.

LAS TRES PERSONAS QUE INTERVIENEN SON :

- a. El empleado, contratista, afianzado o fiado, que recibe el nombre de deudor.
- b. El asegurado, persona individual o empresa que exige la fianza, de nominado acreedor , y
- c. La Compañía de Seguros o Asegurador que asume el riesgo, llamado fiador.

En tanto que el Seguro de Fianza no puede otorgarse sino por una Compañía de Seguros que se encuentre legalmente autorizada para ello, la fianza propiamente dicha puede constituirla todo individuo, a excepción de los menores de edad, los furiosos, los pródigos, sordomudos y mentecatos.

La Compañía al emitir la póliza que contiene el Seguro de Fianza contrae una obligación subsidiaria, o sea que no se le puede exigir el pago sino en defecto del deudor. El acreedor tiene una acción personal a su favor y por lo tanto puede perseguir el patrimonio de la aseguradora, que por decirlo así , se ve afectado por el compromiso adquirido. Se trata, pues , de una garantía personal a diferencia de la prenda e hipoteca que son contratos accesorios reales.

ATRIBUTOS QUE LE PERTENECEN .- El Seguro de Fianza tiene ciertas peculiaridades o atributos especiales que son del caso mencionar para individualizarlo aún más.

- a. **SOLICITUD.** De ordinario la solicitud la presenta el afianzado o deudor y sólo en algunas oportunidades la entidad o persona asegurada. La Compañía exige una serie de requisitos para conocer la solvencia moral y económica , la idoneidad y experiencia del presunto fiado. Creemos que si éste con base en declaraciones falsas, reticentes o inexactas induce a la aseguradora a expedir la póliza, el contrato no es nulo por cuanto él no es el asegurado; otra cosa sucede si en esa conducta dolosa ha participado el acreedor, caso en el cual si se produce la nulidad. La solicitud hace parte de la póliza.
- b. **PAGO DE LA PRIMA.-** Corre a cargo del afianzado el pago de la prima, pero nada obsta para que el precio del Seguro sea sufragado por el acreedor o beneficiario. Si por cualquier circunstancia no se ha cubierto su valor , opinamos que la aseguradora no puede dar por revocado el contrato, el que estará vigente hasta que termine su responsabilidad, concepto que se entiende mejor con lo que se expresa a continuación.
- c. **TERMINACION.-** Es de la naturaleza jurídica del contrato de fianza que el fiador no pueda caprichosa y voluntariamente desligarse del vínculo contractual; para su relevo debe contar con la aceptación del acreedor. En razón de este principio, a la Compañía de Seguros no le es dable revocar o terminar el contrato en forma unilateral, como si le es permitido hacerlo con otra clase de Seguros.
- d. **SUBROGACION.-** Es la transmisión de los derechos del acreedor a un tercero que le paga y se efectúa por ministerio de la Ley en todos los casos señalados por ésta, como , por ejemplo : del que paga una deuda a que se haya obligado solidaria o subsidiariamente. Se subroga un tercero en los derechos del acreedor, o en virtud de la Ley, o en virtud de una convención del acreedor.

DISTRIBUCION DE LOS RIESGOS .- Para darle mayor sentido a la afirmación de que las Fianzas que otorgan las Compañías Aseguradoras son Seguro, bástenos señalar dos sistemas fundamentales de distribución de riesgos, EL COASEGURO y el REASEGURO, presupuestos técnicos que le dan viabilidad a la institución del Seguro.

Estos dos sistemas, desde luego se aplican rígidamente a los Seguros de fianza, en contraposición a lo que suele suceder con otro tipo de afianzamiento.

AMBITO DEL SEGURO DE FIANZA .- Por lo visto hasta acá, nos es permitido afirmar que el Seguro de Fianza puede garantizar el cumplimiento de cualquiera obligación no prohibida por la Ley o por la autoridad que ejerce el control administrativo.

.. / .

Teóricamente se puede proteger toda obligación nacida en cualquier fuente, o mejor, que tenga origen en la Ley, en el decreto del Juez o en la voluntad de las partes. Puede afianzarse una obligación pura y simple, condicional, a plazo, futura; otorgarse el amparo hasta o desde cierto día o bajo condición suspensiva o resolutoria.

Con las restricciones legales, el asegurador a su arbitrio puede asumir todos o algunos de los riesgos, que se definen como los sucesos inciertos que no dependen exclusivamente de la voluntad del tomador, asegurado o beneficiario.

DESENVOLVIMIENTO.- Desde tiempos inmemoriales viene utilizándose el afianzamiento o garantía, pues las personas siempre han servido de fiadoras en las transacciones comerciales.

En el antiguo Testamento aparecen claras referencias de estas prácticas y asimismo existen indicios de garantías en Egipto, como también su empleo se conoce por parte de los Fenicios.

Más reciente aún, hay evidencias de que el primer esfuerzo organizado para aplicar los principios del Seguro a las Fianzas, fue hecho en Londres en 1.720, cuando se constituyó la primera Compañía de Seguros de Garantía, para responder por cualquier pérdida que pudieren sufrir los patronos con motivo de los actos deshonestos de aquellos sirvientes que estuvieran inscritos y registrados en dicha Compañía.

Sin embargo, sólo hasta 1.840 fue cuando realmente se fundó la primera Compañía de nominada "THE GUARANTEE SOCIETY OF LONDON" para expedir este tipo de coberturas. En América se crea en los Estados Unidos en el año 1.851 una aseguradora que comenzó a operar en 1.872, suscribiendo Seguros de Fidelidad.

El Seguro de Fianza nace en Colombia en el año de 1.938, cuando en el mes de Noviembre se promulga la Ley 225 que establece los Seguros de Manejo y Cumplimiento. Antes de este año, las personas a quienes se les exigía garantizar el correcto manejo de fondos o el cumplimiento de cualquier obligación o contrato, tenían necesariamente que acudir a parientes o amigos, quienes en la mayoría de los casos no tenían una razón valedera para negarse a firmar como fiadores o sencillamente por compromiso aceptaban la petición de quien con urgencia requería este servicio. Pero la verdad que no era de su agrado quedar respondiendo por el cumplimiento de una obligación ajena, máxime cuando no recibía nada como contraprestación. Se presentaban en aquel entonces fianzas personales, prendarias o hipotecarias y en su análisis se incurrió en serias demoras en perjuicio de las propias entidades públicas, ya que se tenía que hacer una investigación sobre la solvencia del fiador, la clase de prenda, o acerca de la venalidad, ubicación y titulación de los inmuebles.

Consideramos que con lo dicho y con la gran renuencia de la gente a la asunción en forma gratuita de responsabilidad por obligaciones en las que no tenían nada que ver, se favoreció el desenvolvimiento de fianzas por parte de las Aseguradoras. Y es que con la aceptación de fiadores como Compañías de Seguros, que diariamente están expidiendo pólizas, las personas se fueron resistiendo cada vez más a servir de fiadores, dando también lugar al incremento del ramo.

Ahora bien, el fiador personal a tiempo de otorgar la fianza generalmente se encuentra en condiciones económicas óptimas para atender las obligaciones que asume, pero puede sobrevenirle un revés financiero que cambie totalmente su posición, sin que esto llegue a conocimiento de las partes interesadas en la fianza, mientras que la situación de una Compañía de Seguros fácilmente se investiga en cualquier momento, a más de la inspección y vigilancia permanentes del Estado.

Esta es otra de las razones para que la parte que ha de protegerse especifique que la fianza debe ser de Compañía de Seguros y no de un fiador personal.

Todos sabemos que cada día se emprenden obras de gran envergadura, en donde están en juego sumas considerables, a las que nunca se pensó llegar y que bajo la responsabilidad de las personas existen enormes cantidades o bienes. Por consiguiente, los interesados para su tranquilidad y más en los actuales momentos en donde lamentablemente se han deteriorado los principios morales, para darle paso a la inseguridad y al delito, exigen el otorgamiento de pólizas de Seguro.

En verdad y hay que admitirlo, la misma desconfianza e irresponsabilidad en los diferentes campos, han dado lugar a una mayor demanda de fianzas.

En Colombia las aseguradoras que cuentan con el ramo, tienen organizado un Departamento de Manejo y Cumplimiento que se encarga de expedir las pólizas que tienen los diferentes seguros de Fianza, agrupados en tres clases o categorías, así: SEGURO DE MANEJO, SEGURO DE CAUCION JUDICIAL y SEGURO DE CUMPLIMIENTO.

.. / .

SEGURO DE MANEJO : Llamado también de fidelidad, protege a la persona o empresa contra la falta de honorabilidad del empleado que en el ejercicio de su cargo, ocasione cualquier pérdida al beneficiario por hurto, robo, abuso de confianza, desfalco o por cualquier otro acto doloso, como la estafa o la falsificación.

Existe la póliza de Manejo entre particulares, la colectiva, póliza global comercial, la Oficial individual, oficial colectiva y la denominada póliza BLANKET.

SEGURO DE CAUCION JUDICIAL : Estas pólizas no se rigen por unas condiciones especiales, sino que operan de conformidad con las disposiciones legales pertinentes que prevén la prestación de cauciones. Sus formatos, como cualquier otro seguro, tienen que someterse a la aprobación de la Superintendencia Bancaria y en ellos a parece :

- a. Entidad que exige la caución, o sea el Juzgado o Tribunal.
- b. Beneficiario del Seguro, quién recibe la indemnización de acuerdo con el resultado del juicio o proceso.
- c. Obligado a dar caución, la persona a quién se le exige garantizar los perjuicios y quién es la encargada de pagar la prima.

Su vigencia se extiende a la del Juicio o Negocio, o aquella que indique la Ley. Se fija como domicilio el del funcionario o entidad a cuyas órdenes se otorga la fianza.

En síntesis, las Compañías de Seguros por medio de sus pólizas de caución judicial sirven de fiadores o garantes en la actividad jurisdiccional y es el Juez quién está facultado para indicar la cuantía y plazo en que debe constituirse la fianza y la suficiencia de la misma. Decretada u ordenada por el Juez, la aseguradora no puede oponer el beneficio de excusión.

SEGURO DE CUMPLIMIENTO .- Este Seguro que cada día va alcanzando una mayor importancia en el mundo de los negocios, tiene por objeto garantizar el cumplimiento de obligaciones que emanen de leyes o de contratos, así como el pago de impuestos, tasas y derechos.

Con facilidad se aprecia el campo de acción tan amplio de este tipo de Seguro, que no se limita a las operaciones nacionales, sino que con frecuencia traspasa las fronteras.

Difícilmente se concibe hoy un contrato huérfano de garantías; por lo menos en los contratos celebrados por la Administración Pública, es obligatoria su constitución y en los contratos entre particulares no vemos razón suficiente para no exigir las protecciones del caso, más cuando se trata de convenios de gran envergadura, en donde aparecen cifras de consideración. Diariamente se ejecutan obras, se anticipa dinero para la realización de las mismas, se suministran artículos, se ordena el pago de derechos e impuestos, se prestan servicios, y en fin, se originan un sinnúmero de obligaciones específicas que bien pueden estar amparadas por una Compañía de Seguros, que expide la póliza si legal, técnica y económicamente resulta una operación aprobada. Toda obligación emanada de la Ley o del contrato puede ser garantizada desde que no exista prohibición al respecto. Intentar hacer una clasificación de los múltiples contratos que existen, además de necio sería imposible. Los Seguros de fianza que normalmente expiden las Aseguradoras, bajo las pólizas de Cumplimiento entre particulares o de contratos suscritos con la Nación o Entidades Oficiales son :

1. **DE LICITACION O PROPUESTA**. - La licitación que puede ser pública o privada, es un procedimiento mediante el cual la entidad contratante selecciona, en igualdad de oportunidades, entre las varias personas invitadas, a la que ofrezca mejores condiciones para contratar.

.. / .

La fianza responde porque el contratista que resultó favorecido o lo que es lo mismo, a quien se le adjudicó el contrato, cumpla con su propuesta, firme y legalice el convenio.

La garantía de licitación es independiente de la garantía para el cumplimiento del contrato, la vigencia debe ser igual a la exigida en los pliegos de cargos y la prima se causa sea o no adjudicado el contrato.

2. DE CUMPLIMIENTO.- Como su nombre lo indica, esta póliza ampara el cumplimiento de las obligaciones de cualquier tipo de contrato. Normalmente se utiliza en los de ejecución de obra, fabricación, suministro, prestación de servicios.

3. DE ANTICIPO.- En la gran mayoría de los contratos se acostumbra pactar adelantos o anticipos que son los dineros o bienes que recibe el contratista para iniciar o continuar su ejecución.

La fianza garantiza el buen manejo de ese anticipo, o sea la correcta inversión del mismo y cuando éste es administrado por el contratista con juntamente con el contratante, la tarifa concede un descuento sobre la prima total resultante, y si el contrato fuere por administración delegada el descuento será superior.

La suma asegurada, casi siempre es igual a la cantidad anticipada.

4. DE SUMINISTRO.- Es cuando el contratista se obliga a suministrar una cosa o elemento, sin obligación de elaborarlo, adaptarlo o acondicionarlo; montarlo o repararlo, como por ejemplo, suministro de arena, ladrillo, carbón, madera, cemento, etc.
5. DE ESTABILIDAD, CONSERVACION O BUEN FUNCIONAMIENTO.- Son las que responden de la buena calidad de los materiales empleados en las obras y de que los trabajos han sido ejecutados de conformidad con la técnica y con las provisiones del contrato. La fianza se expide, mediante acta de entrega a satisfacción del asegurado.

6. DE PAGOS DE SALARIOS Y PRESTACIONES SOCIALES.- Garantizan que el contratista cumplirá con la totalidad de las prestaciones sociales a favor de los trabajadores ocupados en las obras, objeto del contrato. La Compañía al recibir prueba legal de ello, expide la póliza y su vigencia se solicita por tres años, en virtud de que las acciones correspondientes a los derechos regulados en el Código del Trabajo, prescriben en tres años, que se cuentan desde que la respectiva obligación se haya hecho exigible (Art. 488 del C.S. del T.).

7. DE PRESTACION DE SERVICIOS O CONOCIMIENTOS TECNICOS. La Compañía ampara la obligación del contratista de llevar a cabo una labor determinada o de aportar los conocimientos especializados que posea y que no implican la ejecución de una obra o la reparación de la misma, por ejemplo, estudios, proyectos, localizaciones, trazados, profesorado, interventoría, vigilancia, etc.

Las cuantías aseguradas varían considerablemente, pues éstas se establecen sin seguir ningún sistema.

8. DE DISPOSICIONES LEGALES.- Se garantiza el cumplimiento de determinada norma o el ejercicio de una actividad o labor que tiene control del Gobierno: Comercio y uso de armas, Radiodifusión, Prensa, Agentes de Aduana, Agencias de Turismo, presentación futura de documentos, Reexportación con o sin derechos de Aduana, Clubes, Rifas, pago de Impuestos. La suma asegurada es la que se fija en cada caso.

9. DE COMPRAVENTA, CONSTITUCION DE HIPOTECAS, MAQUINARIA VENDIDA CON RESERVA DE DOMINIO. - Su finalidad es garantizar el cumplimiento de las obligaciones emanadas de estos contratos, diferentes a crédito, v.gr., las condiciones sobre arras, el otorgamiento de la escritura, destinación, conservación, buen uso de la maquinaria.

.. / .

10. DE ARRENDAMIENTOS.- De bienes muebles o inmuebles, de espacios ante las Televisoras o Radiodifusoras, cuando el afianzado es arrendador o arrendatario; la fianza se relaciona con el pago del alquiler o con el mantenimiento, cuidado o devolución del bien dado en arrendamiento.
11. DE ESPECTACULOS.- Plaza de toros, circos, teatros, coliseos. Se responde por la presentación del espectáculo y además puede ampararse el pago de impuestos, arrendamientos, veto por incumplimiento de los contratos de la empresa con los artistas y demás compromisos conexos.
12. DE SEMOVIENTES DADOS BAJO CONTRATOS DE CUIDADO.- La póliza cubre el cumplimiento de las condiciones tecnagrícolas, sanitarias, vacunas administrativas y otras comunes a esta clase de contratos.
13. DE REEMPLAZO DE DEPOSITOS. Es la fianza que se otorga para reemplazar el depósito constituido por retenciones hechas sobre los pagos efectuados al contratista. La garantía solo puede otorgarse cuando lo permita el contratante, previo certificado del dueño o interventor de la obra.
14. DE ESTUDIO O ESPECIALIZACION.- Consiste en afianzar las obligaciones a cargo del estudiante, con o sin posterior prestación de servicios en el País.
15. DE MULTAS O CLAUSULA PENAL. -Amparar el pago de multas en contratos celebrados entre particulares está expresamente prohibido; solamente se permite para contratos con la Nación, ya que en todos ellos, salvo en los de empréstito, debe estipularse una cláusula penal pecuniaria, que se hará efectiva directamente por la entidad contratante en caso de declaratoria de caducidad o de incumplimiento y cuya cuantía ha de ser directamente proporcional a la del contrato. (~~Art. 61 Decreto 150/76~~).

La cláusula penal tiene como finalidad, por una parte, apremiar al afianzado o contratista para que cumpla sus obligaciones, y por la otra, señalar anticipadamente el monto de los perjuicios que se deben pagar en caso de incumplimiento; es el avalúo que las partes hacen de los daños o perjuicios a que pueda dar lugar la inexecución o la mora en el cumplimiento de la obligación.

La cláusula penal aparece definida en el artículo 1592 del Código Civil Colombiano así: " Es aquella en que una persona, para asegurar el cumplimiento de una obligación, se sujeta a una pena que consiste en dar o hacer algo en caso de no ejecutar o retardar la obligación principal."

FUERZA MAYOR Y CASO FORTUITO.- La naturaleza accesoria hace que la aseguradora pueda oponer las excepciones derivadas de la ineficacia de la obligación afianzada, como también de la ineficacia del Seguro.

Las condiciones generales de las pólizas de Cumplimiento para contratos celebrados entre particulares establecen en su cláusula 3a. que la fuerza mayor o el caso fortuito eximen de responsabilidad a la Compañía, si de acuerdo con los principios generales de derecho, exoneran de responsabilidad al afianzado. ~~A su vez, la resolución 08660 de Marzo / 81, emanada de la Contraloría General de la República y que rige la póliza de cumplimiento de contratos suscritos por la Nación, dice que: "La Aseguradora no responde por ningún incumplimiento del contrato, debido a fuerza mayor o caso fortuito legalmente comprobados."~~

Todo esto no es más que el desarrollo de la norma legal de que el deudor no es responsable del caso fortuito, a menos que se haya constituido en mora, o que el caso fortuito haya sobrevenido por su culpa.

Por otra parte, el fiador no puede obligarse en términos más gravosos que el deudor principal respecto a cuantía, lugar, tiempo, modo de pago, pena impuesta o condición.

.. / .

"Se llama FUERZA MAYOR O CASO FORTUITO, el imprevisto a que no es posible resistir, como un naufragio, un terremoto, el apresamiento de enemigos, los autos de autoridad ejercidos por un funcionario público, etc. "

BENEFICIO DE EXCUSION .- Es el derecho que tiene la Compañía reconvenida, que ha emitido la póliza, a exigir que antes de que se proceda contra ella se persiga la deuda en los bienes del contratista o fiado. Si la aseguradora se ha solidarizado con el deudor pierde el derecho y por lo tanto no puede pedir que se persiga primero al afianzado.

De acuerdo con la tarifa de cumplimiento, a las Compañías de Seguros no les es permitido renunciar al beneficio de excusión para amparar contratos entre particulares, pero si están en libertad de renunciar a este beneficio o de constituirse en deudores solidarios en los contratos celebrados con entidades de derecho público.

La tarifa de Manejo, igualmente prohíbe, en todos los casos, que la Compañía se constituya en fiador solidario del afianzado.

SELECCION DE RIESGOS .- Presupuesto técnico del seguro es la selección del riesgo, principio que juega un papel de primer orden y en los seguros de Fianza esta selección merece especial cuidado y un examen detenido para evitar pérdidas insospechadas que pueden representar en el País un colapso financiero, porque no solamente las consecuencias las sufren las Compañías de Seguros, creando de por sí un desequilibrio grave en la economía, sino las propias entidades aseguradas. Respondiendo como responden las aseguradoras por las actuaciones y cumplimiento de sus afianzados, es apenas elemental que se haga un análisis a fondo de todas las circunstancias que rodean el contrato y que se resumen en los tradicionales conceptos de riesgo objetivo y riesgo subjetivo. En cuanto a lo primero, se debe estudiar en toda su extensión el contrato, o la norma y la clase de obligación que de allá o de aquí se deriva, para saber si se puede o no otorgar el amparo; sus términos y condiciones dirán, por ejemplo, si el plazo pactado es prudente, si los precios son adecuados y si se contempla algún reajuste; si las bases técnicas no atentan contra la realidad, si los materiales son de difícil consecución, si los medios de comunicación son precarios; en fin, una gama de factores que conforman este riesgo, conocido también como riesgo físico. En las pólizas de caución judicial, se examinará la clase o tipo de proceso y en las de Manejo la categoría del cargo, cómo se ha de desempeñar y qué controles existen.

RIESGO SUBJETIVO.- Es el conjunto de calidades y cualidades inherentes a la persona que se pretende afianzar y que asimismo deben ser revisadas y confrontadas plenamente. Además de investigar su honorabilidad, diligencia y responsabilidad, se exige analizar la capacidad técnica y la solvencia económica y para ello la aseguradora está en el derecho de solicitar referencias bancarias y comerciales, información sobre el cumplimiento de obligaciones anteriores; experiencia en cargos o trabajos similares, prueba sobre la idoneidad o pericia; balances y declaraciones de renta, relación de bienes, activos y pasivos; si cuenta con equipos, maquinaria y demás recursos. Todo lo que constituye el riesgo moral, en medida similar ha de indagarse respecto de los contragarantes.

En la solicitud del seguro quedan consignados algunos datos, y las Compañías en cada oportunidad y de acuerdo con las circunstancias deben exigir las informaciones y pruebas que consideren necesarias, sin perjuicio de vigilar las actividades del afianzado o contratista.

Consideramos que la disciplina de la suscripción de fianzas es bastante compleja, pero bien manejado este negocio con personal idóneo y experimentado, los resultados tienen que ser buenos. Por el contrario, las Compañías Afianzadoras que no cuentan con una organización técnica y con individuos capacitados, sufrirán grandes pérdidas.

.../.

En otras palabras, las Compañías Aseguradoras con el objeto de evitar desequilibrios graves en su organización, necesariamente tienen que estudiar en forma clara, detenida y extensa los riesgos que se le someten a su consideración, para luego decidir sobre su aceptación o rechazo. De una sana política de suscripción depende el buen resultado de la empresa y quienes se encargan del análisis, selección, graduación y demás circunstancias que rodean el riesgo, son -por lo general- personas experimentadas, con básicos conocimientos sobre la materia, que reciben el nombre de Suscriptores o "Underwriters".

Decimos por modo general, pues no siempre en la práctica se encuentra el profesionalismo que se quisiera, debido tal vez a la falta de capacitación, a la escasez de literatura, a la ausencia de cursos completos en Universidades o Institutos y en fin, a las pocas oportunidades que se le brindan a los que desean adentrarse en estos menesteres.

Los "Underwriters" o Suscriptores son funcionarios que se forman antes que todo dentro de las Compañías de Seguros y que a través de los años van conociendo múltiples situaciones de la más diversa índole, lo que los obliga a un mejor examen, a una mayor investigación, a actualizarse permanentemente y a profundizar cada vez más sobre los distintos tópicos de la actividad aseguradora, en especial los que tienen relación directa con el ramo a su cargo.

Si se descuidan estos aspectos y no se procede con la seriedad y responsabilidad que exige toda suscripción, las pérdidas serán incalculables. Hay que tener presente que el suscriptor con su determinación compromete el patrimonio de la Compañía.

El Suscriptor debe poseer conocimientos jurídicos, financieros, de seguros y técnicos para poder analizar con propiedad, entre otros factores, los siguientes:

- Los términos y condiciones de la obligación principal, o sea el contrato o norma.
- Las características de las partes contratantes involucradas en el contrato y en la fianza.
- Las condiciones económicas y financieras del afianzado, su experiencia y solvencia moral.
- La administración, organización y seriedad del contratista, así como los controles existentes en su empresa.
- Los equipos que posee, personal con que cuenta, obras o trabajos en curso, localización, cuantías.
- Las especificaciones técnicas de ingeniería o arquitectura.
- La escasez de materiales, artículos o bienes que tienen que importarse.
- Las tarifas o tasas aplicables, con los descuentos e impuestos previstos, monto de comisiones, reservas.
- La puntualidad en el pago de la prima o precio del seguro.
- La capacidad de retención y la agilidad para la consecución del reaseguro necesario.
- La clase de contragarantía y su efectividad.
- La situación política y económica del país.
- La legislación vigente, normas y cláusulas especiales que operan en el mercado.
- La inflación que tiene enorme incidencia en contratos a largo plazo y en aquellos en donde no se contemplan reajustes.
- Las altas tasas de interés que rigen en la plaza en donde se expide la fianza.

Estas son, pues, unas cuantas pautas que no se deben perder de vista, si se quiere lograr una adecuada suscripción en este tipo de Seguro tan complejo.

T A R I F A S : Por parte de todas las Compañías existe uniformidad de tasas en la aplicación de la tarifa, pues en ésta se involucran intereses no sólo de la propia aseguradora, sino de toda colectividad, como quiera que su estructura está basada en la mutualidad, característica especial de la actividad del seguro. De ahí que no se permita hacer rebajas o concesiones de ningún género a individuos o corporaciones y que las condiciones generales de las Pólizas tengan que ser aprobadas por la Superintendencia Bancaria y las tarifas hacen parte de dichas condiciones.

.. / .

tos celebrados entre particulares y ninguna Compañía tiene libertad de cotizar tasas caprichosamente o introducir modificaciones, sin contar con la aprobación previa de la Superintendencia Bancaria. Serán sometidos a esta entidad los riesgos no tarifados expresamente. Es apenas lógica la prohibición de expedir pólizas Colectivas, pues cada contrato o el cumplimiento de una obligación determinada, se garantiza en forma individual.

Podemos decir, en términos generales, que las tasas aplicables en las fianzas de Cumplimiento, oscilan entre el 0.30% y el 6.00 % anual de la suma asegurada; toda póliza causa un Impuesto del 15% del valor de la prima y los gastos de expedición fluctúan entre \$100.00 y \$ 1.500.00.

Según acuerdo vigente entre las Compañías de Seguros, existe una tabla de Comisiones para cada ramo y en el de Fianzas, se reconoce una comisión máxima del 12.50% sobre el valor de la prima, si quien promueve la celebración del contrato es un Agente y hasta un 17.50%, si se trata de una Agencia o Corredor de Seguros.

C O N T R A G A R A N T I A S : Es un convenio suscrito por una o más personas, naturales o jurídicas, por medio del cual se obligan a reembolsarle a la Compañía aseguradora, cualquier suma de dinero que ésta hubiere tenido que pagar en razón de haber expedido la fianza.

Presentado el incumplimiento y acreditado ante la Compañía, se procede al pago de la indemnización y el fiador acude, entonces, a sus garantes para que le reintegren la totalidad de la suma que ha desembolsado por concepto de la fianza.

En teoría, en el ramo de fianzas, no se deben presentar siniestros, ya que la aseguradora, posee los medios suficientes para recuperar lo pagado (subrogación y contragarantías), bien del propio afianzado o de los contragarantes, o de todos a la vez.

Técnicamente el siniestro se causa, cuando han fracasado todas las gestiones de reintegro, pero en la práctica suele ocurrir, y no con poca frecuencia, que cuando se va a intentar la acción los deudores han desaparecido, han caído en insolvencia, se encuentran en mala situación de negocios o los bienes dados en garantía son insuficientes.

Antes de expedir la póliza, se cuenta con el análisis y exámen previos que debe hacer en forma prudente toda aseguradora de las personas que han de figurar como contragarantes, su capacidad moral y económica, la clase de garantía que se debe exigir y la correcta elaboración y legalización de ésta. *para cuando se va a hacer según el documento, con que se suscribe que la situación de muy distinta es la original*
En nuestro entender, no es aconsejable emitir la póliza solo con base en un buen contragarante o en una contragarantía adecuada, pues a ninguna afianzadora le interesa tener que hacerle frente a un pleito, o efectuar un desembolso para luego intentar el recobro; es indispensable, asimismo en razón de una sabia y prudente selección de riesgos, estudiar otros factores no menos importantes, como la idoneidad del fiado y los términos y condiciones del contrato.

Opinamos también que es conveniente y como medida de mayor seguridad, que el empleado, contratista o afianzado suscriba siempre la contragarantía en forma solidaria con los demás, procedimiento que de por sí lo compromete más a cumplir con las obligaciones garantizadas. La solidaridad que debe pactarse expresamente, es una figura en la que el acreedor puede exigir a cada uno de los deudores el total de la deuda.

.. / .

A contrario sensu, obtener del propio afianzado declaración documental en donde exprese que reembolsará lo pagado por la Compañía, no es una práctica muy afortunada, por cuanto si cometió un delito, la persona se encuentra en la cárcel o huyendo de la justicia; si incumplió la Ley o el contrato, es porque, generalmente, su capacidad económica deja mucho que desear; entonces las posibilidades de recuperación son casi nulas. Otra cosa sucede, si esa persona ha entregado una prenda o constituido una hipoteca como contragarantía.

RAZON DE LA CONTRAGARANTIA .- Es cierto que por ministerio de la Ley, la Compañía que paga una indemnización se subroga hasta concurrencia de su importe, en los derechos del asegurado, lo que significa que con el comprobante de pago del valor del siniestro y con la póliza de Seguro se inicia la acción para obtener el reembolso. Con base en esto, se podrá argumentar que la contragarantía sobra, toda vez que el pago del siniestro implica subrogación, pero la verdad que no es así, por cuanto, como es claro, la subrogación actúa contra el plegado o contratista asegurado, o sea contra el responsable; al paso que en la contragarantía aparecen personas, que sin formar parte de la fianza le están respondiendo a la Compañía; por otra parte, ya veíamos que la firma de la contragarantía por el solo afianzado, en la mayoría de los casos, no reporta mucha utilidad, fuera de la ventaja que sí ofrece desde el punto de vista procedimental, ya que en nuestra opinión, éste es uno de los principales motivos o de las razones más valederas para exigir la contragarantía. En efecto, los garantes firman solidariamente un pagaré en favor de la Compañía (cuando no otorgan una garantía real, como una prenda o una hipoteca), y este título que es exigible a su presentación, da lugar al procedimiento ejecutivo, sin necesidad de reconocimiento de firmas ni de anexar pruebas .

En la subrogación, es indispensable reunir todos los documentos necesarios para conformar el título ejecutivo, pues de lo contrario no se podrá demandar por esta vía el reembolso, y la oportunidad misma del cobro ; antes o coetáneamente o sólo luego del pago, que causa la subrogación.

Además, con la presencia de contragarantías, en parte, se evitan muchos litigios o pleitos, pues nadie quiere verse comprometido en un proceso, en donde a sabiendas es inoficioso proponer cualquier excepción. En tales condiciones, es frecuente llegar a un arreglo directo con la Compañía, para no tener que soportar una demanda con todas sus consecuencias, intereses y costos.

Podemos igualmente expresar que la Contragarantía sirve de mecanismo moralizador, comoquiera que el afianzado es consciente de las repercusiones que puede tener su incumplimiento sobre sus contragarantes.

FRONTING : Es una expresión que viene haciendo carrera en la actividad aseguradora y por ella se entiende la operación en virtud de la cual una Compañía local, a solicitud de una Compañía generalmente extranjera, emite un seguro por cuenta y riesgo de ésta. La Compañía emisora, que se denomina " Compañía Fronting ", cobra una comisión con base en la prima, más los gastos e impuestos que se causen y queda en libertad de ceder a la Compañía solicitante, llamada "Compañía Backing", hasta el 100% del negocio que se le ofrece. (Nótese que decimos generalmente extranjera, ya que también puede haber " Fronting " entre Compañías locales). En consecuencia, se presenta el "Fronting" en los Seguros de Fianza, cuando una Compañía local a solicitud de otra aseguradora, por lo general extranjera, se compromete a garantizar el cumplimiento de las obligaciones a cargo del contratista foráneo y en favor de un asegurado o beneficiario local. No existen en Colombia, normas o prácticas específicas sobre el particular, sino que cada caso es manejado individualmente, en operación que se trata como reaseguro facultativo.

Así como hemos hablado de la necesidad de tener un documento uniforme de contragarantía, es igualmente útil contar con un convenio de " Fronting " que de a conocer previamente a las Compañías afiliadas, a la Asociación Panamericana de Fianzas y a las demás aseguradoras, ciertos aspectos como comisiones, formularios de solicitud, requisitos de aceptación y hasta las bases sobre el procedimiento que deba seguirse en las reclamaciones.



REPRODUÇÃO(ÕES) DO ORIGINAL DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Ineditoriais

SUL AMÉRICA SEGUROS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS S.A
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIDÃO

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado na petição protocolada sob número 44.182, datada em 16 de agosto de 1983, o seguinte: 1. que a sociedade SUL AMÉRICA SEGUROS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS S.A., com sede na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, à Rua XV de Novembro nº 566, 12º, 13º e 14º andares - Parte e conjuntos 1605 a 1608 do 16º andar - Edifício Lustosa, anteriormente denominada COMPANHIA RENASCENÇA DE SEGUROS, está com seus Documentos de Constituição, arquivados neste Registro Público do Comércio, sob nº 122.255, por despacho em sessão de 13 de outubro de 1977; 2. que arquivou sob nº 147.191, por despacho em sessão de 26 de julho de 1983, Ata da 62ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 10 de maio de 1983, sendo o Documento supracitado, seu último arquivamento até a presente data. - Eu, Judite Cassemark, Assistente Administrativo, a datilografei, conferi, assino e dou fé. E eu, Dalva Bauml, Chefe do Serviço de Certidões, a subscrevo. SECRETARIA GERAL DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, em Curitiba, 19 de agosto de 1983. Visto: EURICO GOMES DE MACEDO - Secretário Geral.

(Nº 10.461 - 9/9/83 - Cr\$ 15.000,00)

CERTIDÃO

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado na petição protocolada sob número 44.183, datada em 16 de agosto de 1983, o seguinte: 1. que a sociedade SUL AMÉRICA SEGUROS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS S.A., com sede na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, à Rua XV de Novembro nº 566, 12º, 13º e 14º andares - Parte e conjuntos 1605 a 1608 do 16º andar - Edifício Lustosa, anteriormente denominada COMPANHIA RENASCENÇA DE SEGUROS, está com seus Documentos de Constituição arquivados neste Registro Público do Comércio, sob o nº 122.255, por despacho em sessão de 13 de outubro de 1977; 2. que arquivou sob nº 147.190, por despacho em sessão de 26 de julho de 1983, Ata da 61ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de março de 1983. - Eu, Judite Cassemark, Assistente Administrativa, a datilografei, conferi, assino e dou fé. E eu, Dalva Bauml, Chefe do Serviço de Certidões, a subscrevo. SECRETARIA GERAL DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, em Curitiba, 19 de agosto de 1983. Visto: EURICO GOMES DE MACEDO - Secretário Geral.

(Nº 10.459 - 9/9/83 - Cr\$ 15.000,00)

CERTIDÃO

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado na petição protocolada sob número 44.184, datada em 16 de agosto de 1983, o seguinte: 1. que a sociedade SUL AMÉRICA SEGUROS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS S.A., com sede na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, à Rua XV de Novembro nº 566, 12º, 13º e 14º andares - Parte e conjuntos 1605 a 1608 do 16º andar - Edifício Lustosa, anteriormente denominada COMPANHIA RENASCENÇA DE SEGUROS, está com seus Documentos de Constituição arquivados neste Registro Público do Comércio, sob nº 122.255, por despacho em sessão de 13 de outubro de 1977; 2. que arquivou sob nº 147.189, por despacho em sessão de 26 de julho de 1983, Ata da 60ª Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária (Cumulativa), realizada em 29 de março de 1983. - Eu, Judite Cassemark, Assistente Administrativo, a datilografei, conferi, assino e dou fé. E eu, Dalva Bauml, Chefe do Serviço de Certidões, a subscrevo. SECRETARIA GERAL DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, em Curitiba, 19 de agosto de 1983. Visto: EURICO GOMES DE MACEDO - Secretário Geral.

(Nº 10.460 - 9/9/83 - Cr\$ 15.000,00)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 12.09.83

.../.

Banestes Seguros S/A

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C E R T I D ã O

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de: BANESTES SEGUROS S/A, protocolado na Secretaria da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 343.642 em 12.08.1983. CERTIFICO que a Junta Comercial em sessão realizada em 16.08.1983, mandou arquivar sob o nº 64.944, a Ata das Assembléias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas cumulativamente em 21.03.83, deliberando o seguinte: AGE: Reforma dos §§ 1º e 3º do artigo 9º e do artigo 13º do estatuto social. Assuntos gerais, do interesse da sociedade. AGO: Relatório da Diretoria, balanços, contas de lucros e perdas, distribuição de lucros e dividendos e demais contas do exercício de 1982; Aprovação da correção da expressão monetária do capital; eleição da Diretoria e fixação de seus respectivos honorários. Assuntos gerais do interesse da sociedade. Foi aprovada a correção da expressão monetária do capital social e sua capitalização no montante de Cr\$ 307.833.718,00 elevando o capital social desta seguradora que passou de Cr\$ 435.000.000,00 para Cr\$ 742.833.718,00 dividido em 742.833.718 ações ordinárias, nominativas, do valor unitário de Cr\$ 1,00, ficando aprovada a reforma do artigo 5º do estatuto social com a seguinte redação: "Art. 5º: O capital social é de Cr\$ 742.833.718,00 dividido em 742.833.718 de ações ordinárias nominativas no valor de Cr\$ 1,00 cada uma. O Sr. Harald Dietze Diretor Presidente, colocou o seu cargo à disposição do acionista majoritário, que aceitou a disponibilidade, tornando-o assim vago, ficando a diretoria da empresa assim composta: Diretor Presidente: Carlos Guilherme Lima para completar o atual mandato que vence na AGO de 1984 e Ozires Pizzol Diretor para um mandato de 3 anos, compreendido entre as Assembléias Gerais Ordinária de 1983 e 1986. Eu Lucy Neves Santana, extraí a referida certidão a qual subscrevo e assino. Vitória, 19 de agosto de 1983. Lucy Neves Santana, Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.-Dra. Maria das Graças Gomes de Oliveira - Secretário Geral.

C E R T I D ã O

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de: BANESTES SEGUROS S/A, protocolado na Secretaria da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 343.641 em 12.08.1983. CERTIFICO que a Junta Comercial em sessão realizada em 16.08.1983, mandou arquivar sob o nº 64.945, o Diário Oficial da União que publicou a Portaria nº 132 de 17.06.1983, aprovando as alterações introduzidas no Estatuto da Banestes Seguros S/A, com sede na Cidade de Vitória-ES, inclusive o artigo 5º alterando seu capital social de Cr\$ 435.000.000,00 para Cr\$ 742.833.718,00 e a Ata das Assembléias Gerais Extraordinária e Ordinária de 21.03.83. Eu Lucy Neves Santana, extraí a referida certidão a qual subscrevo e assino. Vitória, 19 de agosto de 1983. Lucy Neves Santana, Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - Dra. Maria das Graças Gomes de Oliveira - Secretário Geral.

(Nº 51.094 - 8/9/83 - Cr\$ 51.000,00)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 12.09.83

.../.

Comind — Companhia de Seguros

CERTIDÃO

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho do Sr. Secretário Geral desta Junta Comercial, exarado em petição taxada com Cr\$ 461,00 e protocolada sob nº 18.092/83, que a sociedade COMIND COMPANHIA DE SEGUROS, com sede nesta Capital-SP arquivou nesta Repartição sob o nº 83.251/83, em sessão de 08.03.83, a Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada aos 06.06.83, que deliberou sobre a alteração do artigo 6º dos Estatutos, referente a Administração da sociedade, passando a mesma a ser administrada por uma Diretoria, composta de no mínimo 3 (três), e no máximo de 10 (dez), membros, eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas, com consequente eleição da Diretoria, a saber: Diretor Presidente: Carlos Eduardo Quartim Barbosa, brasileiro; Diretor Geral: Paulo Pompéia Gavião Gonzaga, brasileiro; Diretor Vice-Presidente João Alfredo de Paranaguá Moniz, brasileiro; Diretores Executivos: Pedro Pereira de Freitas, brasileiro; Evandro Carneiro Pereira, brasileiro; Ivan Chi-Mow Yung, brasileiro-naturalizado, e Diretor Adjunto: Cláudio Araújo da Cunha; bem como consolidou os Estatutos Sociais. Denominação Social: COMIND COMPANHIA DE SEGUROS; Sede Social: Rua Dr. Miguel Couto, 58 - 5º andar, nesta Capital-SP; Prazo de Duração: Indeterminado; Objeto Social: As operações de seguros de ramos elementares, do ramo de vida e de planos de previdência privada aberta, conforme definidas na legislação vigente; Capital Social: Cr\$ 5.100.000.000,00; sob o nº 85.489/83, em sessão de 12.08.83, a referida sociedade arquivou a Folha do Diário Oficial da União, edição de 25.07.83, que publicou a PORTARIA SUSEP nº 155, datada de 08.07.83, aprobatória das deliberações tomadas na Ata supra; do que dou fé. Secretária da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 31 de agosto de 1983. Eu, Neide Andrade dos Santos, escriturária, a datilografei, conferi e assino: Neide Andrade dos Santos. E eu, Ana Maria de Moraes Castro, Chefe da Seção de Certidões, a subscrevo: Ana Maria de Moraes Castro. Visto, Rubens Abutara, Secretário Geral: Ana Maria de Moraes Castro.

(Talão nº 10.370 - 8/9/83 - Cr\$ 30.000,00)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 12.09.83

SASSE - CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS CERTIDÃO

Processo nº 55.401/83. CERTIFICO que SASSE - CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS arquivou nesta Junta sob o nº 112.654 por despacho de 2 de Setembro de 1983, da 1ª Turma, Ata de AGE de 18.83, que aprovou a criação do Conselho de Administração, reformou o Estatuto Social, elegeu os membros do Conselho e fixou sua remuneração, re-ratificando a Diretoria, deliberada na Ata de AGE de 8.12.82, do que dou fé JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em 2 de setembro de 1983. Eu, Marlene de S. Queiroz escrevi, conferi e assino Marlene de S. Queiroz. Eu, ALEXE VON MELENTOVYCH, Secretário Geral da JUCERJA, a subscrevo e assino Alexe Von Melentovytsch. Taxa de arquivamento Cr\$ 8.704,00.

CERTIDÃO

Processo nº 55.402/83. CERTIFICO que SASSE - CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS arquivou nesta Junta sob o nº 112.655 por despacho de 2 de setembro de 1983, da 1ª Turma, Ata de AGE de 18.83, que aprovou a criação do Conselho de Administração, reformou o Estatuto Social, elegeu os membros do Conselho e fixou sua remuneração, re-ratificando a Diretoria, deliberada na Ata de AGE de 8.12.82, do que dou fé JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em 2 de setembro de 1983. Eu, Marlene de S. Queiroz escrevi, conferi e assino Marlene de S. Queiroz. Eu, ALEXE VON MELENTOVYCH, Secretário Geral da JUCERJA, a subscrevo e assino Alexe Von Melentovytsch. Taxa de arquivamento Cr\$ 680,00

(Nº 10.529 de 13-9-83 - Cr\$ 18.000,00)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 14.09.83

Noroeste Seguradora S/A

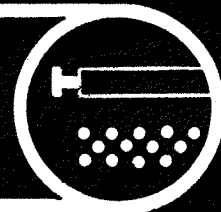
CERTIDÃO

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho do Sr. Secretário Geral, desta Junta Comercial exarado em petição taxada com Cr\$ 461,00 e protocolada sob nº 17.966 / 83, que a Sociedade "NOROESTE SEGURADORA S/A" com sede nesta Capital à Rua Álvares Peixoto nº 216 - 1º subsolo, parte, arquivou nesta Repartição sob nº 85.975, em sessão de 15 de agosto de 1983, a folha do Diário Oficial da União, edição de 12 de julho de 1983, que publicou a Portaria SUSEP Nº 148 de 29 de junho de 1983, que aprovou a alteração introduzida no Estatuto da referida Sociedade, por deliberação da Assembléia Geral Ordinária, realizada cumulativamente com a Assembléia Geral Extraordinária em 28 de março de 1983, que aprovou a elevação do Capital Social para Cr\$ 1.020.000.000,00; do que dou fé; Secretária da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 30 de agosto de 1983; Eu Nice Nogueira Cobra Leite, escriturária escrevi, conferi e assino: Nice Nogueira Cobra Leite. Eu Ana Maria de Moraes Castro, Chefe substituta da Seção de Certidões a subscrevo. Ana Maria de Moraes Castro. Visto, Rubens Abutara, Secretário Geral: Rubens Abutara.

(Nº 10.965 de 19-9-83 - Cr\$ 18.000,00)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - 20.09.83

.. / .



Salário "post-mortem"

Luiz Mendonça

Por morte do empregado, os dependentes deste o empregador terá de pagar o triplo do último salário mensal do falecido — seja qual for a "causa mortis".

O autor da proposição não ignora o pecúlio do FGTS nem a pensão do INPS. Mas alega que esses dois mecanismos são emperrados pela burocracia, sujeitando-se a longas demoras. E também lembra os casos de empregadores inadimplentes no recolhimento de suas contribuições para o FGTS.

Tudo isso ocorre em prejuízo dos dependentes, trazendo-lhes aperturas financeiras. E para protegê-los contra o injusto compasso de espera a que hoje estão condenados, o autor do projeto entendeu que faria caminho mais curto através do Congresso Nacional. E assim preteriu o Ministério da Desburocratização, órgão de elevada hierarquia que foi criado exatamente para desempear a máquina estatal.

O projeto de lei, na sua boa e nobre intenção, deixou de lado e intocáveis os problemas burocráticos do FGTS e do INPS. Preferiu solução talvez mais fácil (e certamente mais onerosa), criar novo encargo social, instituindo o salário "post-mortem" de três meses. Perguntará o leitor se esse salário será sempre e rigorosamente pago por todos os empregadores inclusive pelos que sejam inadimplentes nas obrigações relativas ao FGTS. Essa pergunta o autor do projeto também se

faz e, por encontrar a resposta a seu ver adequada, incluiu um dispositivo na sua proposição legislativa: "Para cobrir os riscos do pagamento da remuneração prevista nesta lei o empregador poderá contratar seguro perante as empresas de seguros privados".

O ilustre deputado faz justiça à agilidade funcional do seguro de vida, instituição na verdade eficaz e livre de peias burocráticas (com o sem Ministério de Desburocratização). E também faz justiça a um contingente hoje muito numeroso do empresariado brasileiro, que vem cultivando a sadia prática de manter seguros de vida em grupo para os empregados: permite que tais seguros substituam o projetado salário "post-mortem".

O empresariado aderiu espontaneamente ao seguro de vida por motivos de alcance bem maior, incorporados aos princípios de uma moderna e racional política de relações humanas. Essa política é orientada pelo objetivo de vincular o homem cada vez mais ao trabalho e à empresa, como forma de incrementar a eficiência e a produtividade, no interesse que é tanto de empregados e empregadores, como da própria economia. E essa integração do homem ao trabalho e à empresa é sem dúvida dependente de condições psicológicas, entre elas destacando-se a falta de inquietações com o futuro. E este último deixa de inquietar quando se tem contra ele as garantias financeiras do seguro de vida.

JORNAL DO COMMERCIO

09.09.83

Novos tempos

Luiz Mendonça

O Código Comercial contém dispositivo que proíbe o seguro sobre a vida de homem livre. Trata-se de proibição mais para o filosófico, engatada com a moral social da época em que o velho Código foi promulgado. Permitia-se tão somente o seguro de escravo, por ser este um "investimento".

A moral, instável e sempre atrelada à evolução dos interesses da sociedade, virou no entanto essa página dos costumes nacionais, transformando em letra morta a proibição do Código hoje secular. Prevaleceu o "homo economicus", concebido pela sociedade como um agente produtivo, gerador de rendas. E estas, não só e nem sempre para ele mesmo, mas também para seus dependentes. Portanto, um homem sob esse aspecto mensurável em dinheiro e cuja capacidade de produzir rendas pode e deve, através do seguro, estender-se além do limite da sua vida economicamente útil.

Essa concepção fez vingar e progredir o seguro de vida, hoje o segundo maior ramo (em volume de operações) no "ranking" da atividade seguradora nacional. Tecnicamente dotado de ampla flexibilidade, o seguro de vida ajusta-se à variada gama de interesses do moderno "homo economicus", cobrindo as conseqüências tanto da morte quanto da sobrevivência (velhice e invalidez). E já não se limita ao pecúlio tradicional, desdobrando-se em planos que incluem até mesmo a quitação de dívidas

como, por exemplo, as do financiamento da casa própria.

A princípio uma operação isolada, individual, o seguro de vida depois adquiriu também o formato de operação coletiva ou grupal. Por muito tempo dominou no seguro coletivo o conceito do grupo fechado, constituído à base de determinado vínculo: a relação de emprego (na mesma empresa) ou a relação associativa (na mesma entidade de fins recreativos, culturais ou esportivos, por exemplo). Depois ganhou terreno a idéia do grupo aberto, a este bastando a existência de uma entidade aglutinadora para ligá-lo à empresa de seguros.

É esse formato de grupo aberto que está dando vazão à idéia de um seguro de vida até agora inédito. A Embracom (?) está negociando uma apólice que "não se restringirá aos trabalhadores do jogo-do-bicho ou aos vendedores ambulantes", pois incluirá "segmentos marginalizados da sociedade". Garante-se que tal seguro não visa auxiliar a contravenção, pois seu verdadeiro alvo é "uma massa enorme de pessoas que produzem algo que não é reconhecido por lei e que envolve milhares de famílias que precisam ter alguma certeza em termos de futuro".

Agora não é mais o "homo economicus", que antes conseguiu pular por cima do Código Comercial. Desta vez é o homem da chamada "Economia subterrânea", trazendo à tona a necessidade social do uso do seguro para proteção dos seus dependentes.

Segundo reportagem de televisão, levada ao ar em cadeia nacional, no Recife o bicheiro tem até carteira de identificação (com retrato), que é seu passaporte para, em caso de acidente, ter acesso aos serviços médico-hospitalares mantidos para a "classe".

Os tempos sem dúvida estão operando mudanças. Ou não?

JORNAL DO COMMERCIO

16.09.83

Seguros

Atuação de entidades do mercado intensifica-se

José Sollero Filho

Uma das características do Estado totalitário é o esforço para supressão de organismos intermediários entre o povo e o poder. Conhecendo porém a natureza social do homem, permite ele e até estimula o funcionamento de órgãos rigorosamente controlados e a ele ligados, sejam sindicatos, comitês de bairros, partidos. E aqueles que não pode dominar ou governar, como no Brasil de dias atrás, a Ipreja, a OAB, a Associação Brasileira de Imprensa e outros, a solução adotada é a perseguição, o envolvimento, a calúnia, as divisões promovidas.

Neste clima, os sindicatos de trabalhadores sofrem intervenções em não se enquadrando sua atividade dentro das «diretrizes nacionais». De sua parte, aos sindicatos patronais cabe atuar com luvas de pelica, silenciosamente ou usando eufemismos, sabendo que as truculências de alguns dirigentes só lhes abrem colunas de Imprensa envaidecedoras, sem qualquer resultado. E o certo é que apreciando o trabalho de determinados presidentes de federações ou sindicatos empresariais temos de lamentar não estarem eles à frente do Itamaraty.

Outra marca do Estado totalitário consiste na supressão da liberdade de Imprensa ou seu direcionamento, pois, ainda hoje, qualquer ditador pode obrigar seus escravos a cantar hinos à liberdade como dizia Mariano Moreno.

Não são as únicas marcas. Outras existem: a corrupção, a prepotência, o arbitrio, o desprezo pelo povo, aliás, temido também, a criação de mitos como o de «segurança nacional» ou infalibilidade do líder, o maniqueísmo etc. A lista seria exaustiva.

Ficando, porém, na supressão da liberdade de Imprensa e dos organismos intermediários, quando se rompem os diques aprisionadores a torrente é avassaladora. A liberdade

pode servir para pôr a nu desmandos ignorados, mas também para agressões pessoais injustificáveis ou defesa de interesses de grupos nem sempre movidos pela consecução do bem comum. Ou, então, se multiplicam as associações que tocam o ridículo como a dos Espantadores de Urubus do Matadouro de Guaratiba, no Rio de Janeiro, no tempo do nascimento do «peleguismo».

Este exame nos vem da consideração do momento nacional e da apreciação da vitalidade das associações que vão se formando ou atuando melhor no mercado securitário, mal diminuído o controle estatal.

E assim, brilham o Clube dos Corretores e o da «Bolinha». As seguradoras, através da Associação das Companhias de Seguros, que talvez só tenha sobrevivido pela sua ligação com a poderosa Associação Comercial de São Paulo, continuam seu esforço de atuar na área do interesse comum deixada livre pela estatal Federação Nacional das Empresas de Seguros, ora magistradamente dirigida por Victor Arthur Renault tão cheio de «amêrices».

Agremiações são fundadas como a Associação Paulista dos Técnicos de Seguros, a dos Engenheiros de Seguros, que se juntam à Associação dos Advogados de Companhias de Seguros e passam a atuar com vigor no campo cultural. Amplia suas atividades a Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro, em cuja direção se encontra José Francisco de Miranda Fontana. E nesta orquestra figura também o Clube dos Seguradores e Banqueiros do Rio de Janeiro.

E nestes últimos meses essas agremiações tiveram atuação marcante. O Clube de Seguradores e Banqueiros reuniu, há poucos dias, o mercado segurador para homenagear Ernesto Albrecht e Francisco de Assis Figueira, que presidem, com excepcional dignidade, o IRB e a Su-

A Sociedade Brasileira de Ciências

do Seguro, em colaboração com a Aida (Associação Internacional de Direito de Seguros), analisou o problema do seguro de responsabilidade civil de administradores de empresas e promoveu um painel de debates a cargo de seguradores de alto nível para análise do SPF (Serviço de Prevenção à Fraude Contra o Seguro) criado pela operosa atuação de Octávio Cezar do Nascimento à frente do Sindicato das Empresas de Seguros de São Paulo.

O mesmo tema foi objeto de estudo e análise pela Associação dos Advogados das Companhias de Seguros dado ao aumento de fraudes decorrentes da ganância de inescrupulosos, atingidos também pela recessão econômica.

Acresce que a Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro comemorou os seus trinta anos de existência com um banquete e distribuição de títulos de sócios honorários a elementos expressivos do setor, como já o tinha feito a Associação das Companhias de Seguros homenageando Paulo Nicolli, presidente da Comissão de Desestatização, pelo feliz término dos trabalhos de privatização da Federal de Seguros.

Mas não é só. A novel Associação dos Técnicos de Seguros, visando a auxiliar as vítimas das enchentes do Sul, promoveu um painel de debates entre seguradores e corretores de várias tendências sobre seguro e técnica. E há mais tempo, o Clube de Vida em Grupo reuniu administradores e atuários para um trabalho sobre Previdência Privada e Seguro de Vida em Grupo.

A Associação Brasileira dos Engenheiros de Seguros, por sua vez, semanalmente publica no Diário do Comércio informações detalhadas sobre as diversas coberturas existentes no País, atingindo um segmento importante para o mercado, que são os pequenos e médios empresários paulistas.

Tudo isto mostra, sem dúvida, a vitalidade do setor, mesmo no campo cultural.

DIÁRIO DO COMÉRCIO

16.09.83

Sindicato implanta serviço de prevenção à fraude

O Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado de S.Paulo está implantando um novo serviço com o objetivo de prevenir sinistros fraudulentos.

O projeto, iniciado pela gestão anterior do Sindicato, ganhou impulso recentemente com a posse de Octavio Nascimento na diretoria da entidade. Para ele é possível se detectar a maioria das fraudes, mas não há condições de comprová-las. Agora com este serviço, inédito na área de seguros, será possível evitar que os fraudadores se transfiram de uma seguradora para outra.

MAIOR COMUNICAÇÃO

As companhias seguradoras vão informar à Central do Serviço sobre as fraudes detectadas. As mesmas serão armazenadas e repassadas a quem fizer consulta. Caberá a companhia assumir o risco ou não. "O que pretendemos é evitar que certos cidadãos continuem a fraudar", assinalou Octavio Nascimento.

"Este serviço irá incrementar, através do Sindicato de S.Paulo, a troca de informações, o diálogo entre as companhias, que gradualmente irão adquirir uma

confiança recíproca". Nascimento acredita que para o futuro poderemos ter um cadastro bem completo, com a participação de outros estados e com isto um levantamento estatístico.

Para o presidente do Sindicato, o início da divulgação deste novo serviço já deverá inibir um pouco certas fraudes e também melhorar consideravelmente a imagem do seguro. As pessoas que cometem fraudes para receber indenizações de seguros são quem, geralmente, espalham a imagem de que as seguradoras dificultam ou retardam o pagamento dos sinistros.

NOTÍCIAS CVG-SP

ANO I - Nº. 2 - JULHO/AGOSTO/SETEMBRO DE 1983

EMPRESAS

o *A idéia de cada vez mais proporcionar ao mercado segurador bons atendimentos para o seu desenvolvimento, está fazendo com que surjam entidades para servi-lo. Como exemplo, cite-se o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização do Estado de São Paulo, que acaba de criar o Serviço de Prevenção à Fraude contra o Seguro (SPS).*

BC - 13/14 DE SETEMBRO DE 1983

S Í N T E S E D O N O T I C I Á R I O
D A I M P R E N S A

O Globo - 02/09/83 - Uma quadrilha especializada em lesar empresas seguradoras, vendendo carros novos segurados para depois apresentar queixa de roubo e receber o valor da apólice, começou a ser desmantelada no Rio de Janeiro. Em geral, os carros eram comprados à vista nas concessionárias, cobertos com seguro contra roubo e levados para Porto Stroessner, no Paraguai, onde eram vendidos, sendo registrada na Polícia o roubo dos carros. A primeira pista foi dada pelo chefe do setor de segurança da Seguradora Ajax, que verificou que, dias depois da empresa ter pago o seguro de um automóvel Monza roubado, novo aviso de roubo foi dado pelo mesmo proprietário, que depois declarou já ter sido roubado sete vezes, tendo cobrado o mesmo número de vezes o seguro correspondente.

Fôlha de São Paulo - 06/09/83 - Várias empresas seguradoras do Estado de São Paulo ainda não sabem como proceder diante da deliberação 88/83 do Cetran - Conselho Estadual de Trânsito, que desobriga o policiamento de elaborar, no local do fato, o boletim de ocorrência nos acidentes de trânsito sem vítimas, alegando que o papel não é essencial, pois bastariam testemunhas ou uma declaração do próprio segurado, e que a extinção do BO agilizará o atendimento ao público e a fluência do trânsito, com a rápida de ocupação da pista. A questão será estudada pelas empresas seguradoras, embora algumas delas recomendem aos envolvidos que procurem o Distrito Policial mais próximo, a fim de registrar a ocorrência.

Diário do Comércio - 09/09/83 - José Sollero Filho, em recente palestra sobre "A fraude no seguro", tema proposto pela Associação dos Advogados em Seguradoras do Estado de São Paulo, afirmou que "a crise econômica tem forte correlação com as fraudes verificadas no mercado segurador, posto que o empresário, sem condições de continuar a produzir, vê-se tentado a cometer fraudes contra as seguradoras para assim receber o pagamento dos bens segurados". Sollero Filho, que obteve numerosos êxitos defendendo causas do IRB, relativas a fraudes de segurados, confirmou ter experimentado derrotas quando as provas eram insuficientes para convencer os juizes, que algumas vezes chegam a manifestar claramente o preconceito que têm contra as seguradoras.

Jornal do Commercio - 09/09/83 - A Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG) vem passando por importante processo de reestruturação, diante do quadro recessivo que se instalou na economia mundial, gerando a crise enfrentada pelo setor produtivo nacional. Seu objetivo é ampliar e dinamizar sua gama de serviços à classe seguradora e à instituição do seguro, e para tanto, já conta com uma assessoria em assuntos econômicos, em fase de implantação, que como primeiro passo produzirá resenhas periódicas dos principais fatos econômicos, sob a ótica dos interesses do mercado segurador. Além do mais, a FENASEG reformulará suas comissões técnicas e instalará o seu próprio serviço de telex, além de já possuir um projeto de criação de uma assessoria de imprensa.

Diário do Comércio - 10/09/83 - O presidente da Associação das Companhias de Seguros, Caio Cardoso de Almeida, enviou ofício aos integrantes do Conselho Monetário Nacional, manifestando a preo-

.../.

cupação da entidade com a proposta visando à aplicação compulsória em caderneta de poupança das reservas técnicas das companhias de seguros. Cardoso de Almeida entende que falta bom senso à proposta, inclusive porque os contratos de seguros são feitos pelo prazo de um ano, quando se exige o depósito compulsório da reserva técnica por dois anos; pondera que há no Congresso Nacional, em tramitação, um projeto de lei operacionalizando a aplicação de até 40% das reservas técnicas das companhias seguradoras e entidades de previdência privada nas cédulas hipotecárias, sendo a opção muito mais razoável por não apresentar distorções e inconvenientes que possam decorrer da poupança compulsória.

Jornal do Commercio - 16/09/83 - SINISTROS CONTINUAM A AMEAÇAR PRÊMIOS - A ocorrência de sinistros continua apresentando índices elevados. No primeiro semestre deste ano, o coeficiente médio entre sinistros pagos foi de 47,68, contra 41,78 do primeiro semestre de 1982. Isto significa que, para cada Cr\$100,00 de prêmios produzidos, as empresas seguradoras foram obrigadas a pagar Cr\$47,68, quase a metade do que foi arrecadado. Esse coeficiente de sinistro, se considerarmos apenas os seguros dos ramos elementares, sobe para 49,29, ou seja, 83,5% do total de sinistro pago; entre os seguros que mais contribuíram para esta marca estão o Rural e o de Crédito à Exportação. O maior desembolso acumulado, entretanto, foi o do ramo de Automóveis, seguido do Habitacional e do Incêndio. Além dos ramos Rural e Crédito à Exportação, o único que continua deficitário com relação ao coeficiente sinistro-prêmio é o Responsabilidade Civil Facultativo - Veículos, que arrecadou em prêmios Cr\$7,6 bilhões e tem comprometidos Cr\$7,7 bilhões. Em posição ainda comprometedoras estão os ramos aeronáuticos, cascos, habitacionais e roubos.

Jornal do Commercio - 16/09/83 - SÓ NOVE MODALIDADES VENCERAM A INFLAÇÃO - Dos 34 ramos de seguros, somente nove conseguiram vencer a inflação e apresentar resultados positivos reais. Essas modalidades foram: Global de Bancos, Crédito Interno, Cascos, Roubo, Aeronáuticos, VG/APC, Automóveis e R.C. Geral.

Diário do Comércio - 16/09/83 - INSTITUTO DE RESSEGUROS E SUSEP ESTUDAM CRIAÇÃO DO JORNAL DO COSSEGURO PARA REDUZIR DESPESAS - O IRB e a SUSEP estão examinando um trabalho enviado pela FENASEG, que sugere a criação do Jornal do Cosseguro, com a finalidade de simplificar as operações de cosseguro relativas aos bens do Governo Federal com grande economia de custos para as seguradoras. A julgar pelo apoio que a iniciativa tem recebido, possivelmente em janeiro do próximo ano o Jornal do Cosseguro já entrará em funcionamento. O Jornal, contendo microfichas, cada uma com capacidade de reproduzir 98 apólices, terá a relação das apólices coletivas de bens do Governo emitidas pelas seguradoras durante uma semana; em substituição a toda a documentação hoje existente, bastará apenas 93 jogos de microfichas com um custo final de apenas Cr\$500,00 cada uma, o que significará uma grande economia administrativa.

Diário do Comércio - 16/09/83 - SEGURADORAS AINDA LUTAM CONTRA PROPOSTA DA ABECIP - A proposta da ABECIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança), que obriga as seguradoras e entidades de previdência privada a aplicar 10% de suas reservas técnicas em caderneta de poupança com rendimento pré-fixado, prazo de carência de dois anos e juros de 8% ao ano mais correção monetária; não foi apresentada para votação no Conselho Monetário Nacional. Dessa forma, a Associação das Companhias de Seguros, segundo seu presidente, Caio Cardoso de Almeida, ga-

..//.

nha mais alguns dias para desenvolver trabalho junto aos membros do CMN visando a rejeição da medida, considerada incompatível com a atividade, cujas aplicações necessitam da maior liquidez possível para que o pagamento de sinistros, realizado com as reservas, não fique comprometido. Se as companhias seguradoras não puderem mais utilizar essa parcela de 10% para saldar compromissos com indenizações, teriam que retirar esses valores de seu capital de giro, algo um tanto difícil na atual conjuntura.

Diário do Comércio - 16/09/83 - CLÁUSULAS ESPECIAIS EM CONDOMÍNIOS - Para uma boa contratação do seguro, é necessário que o contrato garanta a minimização dos prejuízos decorrentes de um eventual sinistro; isto poderá ser obtido mediante a inclusão de algumas cláusulas especiais, tais como: Cláusula de Atualização Automática, que objetiva manter atualizados os valores das importâncias seguradas inicialmente; Cláusula de Rateio Parcial, que visa eliminar insuficiências de importância segurada em relação ao valor em risco, de até 30%; Cobertura Especial de Aluguel, em caso de sinistro que obrigue à desocupação total ou parcial do edifício, garanta as despesas e perdas de receita nos casos de proprietários que terão que dispender em aluguel, caso habitem o imóvel sinistrado, ou os proprietários de unidades alugadas que perderão sua renda durante o período de recuperação do prêmio; Cobertura do Valor de Novo, para indenizar o segurado cujos bens tenham sido sinistrados, levando-o à mesma situação patrimonial em que se encontrava na data imediatamente anterior ao sinistro.

O Estado de São Paulo - 20/09/83 - PIRATARIA EM SANTOS - A comunidade marítima santista está exigindo providências imediatas para conter os casos de pirataria e roubo a bordo de navios no porto de Santos, que têm atingido proporções alarmantes. No exterior se pensa até em ampliar as taxas securitárias de cobertura dos prejuízos de roubo, pois além de se roubar a carga, parcialmente recuperável através do seguro, estão sendo assaltadas as cabinas dos comandantes e tripulantes, com grande violência, provocando ferimentos e contusões nas vítimas. Piratas usando modernas lanchas abordam navios ao largo, movimentam guindastes para deslocar contêineres e abri-los e retiram a carga que lhes interessa. Um submarino descobre pacotes-bóias flutuando no porto à noite, contendo cerca de 30 vídeo-cassetes. A Polícia Federal invade prédio da Receita e encontra contrabando no armário do fiscal. Veículos oficiais são utilizados para retirar caixas de uísque e outros produtos de bordo. Ladrões armados utilizam carteirinhas de ingresso, aproveitando o pouco controle existente. Mas acima de todas as falhas estruturais da vigilância no porto, há a certeza da impunidade dos envolvidos, pois em Santos está agindo uma ampla e organizada rede de criminosos e receptadores, com representantes até em segmentos da alta sociedade, na cúpula policial e redes de armazenagem e distribuição dos produtos roubados ou contrabandeados.

Câmbio

O dólar norte-americano foi cotado, ontem, pelo Banco Central do Brasil a Cr\$ 716,00 para compra e a Cr\$ 719,00 para venda. No Mercado Livre, que se manteve totalmente calmo, o dólar foi negociado a Cr\$ 1.130,00 para compra e entre Cr\$ 1.160,00 e Cr\$ 1.165,00 para venda.



Câmbio

COTAÇÕES DO DIA 28/09/83 EM RELAÇÃO AO CRUZEIRO:

Países	Moedas	(1)	(1)	(2)	(3)	(3)	
		Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda
Estados Unidos	Dólar	716,00	719,00	716.000	719.000	717,10	717,20
Argentina	Peso					56,00551	56,01332
Bolívia	Peso					N/C	
Equador	Sucre					8,03152	8,03264
Paraguai	Guaiani					4,51773	4,51836
Peru	Sol					0,35855	0,35860
Uruguai	Peso					19,72025	19,72300
Venezuela	Bolivar					57,36800	57,37600
México	Peso					4,64142	4,74966
Inglaterra	Libra	1.065,34	1.085,62	1.068,270	1.088,570	1.074,57435	1.075,44140
Alemanha	Marco	296,53	274,58	266,550	271,550	271,88625	272,02730
Suíça	Franco	334,13	340,42	328,830	335,010	337,14151	337,34713
Suécia	Coroa	99,944	92,523	90,372	91,941	91,75943	91,83098
França	Franco	88,717	90,379	88,186	89,814	89,49207	89,53807
Bélgica	Franco	13,308	13,521	13,226	13,234	13,39872	13,40560
Itália	Lira	0,44494	0,45340	0,442	0,451	0,44874	0,44909
Holanda	Florim	240,81	245,32	238,400	242,770	242,92005	243,03625
Dinamarca	Coroa	74,762	76,052	74,208	75,489	75,36521	75,41535
Japão	Iene	3,0094	3,0658	2,936	2,991	3,03534	3,03703
Austria	Xelim	38,363	39,015	37,932	38,585	38,67853	38,72570
Canadá	Dólar	577,93	586,94	577,510	586,840	581,91998	582,14285
Noruega	Coroa	96,584	98,266	96,011	97,682	97,36591	97,44565
Espanha	Peseta	4,6923	4,7739	4,675	4,754	4,68692	4,74966
Portugal	Escudo	5,7157	5,8584	5,712	5,862	5,73680	5,83089
África do Sul	Rand					649,69260	650,50040
Filipinas	Peso					65,54294	65,55208
Kwait	Dinar					2,464,67270	2,466,73768
Nova Zelândia	Dólar					470,56102	471,34384
Austrália	Dólar	639,00	649,14	634,720	644,810	643,16699	643,61528
Paquistão	Rupee					54,14105	54,14860
Hong Kong	Cents					84,33096	85,34680
Finlândia	Markka					126,49644	126,51408
Índia	Rupee					70,06067	70,14216
Dólar Convênio	Dólar					716,00	719,00

Dólar Repasse — Cr\$ 717,00. Dólar Cobertura — Cr\$ 718,00.
 Fontes: (1) — Banco Central do Brasil — Intermediário das 11h30 min.
 (2) — Agência Estado — Obs: — Os números acima representam a média aproximada das cotações de alguns importantes mercados internacionais. Por esta razão, não são rígidos, estando sujeitos a oscilações, de banco para banco, dependendo do volume, oportunidade, ou importância de cada operação. Normalmente, os preços estabelecidos pelos bancos e corretores não coincidem entre si, mas devem estar fixados em torno da tabela acima.
 (3) — Corretora Souza Barros Câmbio e Títulos S/A. — Fechamento em Nova York.

DIÁRIO DO COMÉRCIO

29.09.83



COMISSÃO DE SEGUROS INCÊNDIO E LUCROS CESSANTES

DESCONTOS POR EXTINTORES

RESOLUÇÕES SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- | | |
|--|--|
| - RESANA S.A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS - Avenida Amazonas nº. 1100 - MOGI DAS CRUZES - S.P. | - IBRAPE ELETRÔNICA LTDA. - Avenida Comendador Wolthers nº.700 - Capuava - SÃO PAULO - S.P. |
| D T S - 4342/83 - 05.09.83 | D T S - 4351/83 - 05.09.83 |
| - ANDERSON CLAYTON S.A. IND. E COMÉRCIO - Rua Professor Dorival Alves, s/nº. - ARARAQUARA - S.P. | - CIA. ULTRAGAZ S.A. - DP. 1 - Av. Presidente Wilson nºs. 4221/4281 - Ipiranga - SÃO PAULO - S.P. |
| D T S - 4344/83 - 05.09.83 | D T S - 4352/83 - 05.09.83 |
| - EQUIPAMENTOS VILLARES S.A. (EQ. II) - Rod. Manoel de Abreu - Km. 4,5 - Tutoia - ARARAQUARA - S.P. | - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO - LOJA 206 - Av. Alenguer CPA II - CUIABÁ - MT |
| D T S - 4345/83 - 05.09.83 | D T S - 4353/83 - 05.09.83 |
| - RESISTÊNCIAS ELBAC LTDA. - Rua Deputado Miguel Petrilli, 65 - Km. 30,5 - Rodovia Raposo Tavares - COTIA - S.P. | - LORILLEUX DO BRASIL IND. DE TINTAS S.A. - Rod. Raposo Tavares - Km. 27,4 - COTIA - S.P. |
| D T S - 4345/83 - 05.09.83 | D T S - 4354/83 - 05.09.83 |
| - EUCATEX S.A. IND. E COM. E/OU IMOBILIÁRIA SANTA THEREZINHA S.A. - Av. Francisco Matarazzo nºs. 514 e 524 (com entrada pela Rua Tagipuru nºs. 699/733) - SÃO PAULO - S.P. | - 3M DO BRASIL LTDA. - Rodovia Ribeirão Preto/Araraquara - Km. 7,8 - RIBEIRÃO PRÊTO - S.P. |
| D T S - 4347/83 - 05.09.83 | D T S - 4355/83 - 05.09.83 |
| - KITANO S.A. IND., COM. E IMPORTAÇÃO - Av. Professor Francisco Morato, 1815 - SÃO PAULO - S.P. | - ICLA COMÉRCIO, INDÚSTRIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Rua Itauna nºs. 1081/1101 - SÃO PAULO - S.P. |
| D T S - 4348/83 - 05.09.83 | D T S - 4356/83 - 05.09.83 |
| - INDÚSTRIAS MONSANTO S.A. - Estr. Municipal P.L.N.393 nº. 999 - Fazenda São Benedito - Vila Betel - Acesso pela Rod. Campinas/Paulínia - SP-332 - Km. 119,8 - PAULÍNIA-S.P. | - S.A. WHITE MARTINS - Rua Particular Ana Santos, 125 - SANTOS - S.P. |
| D T S - 4349/83 - 05.09.83 | D T S - 4357/83 - 05.09.83 |
| - CIA. HYSTER - Av. das Nações Unidas nºs. 22665 e 22777 - SÃO PAULO - S.P. | - ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - Rua Henrique da Cunha nº. 68 - SÃO PAULO - S.P. |
| D T S - 4350/83 - 05.09.83 | D T S - 4358/83 - 05.09.83 |

- ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - Rod. Raposo Tavares - Km.16 SP-270 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4359/83 - 05.09.83
- ENCYCLOPAEDIA BRITÂNICA DO BRASIL PUBLICAÇÕES LTDA. - Rua Javari, 200 - Altura Km. 21,7 - Rodovia Castelo Branco - BARUERÍ - S.P.
D T S - 4360/83 - 05.09.83
- INDÚSTRIAS MATARAZZO DE EMBALAGENS S.A. - Fazenda Amália - SANTA ROSA DE VITERBO - S.P.
D T S - 4361/83 - 05.09.83
- TECIDOS TITA LTDA. - Avenida Anhanguera nºs. 3617/41 - Centro GOIÂNIA - GO
D T S - 4362/83 - 05.09.83
- COOP. AGRÍCOLA DE COTIA - COOPERATIVA CENTRAL - S.D. nº. 1 - Rua Pres. Kennedy, 30 - S.D. nº. 2 - Rua José Mário Junqueira Neto, 321 - IRAPURÚ - S.P.
D T S - 4363/83 - 05.09.83
- SUSSEX IND. E COMÉRCIO LTDA. - Rua José Lopes, 235 - GUARULHOS - S.P.
D T S - 4364/83 - 05.09.83
- H. QUINTAS S.A. COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA - Rua Júlio Mesquita nºs. 148/160 - Esq. Rua Senador Feijó nºs.400/414 - SANTOS - S.P.
D T S - 4365/83 - 05.09.83
- SATURNO S.A. INDÚSTRIA DE TINTAS - Avenida São Paulo, 10 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 4366/83 - 05.09.83
- BRINQUEDOS BANDEIRANTE S.A. - Avenida Vila Ema nºs. 2190/2258 - Vila Ema - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4367/83 - 05.09.83
- VULCABRÁS S.A. IND. E COMÉRCIO - Rua Antonio Frederico Ozanan nº. 1440 - JUNDIAÍ - S.P.
D T S - 4368/83 - 05.09.83
- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO - DEPÓSITO 934 - S.A.A.N. Lote 90 - BRASÍLIA - DF
D T S - 4369/83 - 05.09.83
- GRADIENTE ELETRÔNICA LTDA. - Av. Engenheiro Roberto Zuccolo, 74 a Rua M. Paladino, 415 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4370/83 - 05.09.83
- GRADIENTE ELETRÔNICA LTDA. - Rua José Guerra, 111 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4371/83 - 05.09.83
- DONALDSON DO BRASIL S.A. COM. E INDÚSTRIA - Rua Geme nºs. 172 e 220 - DIADEMA - S.P.
D T S - 4372/83 - 05.09.83
- NORBRASIL ENGENHARIA S.A. - Rodovia Raposo Tavares - SP-270 - Km. 19 - Vila Jaguaré - Subdistrito Butantã - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4373/83 - 05.09.83
- REXROTH HIDRÁULICA LTDA. - Rua Georg Rexroth, 182 - DIADEMA - S.P.
D T S - 4374/83 - 05.09.83
- CORDEIRO S.A. IND. DE CERÂMICA - Estrada do Portão da Ronda, s/nº. - SUZANO - S.P.
D T S - 4375/83 - 05.09.83
- REDE ZACARIAS DE PNEUS E ACESSÓRIOS S.A. - Av. Dr. Nelson D'Avilla nº. 1777 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - S.P.
D T S - 4376/83 - 05.09.83
- BEBIDAS VANNUCCI S.A. IND. E COMÉRCIO - Rua Maria Umbelina Couto, 163 - CAMPINAS - S.P.
D T S - 4377/83 - 05.09.83
- COMPANHIA BRASILEIRA DE SINTÉTICOS - Av. dos Autonomistas nº. 4900 - OSASCO - S.P.
D T S - 4378/83 - 05.09.83

..//.

- CREDICARD S.A. ADMINISTRADORA DE
CARTÕES DE CRÉDITO - Avenida Bri
gadeiro Faria Lima nº. 2161 -
SÃO PAULO - S.P.

D T S - 4379/83 - 05.09.83
- DIBAL ARMAZÉNS GERAIS S.A. - Rua
Eustáquio Alves de Souza nº.
50 - SANTOS - S.P.

D T S - 4380/83 - 05.09.83
- PIACE CIA. INDUSTRIAL - Rua Ilan
sa, 253 - SÃO PAULO - S.P.

D T S - 4381/83 - 05.09.83
- GIGO & CIA. LTDA. - Rua Joaquim
Valente - SUMARÉ - S.P.

D T S - 4382/83 - 05.09.83
- CARGILL AGRÍCOLA S.A. - BR-376-
Km. 96 - PONTA GROSSA - PR

D T S - 4417/83 - 08.09.83
- BRASIMET COM. E IND. S.A. - Rua
Socrates Mariani Bittencourt nº.
1300 - CONTAGEM - MG

D T S - 4428/83 - 09.09.83
- MOINHOS VERA CRUZ S.A. - Av. OIa
vo Bilac, 2000 - JUIZ DE FORA - MG

D T S - 4430/83 - 09.09.83
- SOCIL PRÓ PECUÁRIA S.A. - Praça
dos Trabalhadores nº. 25 - Cida
de Industrial - CONTAGEM - MG

D T S - 4432/83 - 09.09.83
- LABORATÓRIOS LEPETIT S.A. - Rua
Goianinha nº. 1321 - Jacarepa
guá - RIO DE JANEIRO - RJ

D T S - 4445/83 - 12.09.83
- ELEVADORES KONE LTDA. - Avenida
dos Campeões nº. 295 - Bonsuces
so - RIO DE JANEIRO - RJ

D T S - 4446/83 - 12.09.83
- NATIONAL DISTILLERS DO BRASIL
INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Estrada
Municipal Livramento - Passo da
Cruz - Vila Palomas - SANT'ANA
DO LIVRAMENTO - RS

D T S - 4460/83 - 14.09.83
- COMPANHIA TROPICAL DE HOTÉIS-HO
TEL DAS CATARATAS - Parque Na
cional de Iguaçú-FÓZ DO IGUAÇÚ - PR

D T S - 4461/83 - 14.09.83
- PLACAS DO PARANÁ S.A. - Rua Ro
berto Hauer, 411 - CURITIBA - PR

D T S - 4462/83 - 14.09.83
- TRANSPORTADORA PAMPA S.A. - Rua
Amazonas de Souza Azevedo nº.
13 - CURITIBA - PR

D T S - 4463/83 - 14.09.83
- SEARS ROEBUCK S.A. COM. E INDÚS
TRIA - Rua Espírito Santo, 1300-
BELO HORIZONTE - MG

D T S - 4518/83 - 16.09.83
- MONTRA IND. E COM. DE MÁQUINAS
OPERATRIZES LTDA. - Rua Luis Law
rie Reid, 383 - DIADEMA - S.P.

D T S - 4571/83 - 19.09.83
- THETFORD DO BRASIL PARTICIPAÇÕES
LTDA. E/OU OUTROS - Av. Samuel
Aisemberg nºs. 326 e 399 - SÃO
BERNARDO DO CAMPO - S.P.

D T S - 4572/83 - 19.09.83
- TRANSAUTO TRANSPORTES ESPECIALI
ZADOS DE AUTOMÓVEIS S.A. - Ave
nida Senador Vergueiro nº. 4600 -
SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.

D T S - 4573/83 - 19.09.83
- OMI-ZILLO LORENZETTI S.A. INDÚS
TRIA TEXTIL - Avenida Osaka nº.
85 - LENÇÓIS PAULISTA - S.P.

D T S - 4574/83 - 19.09.83
- HIDROPLÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO
LTDA. - Rod. Marechal Rondon -
Km. 253 - BOTUCATÚ - S.P.

D T S - 4575/83 - 19.09.83
- DISSOLTEX IND. QUÍMICA LTDA. -
Rodovia SP-318 - Km. 325 - Tre
vo São Carlos à Ribeirão Preto-
SÃO CARLOS - S.P.

D T S - 4576/83 - 19.09.83

.../.

- COMPONENTES MALLORY DO BRASIL
LTDA. - Estrada do Pinheirinho
nº. 86 - EMBÚ - S.P.
D T S - 4577/83 - 19.09.83
- S.A. WHITE MARTINS - Estr. Casa
Grande nºs. 65/103 - DIADEMA - S.P.
D T S - 4578/83 - 19.09.83
- S.A. WHITE MARTINS - Rua Miguel
Luiz de Souza, 100 - PIRACICABA-S.P.
D T S - 4579/83 - 19.09.83
- INDÚSTRIA DE EMBALAGENS PAULIS-
TANA LTDA. - Estrada do Mandi
nº. 50 - ITAQUAQUECETUBA - S.P.
D T S - 4580/83 - 19.09.83
- CERÂMICA E VELAS DE IGNIÇÃO N.G.K.
DO BRASIL S.A. - Rua Professor
Flaviano de Mello nº. 435 - MO-
GI DAS CRUZES - S.P.
D T S - 4581/83 - 19.09.83
- TELECOLOR DA AMAZÔNIA S.A. - Ro-
dovia BR-139 - Km. 4 - com en-
trada pela Avenida Solimões nº.
105 - MANAUS - AM
D T S - 4582/83 - 19.09.83
- KEIKO DO BRASIL INDÚSTRIA E CO-
MÉRCIO LTDA. - Avenida Kizaemon
Takeuti, 3200 - TABOÃO DA SERRA-S.P.
D T S - 4583/83 - 19.09.83
- MARFINITE PRODUTOS SINTÉTICOS
LTDA. - Estr. de Santa Isabel,
s/nº. - ITAQUAQUECETUBA - S.P.
D T S - 4584/83 - 19.09.83
- NOBELPLAST EMBALAGENS LTDA. - Rua
Marco Gianini, 437 - Butantã -
Vila Jaguaré - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4585/83 - 19.09.83
- GRÁFICA E EDITORA LARA S.A. E/
OU GTB GUIAS TELEFÔNICOS DO BRA-
SIL LTDA. - Rua Dr. Ferreira Lo-
pes, 290 - Santo Amaro - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4586/83 - 19.09.83
- SECRETARIA DOS TRANSPORTES - DE
PARTAMENTO HIDROVIÁRIO - ADM. DO
PORTO DE SÃO SEBASTIÃO - Cais do
Porto de São Sebastião - SÃO
SEBASTIÃO - S.P.
D T S - 4587/83 - 19.09.83
- CALÇADOS CINCOLI LTDA. - Av. Ala-
goas nº. 821 e Rua Amazonas nº.
844 - FRANCA - S.P.
D T S - 4588/83 - 19.09.83
- SUPERCORTE IMPORTADORA DE FERRA-
MENTAS LTDA. - Rua Florêncio de
Abreu, 501 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4589/83 - 19.09.83
- VELSICOL DO BRASIL IND. E COMÉR-
CIO LTDA. - Rodovia SP-127 - Km.
231 - TATUI - S.P.
D T S - 4590/83 - 19.09.83
- LION IND. E COM. E EQUIPAMENTOS
ESPORTIVOS LTDA. - Rua Minas Ge-
rais, 235 - DIADEMA - S.P.
D T S - 4591/83 - 19.09.83
- FOTÓPTICA LTDA. - Alameda Juruá
nº. 434 - Alphaville - BARUERI - S.P.
D T S - 4592/83 - 19.09.83
- BANDAG DO BRASIL LTDA. - Rua Eus-
tácio de Sá, 700 - CAMPINAS - S.P.
D T S - 4593/83 - 19.09.83
- WESTINGHOUSE DO BRASIL S.A. (DI-
VISÃO INDUSELET) - ANTIGO INDUSE-
LET S.A. IND. DE MATERIAL ELÉTRICO
CHARLEROI - Avenida dos Autono-
mistas, 1325 - OSASCO - S.P.
D T S - 4594/83 - 19.09.83
- INGO MÁQUINAS ÓPTICAS LTDA. - Ro-
dovia SP-95 - Km. 46,5 - AMPARO - S.P.
D T S - 4595/83 - 19.09.83
- FIBRA REVESTIMENTOS ANTICORROSI-
VOS LTDA. - Rua das Promessas
nº. 101 - DIADEMA - S.P.
D T S - 4596/83 - 19.09.83
- SULZER WEISE S.A. - IND. E COM.
DE BOMBAS HIDRÁULICAS - DIVISÃO
FUNDIÇÃO - Rua Turvânia nº. 272-
GUARULHOS - S.P.
D T S - 4597/83 - 19.09.83
- FIAÇÃO E TECELAGEM GERMANO FEHR
S.A. - Rua Dona Ana Prado, 999 -
SÃO CARLOS - S.P.
D T S - 4598/83 - 19.09.83

.../.

- CENTRO MÉDICO DE CAMPINAS E SOCIEDADE MÉDICA DA CLÍNICA EDUARDO LANE LTDA. - Rua Dr. Edilberto Luiz Pereira da Silva, 150 - Distr. de Barão Geraldo-CAMPINAS-S.P.
D T S - 4599/83 - 19.09.83
- RACHID B. SALIDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Rua da Mooca nºs. 4214 e 4264 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4600/83 - 19.09.83
- ILUMATIC S.A. ILUMINAÇÃO ELETRO METALÚRGICA - Rua Jacuí nº.120 - Rodovia Raposo Tavares - Km.147 SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4601/83 - 19.09.83
- CROVEL - COMERCIAL REFINADORA DE ÓLEOS VEGETAIS LTDA. - Av. Almirante Tamandaré,617-INDAIATUBA - S.P.
D T S - 4602/83 - 19.09.83
- COMERCIAL DIPASA LTDA. - Rua Rio Bonito - Esq. com Rua Cel. Emegdio Piedade - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4603/83 - 19.09.83
- COOP. AGRÍCOLA DE COTIA - COOPERATIVA CENTRAL - Estrada Variante Lucas Nogueira Garces, s/nº. JACAREÍ - S.P.
D T S - 4604/83 - 19.09.83
- COOP. AGRÍCOLA DE COTIA - COOPERATIVA CENTRAL - Estr. Municipal, s/nº. - B. do Tanque-ATIBAIA - S.P.
D T S - 4605/83 - 19.09.83
- TEXTIL DUOMO S.A. - Av. Eloy A. Carniatto, 225 e s/nº. - Bairro do Engenho - ITATIBA - S.P.
D T S - 4606/83 - 19.09.83
- BRASWEY S.A. IND. E COM. - Rod. BR-163 - Km. 196 - DOURADOS - MG
D T S - 4607/83 - 19.09.83
- BONNET EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. - Estr. da Servidão,155 - Jd. Paulista - OSASCO - S.P.
D T S - 4608/83 - 19.09.83
- CHOCOLATE PRINK S.A. - Av. Prink nº. 200 - MAIRINQUE - S.P.
D T S - 4609/83 - 19.09.83
- PERDIGÃO COMERCIAL E EXPORTADORA S.A. - Avenida Nações Unidas nº. 51-15 - BAURÚ - S.P.
D T S - 4610/83 - 19.09.83
- MEIAS LUPO S.A. - FÁBRICA I - Rua Gonçalves Dias nºs.511/543-ARARAQUARA - S.P.
D T S - 4611/83 - 19.09.83
- TOSHIBA DO BRASIL S.A. - Estrada dos Alvarengas nº. 5500 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 4612/83 - 19.09.83
- CARAMBIENT IND. E COM. DE REVESTIMENTO LTDA. - Rod. Raposo Tavares - Km. 63 - SÃO ROQUE-S.P.
D T S - 4613/83 - 19.09.83
- DURR DO BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS - Rua Agostinho Togneri, 210 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4614/83 - 19.09.83
- COOP. AGRÍCOLA DE COTIA - COOPERATIVA CENTRAL - Avenida Francisco Junqueira nº. 119 - RIBEIRÃO PRETO - S.P.
D T S - 4615/83 - 19.09.83
- COOP. AGRÍCOLA DE COTIA - COOPERATIVA CENTRAL - Avenida Plácido Batista da Silveira nº. 159-CAPÃO BONITO - S.P.
D T S - 4616/83 - 19.09.83
- ANDERSON CLAYTON S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Avenida Presidente Kennedy, 291 - OSASCO - S.P.
D T S - 4617/83 - 19.09.83
- CARGILL CITRUS LTDA. - Rodovia Armando Sales de Oliveira - Km. 393 - BEBEDOURO - S.P.
D T S - 4618/83 - 19.09.83
- COOP. AGRÍCOLA DE COTIA - COOP. CENTRAL - Av. José Bonifácio nºs. 203/209 - SANTO ANASTÁCIO - S.P.
D T S - 4619/83 - 19.09.83
- FERNANDO ALENCAR PINTO S.A. IMP. E EXP. - Rua Victorino Carmilo nºs. 1019/1037 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4620/83 - 19.09.83

- COOP. AGRÍCOLA DE COTIA - COOP. CENTRAL - Rua Presidente Vargas nºs. 245/253 - BASTOS - S.P.
D T S - 4621/83 - 19.09.83
- CAROL-COOP. DOS AGRICULTORES DA REGIÃO DE ORLÂNDIA LTDA. - Rua 6 nº. 1676 - ORLÂNDIA - S.P.
D T S - 4622/83 - 19.09.83
- IDEAL STANDARD WABCO IND. E COMÉRCIO LTDA. - Rua Honorato Spiandorin, 189 - JUNDIAÍ - S.P.
D T S - 4623/83 - 19.09.83
- TRANSPORTADORA PAINGUÁS LTDA. - Avenida dos Painguás nº. 1354 - PIRASSUNUNGA - S.P.
D T S - 4624/83 - 19.09.83
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS MANOLO LTDA. - Rua Dr. Elton Cesar, 363 - Jd. Santa Mônica - CAMPINAS - S.P.
D T S - 4625/83 - 19.09.83
- FERNANDO ALENCAR PINTO S.A. IMPORTAÇÃO E EXP. - Rua Lopes de Oliveira, 112 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4626/83 - 19.09.83
- INDÚSTRIA DE PAPEL SIMÃO S.A. - Estação São Silvestre - JACAREÍ-S.P.
D T S - 4627/83 - 19.09.83
- VICUNHA S.A. INDÚSTRIAS REUNIDAS - Rua Lopes Coutinho, 315 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4628/83 - 19.09.83
- CERÂMICAS E VELAS DE IGNIÇÃO N.G.K. DO BRASIL S.A. - Estr. Mogi das Cruzes/Salesópolis - Km. 9 - B. de Cocuera - MOGI DAS CRUZES-S.P.
D T S - 4629/83 - 19.09.83
- S.A. WHITE MARTINS - Estr. Velha de Jacareí - Km.198 - JACAREÍ - S.P.
D T S - 4630/83 - 19.09.83
- FÁBRICA DE FECHOS ASTRO S.A. - Av. João Dias, 1645 - Santo Amaro - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4631/83 - 19.09.83
- HONDA MOTOR DO BRASIL LTDA. - Rua Projetada,750 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4632/83 - 19.09.83
- COMPANHIA GERAL DE ARMAZENAGEM-C.G.A. - Rua da Liberdade, 863-SANTOS - S.P.
D T S - 4633/83 - 19.09.83
- TRANSPORTADORA PAMPA S.A. - Rua Alberto de Brito,504-JOÃO PESSOA - PB
D T S - 4634/83 - 19.09.83
- MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A. - Rua Marcos Arruda nºs. 688/708 e Rua Catumbí nºs. 715/745 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4635/83 - 19.09.83
- COOP. AGRÍCOLA DE COTIA - COOPERATIVA CENTRAL - Rua José Correa de Mello nºs.120/160 - LINS - S.P.
D T S - 4636/83 - 19.09.83
- SÃO PAULO ALPARGATAS S.A. - Rua Américo Brasiliense nº. 1256 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4637/83 - 19.09.83
- COOP. AGRÍCOLA DE COTIA - COOP. CENTRAL - Rod. Raposo Tavares - Km. 567 - PRESIDENTE PRUDENTE - S.P.
D T S - 4638/83 - 19.09.83
- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO - DEPÓSITO 920 - Via Anhanguera - Km.17 - OSASCO - S.P.
D T S - 4639/83 - 19.09.83
- ITELPA S.A. INDÚSTRIA COMÉRCIO E ITELPA SCREENS LTDA. - Rod. Americana/Piracicaba - Km. 156,5 - PIRACICABA - S.P.
D T S - 4640/83 - 19.09.83
- USINA SÃO MARTINHO S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL - Fazenda São Martinho - PRADÓPOLIS - S.P.
D T S - 4641/83 - 19.09.83
- COLMEÍNA COM. E INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. - Rod. Raposo Tavares - Km. 18 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4642/83 - 19.09.83

.../.

- S.K.F. DO BRASIL LTDA. - Rodovia
Presidente Dutra - Km. 223 - Cum-
bica - GUARULHOS - S.P.
D T S - 4643/83 - 19.09.83
- INDÚSTRIA DE MÁQUINAS MIRUNA
LTDA. - Rua Charles Darwin nºs.
255/256 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4644/83 - 19.09.83
- INDÚSTRIAS GESSY LEVER LTDA. -
DEPÓSITO RECIFE - Rua Ana Barre-
to, 320 - JABOATÃO - PE
D T S - 4645/83 - 19.09.83
- TRANSPORTADORA PAMPA S.A. - Rua
Edgard Cajado, 140 - Esquina c/
Rua Antonio Milena nº. 1266 -
RIBEIRÃO PRETO - S.P.
D T S - 4646/83 - 19.09.83
- INDÚSTRIA DE MÓVEIS BONATTO
LTDA. - Rua Papa João XXIII nº.
7 - Bairro Vila Nova Suissa San-
tista - RIBEIRÃO PIRES - S.P.
D T S - 4647/83 - 19.09.83
- S.A. WHITE MARTINS - Rua Raul
Pompêia, 144 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4648/83 - 19.09.83
- SUPER-DON PARA AUTO PEÇAS E ACES-
SÓRIOS LTDA. - Av. Nações Unidas
nº. 19625 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4649/83 - 19.09.83
- MAJER MEYER S.A. - INDS. FARMA-
CÊUTICAS - Rua 13 de Maio nºs.
669/681, 711/717, 739/743 e Rua
Rui Barbosa nºs. 360/370 e 388-
SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4650/83 - 19.09.83

*

DESCONTOS POR HIDRANTES

RESOLUÇÕES SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- ALBARUS S.A. IND. E COM. - Av.
de Pinedo, 414 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4383/83 - 05.09.83
- PAIOL DISTRIBUIDORA LTDA. - Rua
Patativa, s/nº. - B. Tatetuba -
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - S.P.
D T S - 4384/83 - 05.09.83
- INDÚSTRIAS MONSANTO S.A. - Estr.
Municipal P.L.N. 393 nº. 999 - Fa-
zenda São Benedito - Vila Betel
Acesso pela Rodovia Campinas/Pau-
lândia-SP-332-Km.119,8-PAULÍNIA - S.P.
D T S - 4385/83 - 05.09.83
- S.A. INDS. REUNIDAS FRANCISCO MA-
TARAZZO (SHOPPING CENTER ÁGUA
BRANCA) - Rua Turiassú, 2100 -
SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4386/83 - 05.09.83
- WESTFALIA SEPARATOR DO BRASIL IND. E
COM. DE CENTRIFUGAS LTDA. - Estr. Cam-
pinas/Monte Mór-Km. 12 - SUMARÉ-S.P.
D T S - 4387/83 - 05.09.83
- TECELAGEM NOSSA SENHORA DO BRA-
SIL S.A. - Avenida Carioca, 535-
SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4388/83 - 05.09.83
- CEAGESP-CIA. DE ENTREPÓSOS E AR-
MAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO-Rod.
Itapeva/Itaberã-Km.289-ITAPEVA-S.P.
D T S - 4389/83 - 05.09.83
- REFRESCOS IPIRANGA S.A. - Av. Dom
Pedro I, 2270 - RIBEIRÃO PRETO - S.P.
D T S - 4390/83 - 05.09.83
- CONSTANTA ELETROTÉCNICA LTDA. -
Avenida Francisco Monteiro nº.
1701 - RIBEIRÃO PIRES - S.P.
D T S - 4391/83 - 05.09.83
- MAZZAFERRO POLÍMEROS E FIBRAS SINTÉ-
TICAS S.A. - Rua Cecília, s/nº. - Esq.
Via Anchieta - Km. 18 - SÃO BER-
NARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 4392/83 - 05.09.83

.../.

- PIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Avenida João Dias, 2319 - Santo Amaro - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4393/83 - 05.09.83
- GIGÔ CIA. LTDA. - Rua Joaquim Valente - SUMARÉ - S.P.
D T S - 4394/83 - 05.09.83
- POLYVOX INDÚSTRIAS ELETRÔNICAS LTDA. - Rua Vicente Rodrigues da Silva, 641 - OSASCO - S.P.
D T S - 4395/83 - 05.09.83
- NATIVA TRANSFORMADORES S.A. - Rodovia SP-101-Km.5,5 - SUMARÉ - S.P.
D T S - 4396/83 - 05.09.83
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO ATLANTIS BRASIL LTDA. - Av. Padre Anchieta n.º. 252 - SANTO ANDRÉ - S.P.
D T S - 4397/83 - 05.09.83
- BRAVOX S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO ELETRÔNICA - Avenida Caetano Ruggiero, 3106 - ITÚ - S.P.
D T S - 4398/83 - 05.09.83
- LIGGETT E MYERS DO BRASIL - CIBARROS LTDA. - Rua Manoel Simão n.º. 750 - INDAIAL - SC
D T S - 4418/83 - 08.09.83
- BRASIMET COMÉRCIO E IND. S.A. - Rua Socrates Mariani Bittencourt n.º. 1300 - CONTAGEM - MG
D T S - 4429/83 - 09.09.83
- MOINHOS VERA CRUZ S.A. - Av. Olavo Bilac, 2000 - JUIZ DE FORA-MG
D T S - 4431/83 - 09.09.83
- BOZEL MINERAÇÃO E FERROLIGAS S.A. - Rodovia BR-265,5 - Km. 66,5-SÃO JOÃO DEL REI - MG
D T S - 4433/83 - 09.09.83
- MAFERSA S.A. - Rua das Indústrias, s/n.º. - Novo Eldorado - Cidade Industrial - CONTAGEM - MG
D T S - 4434/83 - 09.09.83
- PLACAS DO PARANÁ S.A. - Rua Roberto Hauer, 411 - CURITIBA - PR
D T S - 4464/83 - 19.09.83
- SATURNO S.A. INDÚSTRIA DE TINTAS - Avenida São Paulo n.º.10 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 4521/83 - 19.09.83
- COMPANHIA GERAL DE ARMAZENAGEM-C.G.A. - Rua da Liberdade, 863-SANTOS - S.P.
D T S - 4522/83 - 19.09.83
- KODAK BRASILEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. - Rod. Pres. Dutra - Km. 158 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - S.P.
D T S - 4523/83 - 19.09.83
- R. SONTAG LTDA. - Av. Nossa Senhora do Sabará, 243 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4524/83 - 19.09.83
- INGO MÁQUINAS OPTICAS LTDA. - Rodovia SP-95-Km.46,5 - AMPARO - S.P.
D T S - 4525/83 - 19.09.83
- MARFINITE PRODUTOS SINTÉTICOS LTDA. Estr. de Santa Isabel, s/n.º. - ITAQUAQUECETUBA - S.P.
D T S - 4526/83 - 19.09.83
- PERSIANAS COLUMBIA S.A. - Rua Arapuru, 247 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4527/83 - 19.09.83
- HIDROPLÁS IND. E COMÉRCIO LTDA. - Rodovia Marechal Rondon - Km. 253 - BOTUCATÚ - S.P.
D T S - 4528/83 - 19.09.83
- BABYLÂNDIA MÓVEIS INFANTO JUVENIS LTDA. - Alameda Tocantins n.º. 700 - Distr. Alphaville-BARUERI-S.P.
D T S - 4529/83 - 19.09.83
- HONDA MOTOR DO BRASIL LTDA.-Rua Projetada, 750 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4530/83 - 19.09.83
- MAPOL-MANUFATUREIRA DE EMBALAGENS DE POLPA LTDA. - Av. 3 de Março, 510 - SOROCABA - S.P.
D T S - 4531/83 - 19.09.83
- CAMBUCI S.A. - Av. Getúlio Vargas, 930 - SÃO ROQUE - S.P.
D T S - 4532/83 - 19.09.83

- TETRA PAK DO BRASIL LTDA. - Rodovia Campinas a Capivari - SP-101 - Km. 23,750 - Bairro Chapéu do Sol - MONTE MÓR - S.P.
D T S - 4533/83 - 19.09.83
- KARTRO S.A. IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA - Alameda Tocantins nº. 280-Alphaville - BARUERÍ - S.P.
D T S - 4534/83 - 19.09.83
- MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA. - Rua Juruá, 160 e Rua Jutai, s/nº. - Distr. Indl. - MANAUS - AM
D T S - 4535/83 - 19.09.83
- INYLBRA S.A. TAPETES E VELUDOS- Rua Projetada, 165 - DIADEMA - S.P.
D T S - 4536/83 - 19.09.83
- GEP-GRUPO EMPRESARIAL PASMNIK S.A. - Rua Gaspar Viegas nº. 88 SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4537/83 - 19.09.83
- FIAÇÃO DUOMO S.A. - Av. Eloy A. Carniatto, 315 - ITATIBA - S.P.
D T S - 4538/83 - 19.09.83
- LABORATÓRIOS ORGANON DO BRASIL LTDA. - Rua João Alfredo nºs. 279/375 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4539/83 - 19.09.83
- CERÂMICAS E VELAS DE IGNIÇÃO N.G.K. DO BRASIL S.A. - Estr. Mogi das Cruzes/Salesópolis - Km.9 - Bairro de Cocuera - MOGI DAS CRUZES-S.P.
D T S - 4540/83 - 19.09.83
- UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA. - Rua Epiacaba, 90 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4541/83 - 19.09.83
- INDÚSTRIA DE MÓVEIS BONATTO LTDA. - Rua Papa João XXIII nº. 7 - Bairro Vila Nova Suíssa Santista - RIBEIRÃO PIRES - S.P.
D T S - 4542/83 - 19.09.83
- GLASURIT DO BRASIL LTDA. - Avenida Ângelo Demarchi nº. 123 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 4543/83 - 19.09.83
- FIAÇÃO AMPARO S.A. - Rua Gustavo de Souza Campos nºs.108/136-AMPARO - S.P.
D T S - 4544/83 - 19.09.83
- PENNWALT S.A. - DIVISÃO QUÍMICA Avenida Pennwalt, 759 - Altura do Km. 6 da Av. Brasil - Distrito Indl. - RIO CLARO - S.P.
D T S - 4545/83 - 19.09.83
- INMONT INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA. Km. 31,5 da Estr. Velha de Campinas - CAIEIRAS - S.P.
D T S - 4546/83 - 19.09.83
- JOHANNES MOLLER DO BRASIL INDÚSTRIA E COM. LTDA. - Estrada Particular Fukutaro Yida, 2100 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 4548/83 - 19.09.83
- BLOMACO INDUSTRIAL E COM. S.A. Av. Três,185 - VÁRZEA PAULISTA-S.P.
D T S - 4549/83 - 19.09.83
- TRI-SURE IND. E COMÉRCIO LTDA.- Rua Alvaro Alvim nº. 731 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 4550/83 - 19.09.83
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) - (S.A. FIAÇÃO E TECELAGEM LUTFALLA) - Rua Dr. Custódio de Lima nº. 297 - São Miguel Paulista - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4551/83 - 19.09.83
- TECELAGEM HUDTELFA LTDA. - Bairro Cachoeira - NOVA ODESSA - S.P.
D T S - 4552/83 - 19.09.83
- TOSHIBA DO BRASIL S.A. - Estrada dos Alvarengas nº. 5500 - SÃO BERNARDO DO CAMPO - S.P.
D T S - 4553/83 - 19.09.83
- TARRAF & FILHOS LTDA. - Rodovia Washington Luiz - Km. 269 - ARARAQUARA - S.P.
D T S - 4554/83 - 19.09.83

.../.

- DURATEX S.A. - Rua Engenheiro Augusto Figueiredo, s/nº. - CAMPINAS - S.P.
D T S - 4555/83 - 19.09.83
- COMPANHIA ULTRAGAZ S.A. - DEPÓSITO 1 - Av. Presidente Wilson nºs. 4221/4281 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4556/83 - 19.09.83
- COLMEIA S.A. INDÚSTRIA PAULISTA DE RADIADORES - Rua Ulisses Cruz nº. 127 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4557/83 - 19.09.83
- ITELPA S.A. INDÚSTRIA COMÉRCIO E ITELPA SCREENS LTDA. - Rodovia Americana/Piracicaba - Km. 156,5 - PIRACICABA - S.P.
D T S - 4558/83 - 19.09.83
- INDÚSTRIA HITACHI S.A. - Rodovia Presidente Dutra - Km. 141 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - S.P.
D T S - 4559/83 - 19.09.83
- ANDERSON CLAYTON S.A. IND. E COMÉRCIO - Av. José Jorge Estevam, s/nº. - PARAGUAÇU PAULISTA - S.P.
D T S - 4560/83 - 19.09.83
- COMPANHIA TEXTIL RAGUEB CHOEFI - Rua Massacã nºs. 25 e 385 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4561/83 - 19.09.83
- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO - Avenida XV de Novembro nº. 1000 - JUNDIAÍ - S.P.
D T S - 4562/83 - 19.09.83
- FRIGOBRAS CIA. BRASILEIRA DE FRIGORÍFICOS - Rua Fortunato Ferraz nº. 529 (Antigo 333) - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4563/83 - 19.09.83
- LITOVERTI-TINTAS GRÁFICAS S.A. - Av. Jordano Mendes, 1300-CAJAMAR-S.P.
D T S - 4564/83 - 19.09.83
- NIRO ATOMIZER IND. E COM. LTDA. Avenida Prestes Maia, 539 - Bairro de Vila Marina - DIADEMA - S.P.
D T S - 4565/83 - 19.09.83
- IDEAL STANDARD WABCO IND. E COM. LTDA. - Rua Honorato Spiandorin nº. 189 - JUNDIAÍ - S.P.
D T S - 4566/83 - 19.09.83
- TOALHEIRO BRASIL LTDA. - Rua Apareíba, 829 - SÃO PAULO - S.P.
D T S - 4567/83 - 19.09.83
- CARGILL AGRÍCOLA S.A. - Rod. SP-305 - Km. 13 - MONTE ALTO - S.P.
D T S - 4568/83 - 19.09.83

*

T A R I F A Ç Ã O . I N D I V I D U A L

DECISÕES DA SUSEP SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- CARGILL AGRÍCOLA S.A. - Km. 96 da BR-376 - PONTA GROSSA - PR
Ofício DETEC/SESEB de 04.08.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:
a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais:
b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 17 de julho de 1982;
c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78.
- E, E-2, E-4, E-5, F, F3/F-13 e W-5 rubrica 500.50;
- G-A/G-C - rubrica 500.43;

.../.

- MOTO PEÇAS S.A. TRANSMISSÕES E ENGRENAGENS - Av. Hollingsworth nº. 719 - SOROCABA - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 492/83, de 18.08.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

- a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável ao local nº. 1 - rubrica 374.32;
- b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 25 de outubro de 1982;
- c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78.

- SOCIEDADE INTERCONTINENTAL DE COMPRESSORES HERMÉTICOS "SICOM" S.A. - Rua Cel. Augusto de Oliveira Sales, 478 - SÃO CARLOS-S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 495/83, de 18.08.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

- a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável ao local nº. 1 - rubrica 192.41;
- b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 13 de janeiro de 1983;
- c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA - Rua Engenheiro Francisco Pita Brito, 138 - SÃO PAULO - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 501/83, de 18.08.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

- a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais nºs. 2, 3 e 11/18 - rubrica 374.32;
- b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 23 de setembro de 1982;
- c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78.

- SHELL QUÍMICA S.A. - Av. Roberto Simonsen, 1500 - PAULÍNIA - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 505/83, de 22.08.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

- a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais nºs.:
 - 18(10/40 pavimentos e interme diário), 18A, 23, 23A/B - rubrica 437.14;
 - 33 - rubrica 437.12;
 - 21, 22(10/60 pavimentos), 39 e 39A - rubrica 437.11;
- b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 21 de outubro de 1982;
- c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78.

- PIRELLI S.A. COMPANHIA INDUSTRIAL BRASILEIRA - Avenida John Boyd Dunlop, 6800 - CAMPINAS - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 511/83, de 22.08.83, aprova a Tarifação Individual, representada pela taxa única de 0,40% (quarenta centésimos por cento), aplicável aos riscos de incêndio e raio do segurado supra, já considerados os descontos por instalações de prevenção e combate a incêndio, exceto "sprinklers", condicionada a concessão a manutenção de uma brigada de incêndio, mínima de 20 (vinte) homens por turno de trabalho.

A taxa ora aprovada vigorará por 3 (três) anos, a partir de 14 de dezembro de 1982.

- EQUIPAMENTOS CLARK LTDA. - Rua Clark, 2061 - VALINHOS - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 520/83, de 25.08.83, aprova a Tarifação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

- a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais nºs.:

.../.

- 1,1A,2,5,6,10B,16,17,18, 22, 22A,27,27A,34,35,40,41,41C, 44, 52,54 e B - rubrica 374.31;

- 3,3B e 11 - rubrica 374.32;

b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 31 de agosto de 1982;

c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78;

d) - negativa da extensão do benefício tarifário para o local nº. 81, ocupado por Seção de Pintura, por não apresentar condições superiores aos normais de sua classe.

- ANDREW ANTENAS LTDA. E/OU ANDREW INSTALAÇÕES DE ANTENAS LTDA. - Avenida Victor Andrew nº. 585 - SOROCABA - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 523/83, de 26.08.83, aprova a Tarificação Individual para o segurado supra, representada pelas seguintes condições:

a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da TSIB, aplicável aos locais nºs.: 4, 5 (somente para prédio) e 5A (prédio e conteúdo) rubrica 374.32 - LOC-3.04.1;

b) - vigência de 3 (três) anos, a partir de 14 de outubro de 1982;

c) - observância do disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78.

- 3M DO BRASIL LTDA. - Rodovia Ribeirão Preto/Araraquara - Km. 7,8 - Bonfim Paulista - RIBEIRÃO PRETO - S.P.

Ofício DETEC/SESEB nº 527/83, de 26.08.83, aprova a renovação da Tarificação Individual para o segurado supra, representada pelo desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da Tarifa, aplicável aos locais nºs. 41A, rubrica 422.41 e 41D, rubrica 438.14, pelo prazo de 3 (três) anos, a partir de 25 de novembro de 1981.

Aprova, ainda, a extensão da Tarificação Individual, representada pelo desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas básicas da Tarifa, aplicável ao local nº. 41, rubrica 192.41, com vigência a partir de 04.01.83, data da reestruturação da rubrica 192, até 25 de novembro de 1984, para que haja uniformização de vencimento com a Tarificação concedida na forma acima.

Ambas as Tarificações deverão observar o disposto no subitem 5.1 da Circular SUSEP nº 12/78.

*

OUTROS SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

DECISÕES DO IRB SOBRE OS SEGUINTE PROCESSOS:-

- TOYOBO DO BRASIL S.A. INDÚSTRIA TEXTIL - Praça Toyobo, s/nº - AMERICANA - S.P. - DESCONTO POR CHUVEIROS AUTOMÁTICOS

Ofício IRB DITRI-646/83, de 04.08.83, concorda com a renovação do desconto de 60% (sessenta por cento), para os locais assinalados na planta incêndio com os nºs. 1 (térreo e sótão),

2,3 e 46, protegidos por "Sprinklers" com duplo abastecimento de água, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar de 11.03.83, data do vencimento da concessão anterior.

- DU PONT DO BRASIL S.A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS - Rua Roberto Mange, 500 - PAULÍNIA - S.P. - CHUVEIROS AUTOMÁTICOS

Ofício IRB DITRI-647/83, de 04.08.83, concorda com a extensão do desconto de 60% (sessenta por cento), para o local assinalado na planta incêndio com o nº. 26, protegido por sistema de "Sprinklers" com duplo abastecimento de água, a contar de 23.09.82, data da entrega do equipamento, até 12.06.84, data do vencimento da concessão básica.

Para os locais 2 e 2A (antigo 1), mantido o mesmo benefício.

- HIDROSERVICE ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. - Rua Afonso Celso nº. 235 - Vila Mariana - SÃO PAULO - S.P. - CHUVEIROS AUTOMÁTICOS

Ofício IRB DITRI-648/83, de 04.08.83, concorda com a concessão de desconto de 60% (sessenta por cento) para os locais assinalados na planta incêndio com os nºs. 1A, 2A (1º subsolo) e 1 (2º subsolo), protegidos por sistema de chuveiros automáticos com duplo abastecimento de água, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar de 30.09.81, data da entrega do equipamento, aplicável

às apólices em vigor, devendo o Segurado, de imediato, ligar os relés térmicos de modo que os meses não tenham condições para desligar os motores das bombas.

O Segurado deverá providenciar, dentro de 6 (seis) meses o seguinte:

a) - uma extensão do equipamento dilúvio (contrôle múltiplo) para o corredor de comunicação com o local 3 (1º subsolo);

b) - proteger por "Sprinklers" as escadarias de comunicação entre os 2º e 1º subsolos e entre 1º subsolo e pavimento térreo.

- CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A. - Rodovia D. Pedro I - Km. 127/128 - CAMPINAS - S.P. - CHUVEIROS AUTOMÁTICOS

Ofício IRB DITRI-651/83, de 02.08.83, concorda com a renovação dos descontos de 55% (cinquenta e cinco por cento), para os locais assinalados na planta incêndio com os nºs. 1 e 1A (desdobramento de 1) e de 60% (sessenta por cento) para os locais 2, 3 e 5, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar de 11.05.83, data do vencimento da concessão anterior.

*

CONSULTAS TÉCNICAS

DECISÕES DA COMISSÃO DE SEGUROS INCÊNDIO:-

- INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA CLÁUSULA 219-FLUTUANTE

Informar que o assunto em questão está perfeitamente esclarecido pelo teor da Cláusula 219-Flutuantes da TSIB, ou seja, a apuração do valor em risco será feita sobre todos os locais mencionados, abrangidos pela Flutuação.

- FIRLON S.A. VEDAÇÕES INDUSTRIAIS - Rua Dianópolis nº. 1654 - SÃO PAULO - S.P. - ENQUADRAMENTO TARIFÁRIO

Informar que as atividades desenvolvidas no local tem perfeito enquadramento na Rubrica 433.32, com a classe 05 de ocupação, em vista do uso de solvente no processo manufatureiro.

- TRANSVALOR S.A. TRANSPORTE DE VALORES - Rua do Glicério nºs. 194/214 - Bairro do Glicério - SÃO PAULO - S.P. - CLASSIFICAÇÃO TARIETÁRIA DE GARAGENS DE EMPRESAS DE TRANSPORTES DE VALORES

Informar, na mesma ordem das questões formuladas, que:

1- Não é correta a classificação de Garagem de Transportes de Valores, em comunicação com cofre-forte como escritórios.

2- A taxaço do risco em questão, deverá ser feita pela Rubrica 260.81 Classe Ocupacional 01.

- INDÚSTRIAS WAGNER S.A. - RISCO INCÊNDIO - MATERIAL DENOMINADO "PAREDE PRONTA WALL"

Informar que a Comissão Técnica da Fenaseg manteve a decisão do órgão técnico de São Paulo, de que tal material quando utilizado em substituição à paredes em qualquer proporção, e desde que o prédio possua cobertura de material incombustível, conduza a classe construtural 03 (mista); quando utilizado como forro, seja comparado a forros de material combustível.

_____ *



SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA	Octávio Cezar do Nascimento	—	Presidente
	Rubens dos Santos Dias	—	Vice-Presidente
	Waldemar Lopes Martinez	—	1.º Secretário
	Alberico Ravedutti Bulcão	—	2.º Secretário
	Humberto Felice Junior	—	1.º Tesoureiro
	Gilberto Dupas	—	2.º Tesoureiro
SUPLENTES	Joaquim Antonio Borges Aranha		
	Luís José Carneiro de Mendonça		
	Luís Antonio Nabuco de Almeida Braga		
	Marcos Ribeiro do Valle		
	Dálvares Barros de Mattos		
	Evandro Carneiro Pereira		
CONSELHO FISCAL	Mamoru Yamamura		
	Giovanni Meneghini		
	Flávio Eugênio Raia Rossi		
SUPLENTES	Francisco Latini		
	Clélio Rogério Loris		
	Orlando Moreira da Silva		
DELEGADOS REPRESENTANTES	Walmiro Ney Cova Martins		
	Octávio Cezar do Nascimento		
SUPLENTES	Sérgio Charles Túbero		
	Waldemar Lopes Martinez		
SECRETÁRIO EXECUTIVO	Roberto Luz		
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE SEGUROS	Conselho Técnico de Seguros - Comissões Técnicas: - Acidentes Pessoais e DPVAT - Rural - Assuntos Contábeis e Fiscais - Assuntos Jurídicos - Automóveis e Responsabilidade Civil - Incêndio e Lucros Cessantes - Responsabilidade Civil Geral - Riscos Diversos - Riscos de Engenharia - Roubo, Vidros e Aeronáuticos - Transportes e Cascos - Vida e Previdência Privada.		

NOVO TELEFONE
NUMERO CHAVE 223-7860

AV. SÃO JOÃO, 313 - 7.º ANDAR - FONES 223-7036 - 222-6878 - 223-7041 - 223-4649 - END. TELEGR. "SEGECAP" SÃO PAULO - CGC 60.495.231

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

DIRETORIA	Victor Arthur Renault	—	Presidente	
	Luiz de Campos Salles	—	1.º Vice-Presidente	
	Alberto Oswaldo Continentino de Araujo	—	2.º Vice-Presidente	
	Hamilcar Pizzatto	—	1.º Secretário	
	Ruy Bernardes de Lemos Braga	—	2.º Secretário	
	José Maria Souza Teixeira Costa	—	1.º Tesoureiro	
	Délio Ben-Sussan Dias	—	2.º Tesoureiro	
	SUPLENTES	Ivan Gonçalves Passos		
		Marlo José Gonzaga Petrelli		
		Nilo Pedreira Filho		
Octávio Cezar do Nascimento				
Pedro Pereira de Freitas				
Roberto Baptista Pereira de Almeida Filho				
	Rodolfo da Rocha Miranda			